

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTU SENSO  
MESTRADO EM HISTÓRIA

Valdenor Cabral dos Santos

**DO GOLPE À DISTENSÃO: O ENREDO POLÍTICO DAS DIRETAS JÁ EM  
GOIÁS.**

GOIÂNIA

2018

VALDENOR CABRAL DOS SANTOS

**DO GOLPE À DISTENSÃO: O ENREDO POLÍTICO DAS DIRETAS JÁ EM  
GOIÁS.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Albertina Vicentini.

**Área de Concentração:** Poder e Representações.

Goiânia

2018

S237g

Santos, Valdenor Cabral dos

Do Golpe à distensão[ recurso eletrônico]: o enredo político das diretas já em Goiás/ Valdenor Cabral Dos Santos. -- 2018.

148 f.; il.

Texto em português com resumo em inglês  
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2018

Inclui referências f.140-148

1. Eleições - Goiás (Estado). 2. Tática política - (subd. geog.). 3. Ditadura. I.Almeida, Albertina Vicentini Assumpção Rodrigues de. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 324

## **DO GOLPE À DISTENSÃO: O ENREDO POLÍTICO DAS DIRETAS JÁ EM GOIÁS**

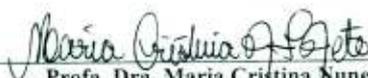
Dissertação aprovada em 02 de abril de 2018, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

### **BANCA EXAMINADORA**



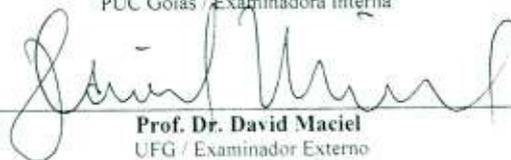
---

**Profa. Dra. Albertina Vicentini Assumpção**  
PUC Goiás / Presidente



---

**Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto**  
PUC Goiás / Examinadora Interna



---

**Prof. Dr. David Maciel**  
UFG / Examinador Externo

---

**Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro**  
PUC Goiás / Suplente

---

**Prof. Dr. Wolney Alfredo Arruda Unes**  
UFG / Suplente

## AGRADECIMENTOS.

Todo o trabalho intelectual, por mais individual que seja, carrega consigo uma coletividade de sentimentos. Durante a maior parte do tempo de produção desta dissertação estive recluso em um quarto, me afastando da minha vida social e do convívio de amigos e família, embora, como sempre, tenha contado com a compreensão e apoio de todos.

Este trabalho eu gostaria, em agradecimento, de dedicar à minha querida avó, Delmira Bispo, que sempre me apoio e me motivou a estudar e a buscar meus sonhos - uma senhora que, mesmo analfabeta, me deu as maiores lições que aprendi em minha vida e que me ensinou o valor da educação na formação do ser humano. Sempre me dizia: “você precisa estudar, pois o conhecimento é a única coisa que ninguém pode lhe roubar” - lição que, tempos depois, encontrei no livro de Alexandre Dumas, o *Conde de Monte Cristo*, quando o Abade Faria ensina a Edmond Dantès a importância libertadora do conhecimento. E sei que minha avó nunca teve a oportunidade de ler essa grande obra e outras tantas nas quais tive a oportunidade de encontrar diversos de seus valorosos ensinamentos.

Também agradeço à minha namorada Lorryanne Almeida, que foi e é uma fonte inesgotável de carinho e paciência em todos os momentos.

Ao Joaquim, meu companheiro nas noites de estudo.

À minha irmã, por sempre acreditar e me apoiar em todas as minhas decisões.

À Ana Lydia, por entender sempre a minha ausência, o que me fez valorizar os momentos em que estamos juntos.

Agradeço imensamente à minha orientadora e amiga Albertina Vicentini, que sempre soube respeitar minhas opiniões, sempre me tranquilizou e me incentivou a ler um pouco mais e a fazer a análise de várias fontes antes de escrever, além de mostrar-se confiante, mesmo diante de certas teimosias

minhas. A sua confiança tornou-se peça fundamental, pois me proporcionou um ambiente de liberdade e segurança importante ao desenvolvimento desta dissertação.

Aos professores que participaram da banca de qualificação, Maria Cristina Nunes e Maria do Espírito Santo Cavalcante Ribeiro, que contribuíram de forma essencial na correção da dissertação. Os apontamentos levantados remodelaram e deram novo impulso ao tema trabalhado.

A todos os meus amigos e familiares que souberam se afastar quando eu precisei e se aproximar na hora certa.

Meus sinceros agradecimentos.

## SUMÁRIO

### 1. HISTÓRIA POLÍTICA.

1.1	Escola Metódica_____	14
1.2	Escola dos Annales_____	18
1.3	O retorno da História Política_____	21
1.4	Manifestações em favor das Diretas Já_____	26

### 2. GOVERNOS MILITARES.

2.1	O golpe_____	31
2.2	Atos institucionais e a política de repressão_____	38
2.3	Economia durante os governos militares_____	51
2.4	Da distensão a abertura política: conflitos internos nos governos militares e os movimentos sociais_____	56
2.5	Diretas Já: do tímido início ao apoio das ruas_____	71

### 3. DIRETAS JÁ EM GOIÁS.

3.1	Cenário Político goiano em 1983-1984_____	81
3.2	Como estava o PMDB goiano nos anos de 1983-1984_____	87
3.3	Como estava o PDS goiano nos anos de 1983-1984_____	90
3.4	Como estavam o PT e o PDT goianos nos anos de 1983-1984____	92

3.5 Protagonismo das mulheres goianas na política na campanha das  
Diretas Já \_\_\_\_\_ 94

3.6 Da euforia das praças à frustração após a votação da Emenda  
Dante de Oliveira \_\_\_\_\_ 103

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** \_\_\_\_\_ 139

**REFERÊNCIAS** \_\_\_\_\_ 144

## RESUMO

A perspectiva desse trabalho é apresentar como se deu o enredo da campanha das Diretas Já em Goiás. Assim, abordaremos como se deram as movimentações em razão da campanha no Estado. A pesquisa mostrará também uma breve análise sobre o golpe militar que depôs o presidente João Goulart em 1964.

Goiás teve um papel de destaque na campanha das Diretas Já, que foi lançada oficialmente no estado no dia 05/06/1983, e ao qual voltou quase um ano depois, dia 12/04/1984, levando mais de 300 mil pessoas ao comício que aconteceu na Praça Cívica, em Goiânia. A campanha foi organizada por uma frente suprapartidária, embora o PMDB, por ser o partido do então governador Iris Resende Machado, tenha tido um papel de maior destaque. O governador Iris Resende pode ser apontado como uma das figuras centrais da campanha no estado, porque, além de ter o comando do partido, gozava de grande prestígio junto à população goiana. O PMDB goiano, além do governador e do prefeito da capital, contava com a maioria dos deputados estaduais e federais e dois dos três senadores representantes do estado. Diversos sindicatos e associações classistas aderiram à campanha e desempenharam um papel importante nas mobilizações.

Goiás também sofreu o último golpe dado contra a aprovação da campanha das Diretas Já: dez cidades do estado sofreram medidas de emergência a uma semana da votação da Emenda Dante de Oliveira, no dia 18/04/1984, para evitar qualquer tipo de pressão sobre os congressistas. A emenda foi rejeitada e a transição entre o regime militar e um governo civil aconteceu de forma negociada, elegendo Tancredo Neves via Colégio Eleitoral.

**Palavras Chave:** Eleições Diretas Já, Regime Militar, Estado.

## ABSTRACT

The present work has as I aim to present as there happened Already the plot of the campaign of the direct elections in Goiás, we will board as one gave the movements on behalf of the campaign in the State. The used methodology will be an inquiry exploratory what will show also a short analysis on the military blow that president John Goulart placed in 1964. Goiás had a paper of distinction in the campaign of the Direct elections Already, the campaign was launched officially here in the State on the day 05/06/1983, when 12/04/1984 was turned almost a year later on the day and when more than 300 thousand persons are leading to the rally that happened in the Civic Square in Goiania. The campaign was organized by a front supra party, though the PMDB because of being the party of the governor has had a paper of bigger distinction. Governor Iris Rezende can be pointed like one of the central figures of the campaign in the state, since besides having the command of the party it was enjoying great prestige with the population from Goiás. THE PMDB in the state besides the governor and the mayor of the capital was counting on most of the state and federal deputies, and two of three representative senators of the state. Several labor unions and association classists stuck to the campaign and fulfilled an important paper in the mobilization. Goiás also Already suffered the last blow given against the approval of the campaign of the Direct elections, ten cities of the state suffered emergency measures to a week of the Vote, on the day 18/04/1984, to avoid any type of pressure on the Congressmen. By end the correction was rejected and the transition between the military regime and a civil government happened in the form negotiated electing Tancredo Neves he was seeing Electoral College.

**Key words:** Direct elections Already, Military Regime, State.

## INTRODUÇÃO.

Há pouco mais de 34 anos, o Brasil vivenciou um período de grande efervescência política e foi palco de grandes manifestações em favor da campanha das Diretas Já. Em uma época sem Facebook, Whats App e outras redes sociais, que hoje são amplamente usadas nas mobilizações populares, a campanha conseguiu levar milhões de pessoas às ruas de todo o país em um movimento que marcou a história política do Brasil. Analisar a campanha pelas Diretas Já, para um historiador que é mais habituado a trabalhar com uma dimensão mais ampla de tempo, nos referimos a esse período como algo muito presente, embora, para a maioria da população, acostumada a um grande fluxo de informações, em um período em que as informações acontecem de forma quase instantânea, possa parecer que esse acontecimento faz parte de um passado longínquo. Diversos atores que fizeram parte desse momento da política brasileira ainda estão ativos na cena política atualmente. E é nesse ritmo, às vezes atordoante, que, não muito raro, o presente avança sobre o passado (e vice-versa), produzindo novas reconstruções e ressignificações.

Estudar a campanha das Diretas Já em Goiás surgiu do desejo de compreender como se deu essa mobilização no Estado em um período sem internet e redes sociais, quando os televisores ainda não faziam parte da realidade da maioria dos lares brasileiros e os jornais impressos esbarravam em um índice de analfabetismo em torno de 25% segundo o Instituto Mauro Borges\*, ou seja, ¼ da população goiana acima de 15 anos não sabia ler nem escrever. A campanha foi lançada em Goiânia no dia 15 de junho de 1983 e, após um período de baixa adesão popular no ano de 1983, passou, a partir do comício em Curitiba, no dia 12 de janeiro de 1984, a atrair multidões aos seus comícios. E, na sua volta à capital do estado goiano, levou mais de 300 mil pessoas à sua principal praça: a Praça Cívica.

---

\* Órgão do governo de Goiás responsável por realizar estudos e pesquisas em diversas áreas do estado além de ser responsável pelo arquivamento das informações.

Debater a campanha das Diretas Já em Goiás não significa analisar de maneira isolada a conjuntura sociopolítica em torno da própria campanha, mas como parte de um processo que começa no ano de 1964, com o golpe de Estado e início do regime militar no país, passando pelo projeto distensionista do presidente Geisel, suas mudanças, alianças e negociações para a transição de um regime que tinha como governo os militares para outro que teria governantes civis.

Mesmo não aprovada a emenda que propunha as eleições diretas – a Emenda Dante de Oliveira –, o grande respaldo popular à campanha pelas Diretas Já foi habilmente usado em favor de um desfecho conciliatório liderado pela cúpula do PMDB e por parte dissidente do PDS. Assim, a eleição de Tancredo Neves em um pleito indireto via Colégio Eleitoral acabou ocorrendo à revelia da vontade popular já expressada no amplo apoio que deu nas ruas pela eleição direta.

O presente trabalho tem por objetivo principal narrar como se deu a campanha por eleições diretas no estado de Goiás, como se deram as mobilizações, quem foram os líderes da campanha e responsáveis pela mobilização dos goianos. Para tanto, faremos uma breve análise de como se deu o golpe militar no país em 1964 e seus desdobramentos, como economia, a repressão no período e as ações políticas dos governos militares. Daremos também uma atenção especial aos governos dos presidentes Geisel e Figueiredo, responsáveis por conduzirem o processo distensionista e a abertura política respectivamente, analisando como se deu o processo de abertura desde a eleição de Geisel pelo Colégio Eleitoral em 1974, até a votação da emenda Dante de Oliveira dez anos depois. Com relação à campanha pelas Diretas Já no Estado de Goiás, iremos narrar como se deu o processo de sua mobilização no Estado, os eventos que antecederam o grande comício em Goiânia, como estava o cenário político goiano, como participaram os líderes políticos e seus respectivos partidos na campanha.

No primeiro capítulo, denominado *História Política*, discutiremos as mudanças na forma de se escrever a história política através dos séculos. Nessa discussão, mostraremos que a história política como um campo de

estudo da história vem passando por diversas mudanças na forma de ser escrita e estudada ao longo dos séculos, desde a Escola Metódica ou positivista no século XIX, que adotava uma forma de escrever a história buscando escrever uma história mais próxima das fontes possível, sem que houvesse a subjetividade do historiador, até os dias atuais. No século XX, principalmente a partir de 1930, ocorre a *Escola dos Annales*, um movimento que passou a questionar a forma como a história política era escrita até então: sua pobreza de análise denunciava-a a limitar-se a analisar a história apenas como um jogo de interesse entre os grandes homens ou países, não analisando o contexto econômico ou social em que estavam inseridos. Esse movimento propôs um estudo da história mais voltado para a análise do campo econômico e social, e que fossem utilizadas, como aportes, outras ciências sociais. Mas é no retorno da história política a partir de 1970, que encontramos o suporte teórico para nossa análise sobre a campanha das Diretas Já. Nesse retorno, Pierre Ansart analisa o lugar das paixões na política, como são geradas e trabalhadas, como podem ser canalizadas em busca de apoio a determinados projetos e como essas paixões despertadas pela política podem servir como auxiliar na mobilização das massas. É partindo das análises das obras de Ansart que tentaremos entender as paixões por trás da campanha pelas Diretas Já em Goiás.

No segundo capítulo, denominado *Governos Militares*, faremos um breve relato dos governos militares, partindo do golpe que levou ao cargo de presidente do país o Gal. Humberto de Alencar Castello Branco, eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional, analisaremos a política de repressão usada para consolidar o regime e a institucionalização da ditadura através dos atos institucionais e da Constituição de 1967. Analisaremos brevemente como o modelo econômico utilizado durante um primeiro momento foi o responsável por um crescimento econômico do país, período que ficou conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro”, que logo se esvaiu, arrastando o país a uma grave crise financeira, sobretudo após a crise mundial do petróleo, fazendo com que o governo perdesse o apoio de parte considerável da população, principalmente a da classe média e a do setor econômico, que começaram a se afastar do regime após perceber, entre outras coisas, que o modelo econômico

não atendia mais aos seus interesses. Faremos uma análise a partir da posse do presidente Geisel, o início da crise econômica que enfraqueceu o regime militar e os atritos entre algumas alas do governo que causaram rupturas entre militares favoráveis ao processo de abertura iniciado por Geisel e aqueles que defendiam a continuidade do regime militar. Merece destaque a vitória do MDB nas eleições para o Congresso Nacional no ano de 1974, que marca uma arrancada no caminho da abertura política e dá mais destaque ao partido devido à campanha, a primeira com participação da oposição após 1964. Passaremos também pelo retorno do pluripartidarismo, Lei da Anistia, eleições diretas para governador e a campanha pelas Diretas Já.

No terceiro capítulo, intitulado *Diretas Já em Goiás*, abordaremos a campanha em favor das Diretas Já em Goiás e buscaremos entender como estavam organizados os partidos políticos no estado, suas lideranças e os espaços que ocupavam no cenário político goiano. Analisaremos também o papel das principais lideranças do estado na organização dos eventos e na mobilização da sociedade goiana. Iris Rezende, como o governador do estado, foi a grande liderança política das Diretas Já em Goiás, seja através de seu destaque no cenário político nacional ou por seu grande carisma junto à população goiana. Merece destaque também o importante papel desempenhado pelas mulheres goianas que promoveram diversos atos e manifestações para mobilizar a população em apoio à campanha em todo o estado. Mostraremos também como se deu o grande comício na Praça Cívica e os esforços dos líderes dos principais sindicatos e associações do estado e das lideranças civis nas mobilizações e divulgação do comício. Por fim falaremos dos desdobramentos do Estado de Emergência que atingiu diversas cidades de Goiás, decretado pelo presidente Figueiredo dez dias antes da votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, da frustração causada pela não aprovação da Emenda e como votaram os parlamentares goianos.

A ideia original era usar como fonte de pesquisa os três principais jornais em circulação no estado no período, jornal *O Popular*, jornal *Diário da Manhã* e jornal *Folha de Goiaz*. Porém, lamentavelmente, o jornal *O Popular* fechou seus arquivos para pesquisas, liberando-os apenas para os seus próprios funcionários. Dessa forma, usaremos como fonte os Jornais *Folha de Goiaz* e o

*Diário da Manhã* de 1983 e 1984. Usaremos como referência diversos autores que escreveram sobre o tema abordado, que nos ajudaram a embasar nossa pesquisa.

O direcionamento dos três capítulos objetiva elaborar uma análise sobre o período militar e seus desdobramentos, para que possamos entender a importância da campanha das Diretas Já e em que contexto ela ocorreu no estado de Goiás.

## CAPÍTULO I

### HISTÓRIA POLÍTICA

#### 1.1 – ESCOLA METÓDICA.

Desde os primeiros escritos, a história política tem um caráter hegemônico, independentemente das críticas e dos métodos. Para Burke:

Desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a história tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros: crônica monástica, memória política, tratados antiquários, e assim por diante. A forma dominante, porém, tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens — chefes militares e reis. (BURKE, 1991, p.11).

Durante séculos, a chamada história política — a do Estado, do poder e das disputas por sua conquista ou conservação das instituições em que ele se concentrava e das revoluções que o transformavam — desfrutou junto aos historiadores de um grande prestígio devido a uma convergência de fatores. Um dos fatores indicados por Rémond (2003) é o fato de que os historiadores políticos achavam mais fácil reconstruir fatos baseando-se em fontes, que tinham a dupla vantagem de serem regularmente constituídas, já que eram estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos escritos, e estarem classificadas e conservadas, portanto acessíveis em momentos posteriores. Mas também era nesse tipo de história que se refletia o brilho que emanava do Estado, realidade suprema, ou a expressão de nossa sociedade secularizada.

Para Flamarion e Vainfas (1997), da história praticada por gregos e romanos àquelas praticadas na Idade Média todas tratavam de múltiplas histórias, ora sobre assuntos seculares, ora sobre assuntos eclesiásticos. Para os autores, a história desse período tinha em sua essência a retenção de certos eventos e a narrativa.

História singular, apenas em Santo Agostinho podemos encontrá-la: a História do Homem, da Criação ao Juízo Final. Em oposição a ela, “Cidade dos Homens” oferece somente a possibilidade de histórias

múltiplas, contingentes, desconexas e sujeitas à repetição cíclica. Tais histórias, eminentemente humanas, são sobretudo histórias políticas e intentam imitar os padrões herdados da Antiguidade ou o que como tal então se apresentava aos seus escritores leigos ou eclesiásticos. (FLAMARION; VAINFAS. 1997 pag.100).

A partir do século XVIII, a história política passou a ser questionada em países como Escócia, França, Itália, Alemanha, entre outros. Escritores e intelectuais começaram a se preocupar e defender o que eles chamavam de a “história da sociedade”, uma história que não se limitasse a guerras e à política, mas procurasse analisar as leis, o comércio, a moral e os costumes. Mas foi no século XIX que ganhou força um movimento que conseguiu êxito nesse questionamento. Nesse período, surge o movimento conhecido como escola metódica ou positivista.

A escola metódica foi criada na perspectiva de trazer o estudo da história como “ciência positiva”, negando a subjetividade em nome da ciência e do respeito à verdade. Em diversas revistas, os historiadores metódicos afirmavam que não seriam defensores de nenhum credo dogmático e que apenas buscavam ao máximo a exatidão das fontes. Para Dosse:

Com o século XIX, qualificado de “século da história”, o gênero histórico se profissionaliza, dotando-se de um método com suas regras, seus ritos, modos particulares de entronização e de reconhecimento. Os historiadores da escola qualificada de “metódica” colocam-se como cientistas puros e duros e anunciam uma ruptura radical com a literatura. (DOSSE, 2003, p.37).

O principal objetivo desse movimento era delinear de forma clara a abordagem documental e os métodos para os historiadores profissionais. Os historiadores deveriam zelar pela objetividade e entender que seu papel como profissional era apresentar seus escritos sem qualquer traço de estética literária - apenas um discurso frio, duro e sem paixões pessoais, se atendo ao uso da fonte, rechaçando qualquer tipo de precipitação imaginativa. Segundo Bourdê; Martin:

A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão. (BOURDÉ; MARTIN, 1983. p.97).

Entre as contribuições das revistas fundadas no período podemos destacar a fundada por jovens diplomados, grupo que pertencia ao grupo dos legalistas, a *Revista das Questões Históricas*, em 1866, com o objetivo de propor uma revisão historiográfica para defender o Antigo Regime. O campo dos republicanos, que constituíram a “escola metódica”, fundou a *Revista Histórica* em 1876, que teve um papel importante na divulgação da própria escola. (DOSSE, 2003). A fundação dessa última, por G. Monod e G.Fagniez, marcou, portanto, a constituição de uma escola histórica que teve como anseio propor uma revista periódica destinada a favorecer a publicação de artigos originais sobre as diversas áreas e fornecer informações complementares sobre os estudos históricos nos países estrangeiros e na França. De acordo com Bourdé; Martin:

A Revista Histórica ergue-se contra a mais velha de dez anos: a Revista das Questões Históricas. G. Monod não esconde a analogia, mas também a oposição entre as duas publicações: ‘ O êxito da Revista das Questões Históricas, os felizes resultados que produziu, o lucro que nós mesmos retiramos de sua leitura foram um encorajamento para nós a imitarmos. Mas, ao mesmo tempo, afasta-se sensivelmente do ideal que nos propusemos... não foi fundada tendo em vista a investigação desinteressada e científica, mas para defesa de determinadas ideias políticas e religiosas. (BOURDÉ; MARTIN, 1983. p.98).

Enquanto a França presenciava essa divisão entre formas diferentes de fazer a história, aos poucos foi se consolidando a “escola metódica ou positivista” como uma nova forma de se entender a história.

Entretanto, em outros países, movimentos em favor de novos métodos começavam a ganhar espaço: na Alemanha, por exemplo, ocorreria a chamada “controvérsia de Lamprecht”, em que o professor Karl Lamprecht (1856-1915), professor em Leipzig, colocava, em oposição a essa história política positivista ou metódica, que, para ele, não representava mais que uma história de indivíduos, a história cultural. Esse movimento defendido por Lamprecht acabou provocando uma reconstituição e uma reestruturação das pesquisas e ciência da cultura. Lamprecht estava no centro dessa discussão na Alemanha e colaborou com uma nova definição sobre a história cultural - suas discussões acabaram desencadeando o que ficou conhecido como controvérsia do método da ciência da história. (Martins, 2010).

Nessa linha, nos Estados Unidos, o famoso estudo de Frederick Jackson Turner (1861 - 1932), sobre “o significado da fronteira na história americana” (1893) produziria uma ruptura com a história dos acontecimentos políticos. Sua análise serviria de apoio para o movimento “Nova História”, lançado por James Harvey Robinson, que definia a história como: “História inclui qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu primeiro dia sobre a terra”, pregando que a “Nova História” deveria se utilizar de todas as descobertas sobre a humanidade feitas por antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos. (BURKE, 1991).

A “Nova História” proposta desejava acima de tudo se aproximar da realidade dos acontecimentos. Para esse novo modelo, os comportamentos coletivos tinham muito mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais. Do mesmo modo, a realidade do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais resultantes desses fenômenos tinham mais consequências, e, portanto, deviam reter uma maior atenção dos estudiosos.

A hegemonia da escola positivista ou metódica durou até aproximadamente o ano de 1929, data que marca essa nova fase na historiografia, especialmente na historiografia francesa. Com a criação e difusão do movimento conhecido como Escola dos Annales, nesse período a história política perdeu muito do seu prestígio, à medida que avançava uma nova proposta de escrita da história.

Erguendo-se contra a dominação da escola positivista, uma nova tendência da historiografia francesa exprime-se bastante discretamente em a Revista de Síntese durante os anos de 1920, mas francamente na Revista *Les Annales* durante os anos 30. A corrente inovadora despreza o acontecimento e insiste na longa duração; deriva sua atenção da história política para a atividade econômica, organização social e a psicologia coletiva. Esforça-se para aproximar a história das outras ciências humanas. Essas orientações gerais estão expostas nos artigos polêmicos de L.Febvre (Combates pela história), num manifesto inacabado de M.Bloch (Introdução à história). (BOURDÉ; MARTIN, 1983. p.98).

Porém, não só o movimento dos Annales deve ser apontado como responsável pelo descrédito lançado sobre a história política nesse período, ainda que tenha tido uma participação decisiva. Para Rémond, tanto Marx quanto Freud também contribuíram, cada um à sua maneira, embora por vias

diferentes, para enfraquecer o prestígio da história política: um, fazendo da luta de classes o resultado de um processo econômico, o motor que movimenta a história, o grande agente político; o outro, colocando em plena luz o papel do inconsciente e atribuindo à libido, às paixões sexuais, grande parte da responsabilidade pelos comportamentos individuais, ocultando a ambição e o apetite de poder do político. (RÉMOND, 2003).

## 1.2 - A ESCOLA DOS ANNALES.

Um momento muito importante para o enfraquecimento da história política e para uma mudança na forma de escrever a história foi o período do nascimento e consolidação da Escola dos Annales. A Escola dos Annales, fundada no final dos anos 1920, renovou a história, reformulando suas regras, impondo uma nova fase formada pela tríade: economia, sociedade e civilização, em detrimento da história metódica, que defendia uma história factual e história política.

A Escola dos Annales teve em sua fundação os historiadores Marc Bloch, um medievalista, e Lucien Febvre, especialista no século XVI. Segundo Burke, a insatisfação dos dois historiadores era principalmente com a forma utilizada para escrever a história política, devido à sua relativa pobreza de análises, em que situações históricas complexas eram reduzidas a um jogo de poder entre os grandes – homens ou países –, ignorando que, além desses agentes, situavam-se campos de forças estruturais coletivas e individuais que conferiam certa densidade e profundidade incompatíveis com a frivolidade dos eventos.

Se a história, como sempre pretendeu Febvre, era filha de seu tempo, não seria possível continuar a fazer esse tipo de história convencional que nem correspondia aos anseios de uma humanidade que vivia, nessas décadas, momentos de convulsões e rupturas com o passado, nem conseguiam responder satisfatoriamente às exigências do novo homem que daí surgia. A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou

de maneiras de sentir pensar e agir dos poderosos do momento.  
(BURKE, 1991, p.4)

Marc Bloch e Lucien Febvre têm diversas obras escritas abordando a história política, embora tenha de ser ressaltado que a principal crítica dos autores e criadores da Revista dos Annales não era contra a história política, mas quanto ao método utilizado na sua escrita no período.

Lucien Febvre idealizou uma revista internacional dedicada à história econômica, que seria, inicialmente, dirigida pelo grande historiador belga Henri Pirenne. Devido a grandes dificuldades encontradas, o projeto ficou abandonado até 1928, quando Marc Bloch tomou a iniciativa de ressuscitar o plano de uma revista, só que agora francesa, sobre meios de combinar a nova história com a biografia. Com a negativa de Pirenne de dirigir essa revista, os dois decidiram tornar-se editores da originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale*. A ideia era criar uma revista que fosse algo mais que uma revista histórica, capaz de se tornar uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica, defendendo uma abordagem nova e interdisciplinar da história. Como na mostra Burke:

O primeiro número surgiu em 15 de janeiro de 1929. Trazia uma mensagem dos editores, na qual explicavam que a revista havia sido planejada muito tempo antes, e lamentavam as barreiras existentes entre historiadores e cientistas sociais, enfatizando a necessidade de intercâmbio intelectual. O comitê editorial incluía não somente historiadores, antigos e modernos, mas também um geógrafo (Albert Demangeon), um sociólogo (Maurice Halbwachs), um economista (Charles Rist), um cientista político (André Siegfried). (BURKE, 1991, p.23).

Os Annales passaram a criticar o método empregado na escrita da história pelos metodistas - eles a definiam como uma história “historizante”, em um tom pejorativo. O domínio econômico e social adquiriu nos Annales o espaço e a dimensão política. O próprio título da revista já indica esse objetivo. Febvre sugere, em 1930, “para historiadores, um livro de cabeceira: o curso de economia política de Simiand”. (DOSSE, 2003).

Essa abertura para o campo econômico fomentou uma organização mais coletiva do trabalho do historiador, utilizando instrumentos estatísticos e o aporte de outras áreas das ciências sociais. Para Dosse:

Os Annales promovem a história dos preços e a história das rendas em suas flutuações, o que implica utilizar temporalidades mais longas e ampliar o campo do material do historiador. Tudo se torna fonte para o historiador de ofício, que não se limita mais ao âmbito arquivístico clássico de manuscritos classificados por diversas instituições. (DOSSE, 2003, p.73).

O movimento dos Annales pode ser dividido em três momentos. A primeira fase pode ser entendida no período entre 1920-1945 e se caracteriza por um caráter mais radical e subversivo, conduzindo a uma guerrilha contra a chamada história tradicional, a história política e a história dos eventos, fase liderada pelos seus idealizadores Marc Bloch e Lucien Febvre. De acordo com Burke, logo após a Segunda Guerra (1945), os membros dos Annales se apoderaram do *establishment* histórico, iniciando a segunda fase do movimento (1946-1968), que adota conceitos diferentes e novos métodos, liderada principalmente por Fernand Braudel. Já a terceira fase se inicia por volta de 1968 e ficou profundamente marcada pela sua fragmentação, devido à sua grande influência, principalmente na França. Perdeu parte de suas especificidades anteriores e teve como principais historiadores André Burguière, Jacques Revel e Jacques Le Goff. Tornou-se uma escola unificada somente aos olhos de seus admiradores externos e críticos, que sempre reprovaram a pouca importância dada à história política e à história dos eventos. (BURKE, 1991).

É preciso entender que, mesmo com todas as críticas e questionamentos da Escola dos Annales à forma adotada na história política no período, parte importante dos seus membros é responsável por importantes obras sobre essa mesma história política: por exemplo, Marc Bloch, em seu livro *Les Rois Thaumaturges* (1924), com a contribuição à história das ideias de monarquia, e *La société féodale* (1939), que se inicia com um resumo das invasões sofridas pela Europa de muçumanos, húngaros e vikings, inclui um longo capítulo sobre o feudalismo como forma de governo, assim como outros historiadores que se utilizaram da história política como objeto de estudo. (BURKE, 1991).

Entre 1945 e 1968/70, a história política foi o alvo preferido de diversas correntes, como os Annales, marxismo, estruturalismo e quantitativos entre outros, ou seja, esse período marca a crise final da “história política tradicional”.

Todavia, no período seguinte, haveria a constituição de uma “nova história política”. (FLAMARION; VAINFAS, 1997). Isso porque o movimento de contestação e perseguição a esse tipo de história, de modo geral, não foi reproduzido no mundo todo de forma genérica, ficando mais restrito à historiografia francesa. De outro lado, diversos autores desse período não se omitiram em relação à história política, dado que, em alguns países, ela ainda continuou gozando de grande prestígio. De acordo com Flamarion; Vainfas:

A sentença em que os Annales condenaram a “história política tradicional” teve curso muito restrito fora da França. A ideia de uma história política em vias de extinção, presente no balanço de Glénisson em relação à França, não se pode aplicar a Grã-Bretanha, Itália, Alemanha e EUA (e ao Brasil também). Como fato editorial tampouco o declínio é real. Nesse particular, aliás, Mommsen e Julliard, apesar de suas diferenças, são acordes quanto à persistência da história política. O primeiro autor lembra que boa parte do que se leu (e editou) nesse período pelo mundo afora sob o rótulo de “história” foi, na verdade, algum tipo de história política. Julliard por sua vez, para demonstrar que “a história política não desapareceu”, assinala que “como narrativa, biografia, estudos psicológicos, (a história política) continuou a representar quantitativamente uma fração importante, provavelmente dominante, da produção de livros consagrados ao passado”. (FLAMARION; VAINFAS, 1997, p.110).

Com a terceira geração dos Annales, a história política voltou à cena assim como outros campos da história que haviam sido suprimidos pela história econômica e social dos Annales.

### 1.3 – O RETORNO DA HISTÓRIA POLÍTICA.

A partir dos anos 1970, a história política volta a ganhar destaque. Para René Rémond, essa “virada” da sorte não teria sido possível se não houvesse uma renovação na forma de se analisar a política. A história política não é mais a mesma de anos atrás, e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica. Um dos motivos da renovação foi a rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais e as contestações de que foi objeto a história política serviu para desafiá-la e o desafio fustigou a imaginação e estimulou a iniciativa. (RÉMOND, 2003).

As experiências com as guerras, cujo desencadeamento não pode ser explicado tendo como referência apenas os dados da economia, embora não se possa negar sua influência e pressão cada vez maior nas relações internacionais e na vida interna dos Estados, mostraram que a política tinha forte incidência sobre o destino dos povos e também sobre as existências individuais. As crises que perturbavam o funcionamento das trocas e desajustavam os mecanismos da economia liberal, obrigando a uma intervenção do estado, permitiram à política penetrar em setores diferentes, assim como o desenvolvimento das políticas públicas sugeriram que a relação entre economia e política não era de mão única. Uma decisão política pode alterar o curso da economia para melhor ou para pior e as escolhas políticas podem ser condicionadas mais a questões ideológicas e partidárias do que necessariamente a uma análise econômica. Por exemplo, nacionalizar ou privatizar setores da economia, que traz impactos enormes e grandes consequências para a economia do Estado.

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após outros para o domínio da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las? A prova disso está na atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre agrupamentos cuja finalidade primeira não era, contudo, política: associações de todos os tipos, organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas, que não podem ignorar a política. (RÉMOND, 2003, p.24)

De acordo com Rossanvalon (2010), o ressurgimento da história política ocorrida na segunda metade do século XX só foi possível graças à recomposição de suas bases epistemológicas. Destaca autores que foram importantes figuras nesse novo momento: na Alemanha, Otto Brunner e Reinhart Koselleck; na Inglaterra, com Peter Laslett, John Dunn e Quentin Skinner. Rossanvalon destaca também o livro de René Rémond lançado em 1988, *Por uma história política*, considerado um marco na historiografia política francesa. Nele, Rémond faz críticas aos adversários tradicionais da disciplina e enaltece o trabalho de autores que resistiram às críticas. De acordo com Rossanvalon:

René Rémond destacou o legado deixado por Albert Thibaudet e, Georges Weill, Marcel Prélot, Jean-Jacques Chevallier e Jean Touchard, que preservaram aquela tarefa enquanto a parte mais prestigiosa da academia a marginalizava. Rémond postulava na abertura daquela obra, em tom de manifesto, a renovação da história política a partir da multidisciplinaridade; destacava a autonomia do político enquanto domínio frente aos determinantes econômicos; assim como sua capacidade de arbitrar os conflitos em nome do interesse superior da comunidade nacional. (ROSSANVALLON, 2010, p.13).

A renovação da história política foi muito estimulada pelo contato tanto com as ciências sociais como com outras disciplinas. Tem uma necessidade imperativa da interdisciplinaridade assim como outros ramos do saber tem uma importância de se abrir a outros e acolher contribuições externas, ou seja, é impossível praticar o isolamento. Para Rémond.

A história política deve bastante às trocas com outras disciplinas: sociologia, direito público, psicologia social, e mesmo psicanálise, linguística, matemática, informática, cartografia e outras de que esqueço. Os empréstimos foram de importância muito desigual e natureza bem diferente segundo as disciplinas. A umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática; às vezes pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual. (RÉMOND, 2003, p.29).

Entre as ciências sociais podemos destacar a Ciência Política, que proporcionou uma aproximação dos fenômenos sociais que até então não faziam parte da área de estudo da história política. Os fenômenos sociais como grandes manifestações não haviam merecido uma atenção especial dos historiadores políticos do início do século XX, que se preocupavam mais com a vida política na cúpula do Estado e em um círculo estreito. A ciência política, conjugando seus efeitos com a sociologia, por exemplo, fez com que os historiadores formulassem perguntas que renovaram suas perspectivas. Devido a essa aproximação com disciplinas diversas, a renovação da história política encontrou um meio mais propício que as estruturas das antigas formas de seu estudo. Assim, as noções de representação ou consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam uma nova luz sobre acontecimentos e fenômenos. (RÉMOND, 2003).

A história política que ressurgiu a partir dos anos 1970 trouxe alguns atributos que reforçam a forma diferente entre a praticada no início do século

XX e seus métodos atuais, deixando para trás uma série de práticas e agregando outras que a distanciam das críticas e abrem uma nova perspectiva para sua evolução nos anos seguintes. Entre essas mudanças podemos citar o fato de a história política à nova maneira se orgulhar mais legitimamente de seu caráter científico, pois se baseia em uma grande massa documental que ela trata estatisticamente. Foi essa história quantitativa, explorando imponentes séries de dados numéricos, que fundamentou a suposta superioridade da história econômica, que se orgulhava de seu rigor objetivo frente ao caráter subjetivo e impressionista da história política. Hoje observamos que, no que diz respeito a números e grandezas aritméticas, a história política está muito bem provida, pois dispõe de uma grande quantidade de dados numéricos.

Também, sempre houve duras críticas à história política como uma forma de história elitista, que só se interessava pelas minorias privilegiadas e se esquecia do povo, das multidões e das massas. Talvez essas críticas fossem de certa forma justificadas na época em que os historiadores se ocupavam de produzir biografias dos mais notáveis ou relatar os grandes feitos dos líderes. Hoje, porém, a história política se ocupa em analisar diversos setores da sociedade e diversas esferas de poder, não se restringindo ao poder do Estado ou ao exercido em função deste. Um exemplo da amplitude e abrangência da história política pode ser visto, por exemplo, no ato eleitoral, em que a abrangência da população é maior do que em qualquer outro lugar - mesmo em relação ao trabalho, que é a maior realidade da existência social, a população ativa no campo eleitoral é mais numerosa que a que forma a força de trabalho.

A história política elaborada a partir dos anos 1970 rechaça uma crítica muito comum do início do século XX, que a condenava como uma história de instantes, uma história efêmera. Sobre isso Rémond pontua:

Enquanto outras séries históricas se prestam mal a uma periodização, e sua cronologia dificilmente se deixa encerrar dentro de datas precisas, a nomenclatura dos acontecimentos políticos cabe em dia: 18 de brumário, 2 de dezembro, 4 de setembro, 6 de fevereiro, 18 de junho ou 13 de maio. A história política faz a felicidade dos calendários. (RÉMOND, 2003, p.34).

Essa crítica não faria sentido no atual modelo de história política, visto que ela agora se desenrola simultaneamente em registros desiguais de tempo: articulando o contínuo e o descontínuo, analisa acontecimentos instantâneos e também os extremamente lentos. Há, atualmente, uma série de fatos relevantes de caráter mais rápido, por exemplo, golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de governo, crises ministeriais, decisões governamentais, etc. Outros fatos podem ser vistos como de média duração, cuja unidade pode ser contada em décadas, por exemplo, longevidade dos regimes, existência de partidos políticos, entre outros. E existem também aqueles que podemos analisar como de longa duração, por exemplo, as ideologias que inspiram os fatos de média ou de curta duração, ideologia que está ligada à longa duração como a que vivemos hoje e cujos principais componentes surgiram e se configuraram antes da revolução de 1848. Se não, como podemos explicar o termo tão usado nos dias atuais - direita ou esquerda - sem nos remontarmos ao período da Revolução Francesa do final do século XVII? Ou à Revolução Bolchevique de 1917? Ou à Guerra Fria pós Segunda Guerra? Assim, no que diz respeito ao tempo, a história política não o cede à história de qualquer outro aspecto da realidade. (RÉMOND, 2003).

Para o historiador e cientista social francês Raymond Aron, tido como uma das poucas vozes a combater a hegemonia dos *Annales* na década de 1950,

Nunca houve razão lógica ou epistemológica para afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômico-sociais apresenta um caráter mais científico do que o dos regimes políticos, das guerras e das revoluções. (ARON, 1986 Apud FLAMARION; VAINFAS, 1997 p.117).

No entanto, a nova história política, mesmo com tantas modificações em praticamente todos os seus aspectos, se comparados à história política do início do século XX, ainda desperta debates entre especialistas sobre o tema.

Peter Burke, em seu livro *A escrita da história*, destaca o fato de a história política estar dividida entre os historiadores e as instituições, principalmente entre duas percepções: entre os centros de governo (poder) e as raízes sociais (da política e do poder). Para Flamarion; Vainfas:

Assim, se Rémond defende com convicção a necessidade e legitimidade da história política, Chartier, ao contrário, encara com enorme desconfiança o chamado “retorno da política”, enquanto Burke prefere lançar uma provocação: a história política está às voltas com uma série de identidades, pois “se a política está em toda parte, qual a necessidade da história política”? (FLAMARION; VAINFAS, 1997, p.125,126).

Em todas essas diferentes posições apresentadas o que se percebe é a variedade de perspectivas propostas para a renovação da história política. Entretanto, parece haver um ponto em comum, que é a convicção de que a história política tem sua existência própria e não pode ser vista como uma simples reflexão da ação estrutural de forças meramente econômicas e sociais. Pierre Rosavallon afirma que o político não é uma instância ou um domínio entre outros da realidade. É o lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete por sua vez. (ROSSANVALON, 2010).

#### 1.4 – MANIFESTAÇÕES EM FAVOR DAS DIRETAS JÁ.

A grande mobilização que houve no Brasil entre os anos de 1983 e 1984, em apoio à campanha por eleições diretas, chama a atenção pela quantidade de pessoas que participaram e que foram às ruas, mas é importante entender como uma campanha que, no seu lançamento, no dia 15/06/1983, levou aproximadamente cinco mil pessoas a um ginásio de esportes em Goiânia, em menos de um ano, no dia 12/04/1984, levou mais de trezentos mil pessoas à Praça Cívica também em Goiânia, se transformando na maior manifestação pública da história do estado. As manifestações ganharam as ruas do país mobilizando verdadeiras multidões para onde aconteciam seus comícios.

Para entendermos os movimentos sociais e sua importância no cenário político, é interessante faremos uma breve análise das paixões na política e como essas paixões podem ser canalizadas em busca de apoio a um determinado projeto. Magalhães (2007) nos mostra que, com o ressurgimento

da história política, autores como Pierre Ansart (2000) se preocuparam em analisar a relação entre a política e as paixões que ela causa na sociedade.

Em fins dos anos 70, todavia, estávamos presenciando a primeira ressaca do *Welfarestate*, ou Estado Providência como se chama na França. Momento em que a tecnoburocracia acreditava ser possível acabar com os ímpetus revolucionários, também com os ímpetus reacionários, com movimentos sociais radicais e com poderes exercitados de maneira carismática. Essa aposta, feita pelas elites no final da Segunda Guerra, como sabemos, implodiu. Primeiro, 1968, quando o movimento estudantil pediu o impossível e a imaginação no poder. Mas implodiu de vez quando o *Welfarestate* deu sinais de esgotamento. Nesse contexto, intelectuais como [Pierre] Ansart se concentraram em estudar manifestações sociais que escapavam do pensamento organizado (MAGALHÃES, 2007, p.1-2).

Ansart (2000) propõe um método para o estudo das paixões e dos sentimentos na história política, analisando fatores que levam as pessoas a desenvolver paixões, às vezes chegando a agir de forma irracional diante de determinadas situações. O autor, como um dos precursores desse tipo de estudo na política, preocupou-se em demonstrar a impossibilidade de se apartar razão e paixão: as manifestações passionais sempre caminharam ao lado do “gabarito” racional, embora fossem discriminadas pela historiografia como fruto de conjunturas e eventos caóticos, ou como explosões de irrazão; como se “os esforços de explicação e de racionalização dentro do conhecimento conduzissem, inevitavelmente, a uma negligência das dimensões afetivas e passionais” (Ansart, 2000, p.146).

Analisaremos aqui alguns pontos fundamentais, estudados por Pierre Ansart (1922-2016) e que nos ajudam a entender algumas estratégias utilizadas para comover determinados grupos e mobilizá-los em torno de um objetivo (no nosso caso, a luta contra o regime militar e a busca por eleições diretas).

O primeiro deles é a paixão militante, que pode ser entendida como o vivenciamento intenso de apego aos signos comoventes do movimento/partido, da afeição à ideologia e da perda de identidade na devoção de um líder ou ideologia. Segundo Ansart, os partidos e movimentos políticos cumprem uma função de mecanismos sociais antidepressivos, na medida em que respondem por uma totalidade de questões postas à própria sociedade e permitem aos

seus aderentes se sentirem como membros de um grupo que defendem uma “causa justa”.

Participar de um partido significa participar de uma comunidade de crenças, partilhar uma identidade de reações afetivas com outros membros do partido. Portanto, se a vida política fora do partido é atravessada por desconfiança e falta de comunicação, o partido político oferece um paraíso de entendimento, de solidariedade afetiva. (ANSART, 2000, p.109).

Logo após o processo de reorganização política e a volta do pluripartidarismo no país no início dos anos de 1980, acompanhamos uma ascensão muito grande dos partidos de esquerda. Nesse período acompanhamos também tanto a volta de líderes carismáticos que viveram no exílio e retornavam à cena política nacional quanto o nascimento de outros que, de alguma forma, encarnavam a esperança de um novo momento na história política e econômica do país. Líderes com Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva, entre outros, eram responsáveis por arrastar verdadeiras multidões por onde passavam.

Outro fator que merece destaque, segundo Ansart, é o ressentimento nacional. Para Gil (1989, p.296), o nacionalismo é capaz de evocar um sentimento arbitrariamente avesso às reflexões, que é capaz de sobrepujar quaisquer outras identidades que não às relacionadas a uma construção de nação. Sendo o discurso nacionalista um “metadiscorso”, ele é capaz de suplantar qualquer outra relação social, moral e familiar.

Dessa forma, cria-se um sentimento de salvação da nação que foi vendida, roubada, destruída, sugada e precisa renascer das cinzas, livrando-se assim do conjunto de forças interiores ou exteriores que lhe causou esses “males”: colocar-se ao lado das vítimas humilhadas atribui ao grupo a ideia de que os outros são o mal.

As forças que me são hostis são nefastas e perversas, enquanto eu próprio sou justo e inocente do mal que me é feito. Portanto, os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade no interior de um grupo, e suas expressões, as manifestações (as “explosões de sentimentos”, como diz Nietzsche) podem ser gratificantes. O ódio recalçado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva (ANSART, 2005, p.21-22).

Mesmo antes das eleições de 1982, o que se viu no país foi uma clara divisão entre “nós e eles”, divisão que ficou mais latente após o resultado obtido nas urnas pelos partidos de oposição (principalmente do PMDB), que criou um forte sentimento de oposição às forças que apoiavam o regime militar e cultivou um sentimento de que parte substancial dos problemas do país poderia ser solucionada com o retorno da democracia, dando ao povo o direito de votar para presidente e acabando com o regime militar.

Merece destaque o que Ansart chama de “signos comoventes”, que, entre outras coisas, envolvem o uso de palavras simbólicas e que é capaz de despertar sentimentos em determinados grupos. São usadas palavras mais facilmente internalizadas, como, por exemplo, palavras abstratas e imprecisas: libertação, progresso, novo estado, nova época. Às vezes, essas palavras podem vir de forma associada ao corpo: o corpo social, a vida, a marcha para o progresso, vida econômica, defesa de interesses. Às vezes, as palavras são associadas a uma forma de combate no sentido de mexer com o inconsciente do grupo, tipo “façamos a campanha”, “a guerra contra a carestia de vida”, “luta sem tréguas contra os poderosos”, “o confronto final” e “nós somos o povo”, exemplos de expressões usadas. (ANSARTt, 2005). Nesse sentido é que pode ser avaliado a expressão “Diretas Já”, que passou, inclusive, posteriormente, a substantivo (ou expressão substantiva) de denominação do movimento.

Percebemos também que a maioria dos movimentos e partidos conduz seus prosélitos ao conflito contra determinados adversários previamente eleitos, como parte de um dispositivo unificador, fazendo com que as forças desses partidos/grupos sociais se canalizem contra um único “inimigo”, atraindo até mesmo grupos que se rivalizam em certos momentos, mas que, em nome de derrotar um “inimigo” em comum, caminham na mesma direção.

Ele [o partido] não cessa as críticas às posições adversárias, a denúncias dos males que as políticas de outros partidos provocam ou provocarão. Ele define dessa forma os males, as ameaças, os objetivos maléficos, ele convida seus aderentes a colocar “as coisas que são ruins” sobre esses partidos rivais e projetar seus impulsos sobre as forças externas. (ANSART, 2005, p.114).

O movimento em prol das Diretas Já canalizou as forças de diversos movimentos sociais e setores da sociedade, que se aliaram aos partidos

políticos que contestavam o regime político vigente no país, no intuito de colocar fim à ditadura e restabelecer o regime democrático. As diversas forças envolvidas no processo não partilhavam do mesmo objetivo (como veremos): abrigavam desde empresários que viam esvair-se o modelo econômico adotado pelos militares, logo após vivenciarem o “milagre econômico” no início dos anos de 1970, trabalhadores que se uniam através de sindicatos para reivindicar melhorias nas condições de trabalho e melhores salários, parte da imprensa que defendia o fim da censura, trabalhadores rurais que buscavam a reforma agrária, entre outros grupos. Percebemos que esses grupos tinham interesses diversos, porém um “inimigo” comum: o regime militar.

Dito isso, passemos ao relato de como se deu o golpe de estado que instaurou uma ditadura militar no país para analisarmos os governos militares e suas ações.

## CAPÍTULO II

### GOVERNOS MILITARES

#### 2.1 - O GOLPE

Ao analisarmos o golpe ocorrido em 1964 no Brasil, podemos destacar alguns fatores que contribuíram para a derrubada do governo democrático de João Goulart e deram início a um período que instalaria uma ditadura militar no Brasil por 21 anos. Entre alguns fatores que merecem destaque, podemos citar uma forte tensão no campo político, uma grave crise econômica e a interferência do governo norte-americano, fatores que, aliados ao clima de guerra fria que dividia os países em áreas de influências dos Estados Unidos e União Soviética, influenciaram na ruptura institucional e na instalação das forças armadas no poder.

No campo político, podemos destacar alguns conflitos e tentativas de golpes que antecederam o golpe de 1964. Uma das tentativas foi o movimento liderado por parte da imprensa e setores do exército desde a eleição de Getúlio Vargas para presidente em 1950, que se intensificou a partir de 1954 e que levou Vargas ao suicídio, o que, na análise do jornalista Lira Neto<sup>1</sup>, em entrevista ao portal EBC<sup>2</sup> (no dia 25/08/2014), adiou o golpe militar por dez anos. Outro episódio que deixa clara a tentativa de um golpe foi a recusa por parte dos militares e de uma parcela da sociedade em aceitar a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, apenas sete meses após sua posse. Para Gaspari, esse

---

<sup>1</sup> Lira neto é um jornalista cearense responsável por uma das mais completas biografias de Getúlio Vargas. Escreveu três livros cujo título leva o nome de Getúlio Vargas e conta a história do ex-presidente desde seu nascimento em 1982 até sua morte em 1954.

<sup>2</sup> - EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), empresa pública criada para gerir as emissoras de rádio e televisão do governo federal.

episódio quase levou o Brasil a uma guerra civil e João Goulart só assumiu após aceitar fazer parte de um governo parlamentarista, o que, na prática, permitia sua posse, mas não lhe entregava o poder (GASPARI, 2002 p.47). Somente em 1963, com a realização de um plebiscito, o presidencialismo foi restabelecido, restaurando os poderes do presidente.

O período do governo João Goulart sob o regime presidencialista foi marcado por intensas disputas políticas, além das divisões internas entre os partidos que lhe davam sustentação política no congresso, PTB e PSD, e uma oposição muito dura por parte da UDN, principal partido da oposição. As críticas eram lideradas principalmente pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que era alinhado com os setores mais conservadores da sociedade e com o capital estrangeiro.

Nesse período, houve também uma radicalização dos movimentos sociais que compunham a base política de João Goulart. Esses grupos cobravam do governo as chamadas “reformas de base” - os movimentos sociais contavam com um grande poder de mobilização e se utilizavam desse expediente para pressionar o governo, desenhando claramente uma luta de classes.

Nessa luta, os sindicatos formavam outra grande força de mobilização social. No triênio 1961-1963, houve uma intensificação das atividades dos sindicatos tendo sido responsáveis por aproximadamente 430 greves (só para efeito comparativo, nos dois últimos anos do governo Juscelino Kubistchek, entre 1958 e 1960, houve um total de 180 greves). O CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) teve um papel fundamental nas articulações do movimento sindical, sendo responsável pela organização da primeira greve de caráter explicitamente política da história do Brasil. O CGT mantinha uma proximidade muito grande com o presidente João Goulart, inclusive apoiando suas ações políticas. O seu papel no apoio fica evidente nas colocações de Toledo:

Para afronta dos setores de direita, as lideranças do CGT eram recebidas em Palácio pelo presidente da República e reconhecidas como interlocutores de importantes dirigentes partidários. A imprensa conservadora designava o CGT como o "quarto poder", reforçando o fantasma, forjado na época de Vargas, de que Goulart visava instituir no país uma "República sindicalista". (TOLEDO, 2004, p.4)

No campo, os trabalhadores rurais se constituíam em uma forte influência de mobilização política. Tiveram um destacado papel na constituição de um novo eixo de debate pela luta em prol da reforma agrária: as chamadas “ligas camponesas” nasceram como forma de contestação dos pequenos agricultores contra a tentativa de expulsão das terras onde viviam por parte dos grandes latifundiários. Entre os líderes dessas “ligas camponesas”, podemos destacar a atividade de Francisco Julião, um advogado e deputado federal que ajudou na politização desses trabalhadores:

“Contestavam elas a dominação política e econômica a que as populações rurais estavam secularmente submetidas. Em algumas localidades, ocorreram conflitos armados entre camponeses e proprietários de terras; lideranças camponesas eram perseguidas e assassinadas a mando dos latifundiários, alarmados com a politização das massas rurais. Na luta pela Reforma Agrária, as Ligas se associaram às demais organizações políticas progressistas do país, participando – tal como ocorre hoje com o MST – de comícios, passeatas e manifestações no Congresso em defesa das reformas de base, em particular da Reforma Agrária”. (TOLEDO, 2004, p.5)

No dia 13 de março de 1964, o presidente João Goulart, segundo Gaspari, mostrou sua disposição em fazer uma reforma agrária. Assinou um decreto que desapropriava as terras ociosas às margens das rodovias e açudes federais, atendendo a parte das reivindicações dos movimentos camponeses, mas atraindo desconfiança por parte dos grandes proprietários rurais (GASPARI, 2002).

Entre os movimentos sociais mais atuantes em favor das “reformas de base” e dos projetos do governo de João Goulart, podemos destacar a UNE (União Nacional dos Estudantes). A UNE foi fundada em 1937 e desde então sempre atuou nas questões nacionais, defendendo uma política de desenvolvimento nacional e melhorias na educação. Nos anos de 1953, participou ativamente da campanha “O petróleo é nosso” ao lado do presidente Getúlio Vargas. Durante a tentativa de golpe contra a posse de João Goulart, em 1961, posicionou-se contrária ao golpe, defendendo a Constituição. Segundo Sanfelice, a UNE buscou agir rapidamente: decretou uma greve geral entre os estudantes e deslocou toda sua diretoria para o Rio Grande do Sul, centro da resistência legalista desencadeada pelo governador Leonel Brizola. Como represália, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que era um dos

responsáveis pela tentativa de golpe, mandou sua polícia fechar a sede da UNE no Rio de Janeiro (SANFELICE, 2015, p.131).

Considerada pelos setores mais conservadores da sociedade, como os proprietários rurais, os industriais, alguns setores da Igreja Católica, alguns congressistas e parte da imprensa, como um grupo radical, a UNE denunciava novas tentativas de golpe já em 1962:

Devemos denunciar que os gorilas de 1961 continuam a exercer a sua atividade antidemocrática. A luta contra a política externa, as campanhas contra a Petrobrás, o amotinamento da marinha, as denúncias de supostos movimentos insurrecionais e a visita do senhor Robert Kennedy<sup>3</sup> ao país, são peças do mesmo sistema golpista destinado a preparar a entrega do país aos grupos econômicos internacionais (UNE, apud SANFELICE, 2015, p. 130).

A UNE, além das “reformas de base” e da reforma universitária, defendia que os estudantes fizessem da universidade a expressão das necessidades do povo e que era preciso ligar a reforma universitária às outras reivindicações populares pela chamada “reforma de base” (GUIMARÃES, 1962, p.20-22 apud SANFELICE, 2015).

Para mobilizar a juventude brasileira, os dirigentes da UNE criaram a UNE-volante, que percorria o país juntamente com o Centro Popular de Cultura (CPC), trabalhando para politizar a população e debater as demandas do movimento estudantil e de outros movimentos sociais, como evidente em um documento lançado em 1963, intitulado “Luta atual pela reforma universitária”. Nele, a UNE reconhece que a luta em torno da reforma universitária estabeleceria um novo campo de reivindicações:

Não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular em nome dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava de perceber que a missão do universitário frente ao povo está de início

---

<sup>3</sup> – Robert Kennedy, irmão do então presidente norte americano John F. Kennedy, visitou o Brasil em 1962 e foi recebido para uma conversa com o então presidente brasileiro João Goulart

na própria universidade (UNE, 1963b, p.9 apud SANFELICE, 2015, p.133).

Os movimentos de esquerda, que exigiam uma mudança na estrutura do estado visando garantir maiores direitos sociais, acabaram gerando temor em certos grupos sociais. Esse temor acabou fazendo com que houvesse uma unificação de grupos que desejavam se contrapor a essas pressões de esquerda. O movimento dos grupos sociais de esquerda é apontado por David Maciel com uma “rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas”. (MACIEL, 2004, p.32).

Se, por um lado, os grupos sociais de esquerda se articulavam e se organizavam para reivindicar mudanças estruturais no governo, por outro lado, os setores mais à direita também mantinham uma articulação no sentido de contestar as mudanças que propunham o governo de João Goulart e os movimentos sociais, e lutar contra a sua aproximação com os movimentos de esquerda. Na análise de Dreifuss, os setores da burguesia nacional haviam tentado, nos últimos 10 anos, uma acomodação nos governos populistas de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Buscaram também conseguir algumas reformas na estrutura do Estado, na tentativa de assegurar uma participação nas decisões do governo (DREIFUSS, 1981). Diante da impossibilidade de êxito não só na participação nos governos, mas também em conter as manifestações das massas em um sistema político populista, esses blocos mais conservadores decidiram recorrer a outras formas. Uma das ações foi a criação do IPES-IBAD<sup>4</sup>, criado para, entre outros fatores, “agir contra o governo nacional reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam sua administração”. (DREIFUSS, 1981, p.161).

Os fundadores do IPES do Rio e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes e grupos de ação, vieram de diferentes *backgrounds* ideológicos. O que os unificavam, no entanto eram suas relações multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado. Esses empresários visavam uma liderança

---

<sup>4</sup> – IPES (Instituto IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) foi responsável por um amplo programa de propaganda política contra o comunismo. O Instituto tinha ligações com a inteligência dos EUA. IBAD (Instituto de Ação Democrática), fundado em 1959, era uma organização anticomunista financiada por empresários nacionais e estrangeiros.

política compatível com uma supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática, pois, como observado, “a direção do país não podia mais ser deixada somente nas mãos dos políticos”. (DREIFUSS, 1981, p.163.)

Como podemos perceber, parte da elite se fez porta-voz de ações de grupos moderados e de centro, preparando-se para operar em toda a vida social, visando competir com os setores de esquerda e trabalhista e movimentos sociais pelo controle hegemônico do Estado. Essas atividades eram ações, como preparação de civis para assegurar um clima político apropriado para a intervenção militar. Suas recomendações envolviam a criação e a disseminação de um caos político e econômico, a incitação ao ódio ao comunismo, à articulação de massas e comícios para propagar as ideias dos movimentos de combate ao comunismo. As áreas-chave de doutrinação eram o legislativo, a alta hierarquia da Igreja, as forças armadas e a sociedade civil, de acordo com Dreifuss:

A ação da elite orgânica empresarial deve ser considerada como praxe de um bloco burguês de poder premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos. Trazendo à tona a dimensão orgânica e a dinâmica envolvidas (situação, posição e ação de classes), pode-se perceber e revelar a evidência histórica do emergente bloco de poder multinacional e associado, forjando a sua própria forma de estado. (DREIFUSS, 1981, p.163.)

As ações do governo norte-americano, a essa altura, também contribuíam muito para o enfraquecimento do governo de João Goulart, como o favorecimento de empréstimos somente a inimigos políticos do presidente. O Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos EUA, Thomas C. Mann, afirma:

Em janeiro, época que lá estive não sei quando isso realmente começou, estávamos cientes que, no Brasil, o solapamento em direção ao comunismo era muito rápido. Mesmo antes de lá chegar, nós já havíamos elaborado uma política de ajuda a certos governos estaduais. Não demos nenhum dinheiro para o balanço de pagamentos, apoio orçamentário, esse tipo de coisa, que beneficiassem diretamente o governo central do Brasil, isso equivale a puxar os tapetes sob os pés de Goulart (STEPAN, 1975. p.132).

Nesse período, o clima da Guerra Fria ditava as ações por parte da política externa do governo dos Estados Unidos e fazia com que ações fossem tomadas para evitar que o “perigo comunista” se espalhasse pela América Latina, como havia acontecido em Cuba, em 1959. Esse temor fez com que o governo de Washington apoiasse uma série de golpes militares, como o que

aconteceu no Brasil em 1964. As ações do governo norte-americano no Brasil eram organizadas pelo embaixador Lincoln Gordon, que mantinha um contato direto com o presidente assassinado John Kennedy e depois com seu substituto Lyndon Johnson. Como na mostra Fico:

A atuação do embaixador Lincoln Gordon e do adido militar, Vernon Walters, iniciara uma fase jamais vista de interferência dos Estados Unidos na política interna brasileira, que teria como contrapartida a atitude subserviente do Brasil de Castelo Branco em relação à superpotência, involução diplomática que vinha se construindo, sobretudo durante o governo de Jânio Quadros. (FICO, 2008, p.137).

Os grupos que articularam a queda do presidente João Goulart se unificaram em torno de discursos comuns, como discursos de combate à corrupção e moralização do país; escolheram como bandeira o ódio ao comunismo que deveria ser combatido de toda forma. Com grande divulgação e apoio dos empresários, grandes meios de comunicação e ajuda norte-americana, o comunismo virou o grande inimigo da nação. Surgiu então o que Ansart denomina ressentimento, esse ressentimento que acaba por fomentar ódios, no caso canalizados contra o comunismo. E o ódio ao comunismo acabou servindo como justificativa para as ações totalitárias tomadas pelo governo militar.

O presidente João Goulart se encontrava em uma situação muito difícil: se, de um lado, a esquerda se radicalizava e ganhava força exigindo as reformas de base, por outro, à direita, setores mais conservadores da sociedade, parte do exército juntamente com o governo norte-americano articulavam a saída de João Goulart e conspiravam para derrubá-lo. E foi nesse clima que, na noite do dia 31 de março de 1964, se iniciou o golpe de estado que depôs João Goulart e instaurou a ditadura no Brasil. O presidente da câmara tomou posse e, cumprindo o que determinava a Constituição, convocou eleições indiretas. No dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional se reuniu para eleger de forma indireta o novo presidente que iria governar o país até 1965. As eleições aconteceram de forma separada para Presidente e para Vice-presidente. Com amplo apoio dos líderes políticos golpistas e das Forças Armadas, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco venceu com facilidade as eleições, tendo como vice Jose Maria Alkmin.

## 2.2 - ATOS INSTITUCIONAIS E A POLÍTICA DE REPRESSÃO.

A posse de Castelo Branco trouxe uma série de demandas dos grupos que apoiaram o golpe. A burguesia nacional vislumbrava a possibilidade de ter mais participação nas ações do governo, além de frear as reformas propostas tanto por trabalhadores via sindicatos, como por camponeses via movimentos rurais e outros movimentos sociais. Os grupos políticos que deram apoio à derrubada de Jango esperavam ter afastado a possibilidade de um golpe por parte da esquerda e já se organizavam para as eleições no ano de 1965. Nesse grupo podemos destacar os principais candidatos a presidente e seus partidos, Carlos Lacerda (UDN) e Juscelino Kubitschek (PSD). O governo norte-americano via contemplado seu interesse de frear o avanço do comunismo no país e, com o apoio de ditaduras militares (instauradas com seu auxílio) em alguns países vizinhos ao Brasil, criou uma rede que garantia o alinhamento ideológico da América do Sul ao seu governo. Para que essas demandas fossem cumpridas, Castelo Branco, logo no início, iniciou uma série de ações políticas visando garantir mudanças estruturais no país e silenciar os possíveis opositores.

Segundo Maciel, a institucionalização da Ditadura Militar não foi algo que aconteceu de forma instantânea, logo após o golpe militar, foram acontecendo diversos atos e ações no sentido de endurecer o regime. Do governo Castelo Branco ao governo Médici, podemos notar uma linha de continuidade que vai aprofundando o caráter militar da ditadura e acaba por submeter progressivamente a arena da disputa política à vontade e à autoridade do executivo federal e das forças repressivas que agiam em seu nome. A institucionalização da Ditadura Militar redefiniu as relações entre as instâncias que compunham a sociedade política e as relações entre Estado e sociedade civil. Portanto, ao falarmos em institucionalização da ordem política, não estamos falando em institucionalização apenas de medidas legais adotadas com a deliberada finalidade de modelar a arena da disputa política, mas estamos nos referindo também às relações políticas que permeiam essa arena,

relações estas que são capazes de delimitar tanto a participação política dos diversos setores sociais como suas opções políticas e ideológicas (Maciel,2004).

Logo, as ações do governo foram mostrando que o caminho para um governo de diálogos e de união entre opositores ao antigo governo não seria algo muito fácil de ser conquistado e Castelo Branco com os seus ministros militares foram endurecendo o regime. Descumprindo uma promessa feita em sua posse, o poder não foi repassado a um civil em eleições diretas, jogando por terra a ideia que partilhavam alguns setores da direita, intelectuais e políticos que apoiaram o golpe. Eles haviam lutado para derrubar um governo tido como subversivo e antidemocrático e acabaram ajudando a estabelecer um regime autoritário.

Castelo Branco assumiu a Presidência da República para completar o mandato presidencial de Jânio Quadros, e que se previa que em dois meses o Ato Institucional poderia expurgar da arena política os setores derrotados pelo golpe. No entanto, logo se descobriu a exiguidade desse prazo, e iniciaram-se as pressões para a prorrogação do mandato presidencial. Desse modo, a perspectiva moderadora era solapada pela própria motivação da intervenção militar. (MACIEL, 2004, p.44).

Já no início do regime e amparado pelo AI 1, o governo, através de seus auxiliares, dá início à “caça às bruxas”. O poder Executivo, fortalecido e com o apoio popular, valendo-se da prerrogativa a ele conferida pelo Ato Institucional nº 1, só entre 1964 e 1996 demitiu ou aposentou compulsoriamente cerca de dois mil funcionários, algo em torno de 386 pessoas que tiveram seus mandatos cassados ou direitos políticos suspensos por dez anos. Nas forças armadas, 421 foram compulsoriamente passados para a reserva. E sete em cada dez confederações e sindicatos sofreram intervenções e tiveram suas diretorias substituídas (GASPARI, 2002).

Os meses seguintes à posse de Castelo Branco foram marcados por contradições no campo político. Essas contradições se manifestavam em questões, como o cumprimento do calendário eleitoral, as restrições às atribuições do Congresso Nacional, a criação de uma institucionalidade paralela via atos institucionais e a repressão aos grupos opositores. Os grupos hegemônicos que apoiaram o golpe se unificaram em torno de vencer o populismo e o radicalismo das forças da esquerda, que poderiam culminar em uma ditadura socialista. Passados o golpe e a posse de Castelo Branco, esses grupos começaram uma disputa para garantir um espaço de decisão no governo. O grupo mais moderado do exército, que assumiu o poder

no processo de eleição indireta, começou a sofrer pressão tanto de setores do empresariado e dos grupos civis que haviam dado seu apoio ao golpe nas eleições, como do grupo da chamada “linha dura” do exército, liderados por Costa e Silva, que havia sido preterido na indicação para presidente pelos governadores. (MACIEL,2004, pag.63)

Em julho de 1964, foi cassado o mandato do senador Juscelino Kubitschek e, conseqüentemente, seus direitos políticos foram suspensos. Assim, ele estava fora das eleições do ano seguinte. Com a aprovação em agosto de um projeto ampliando o tempo do mandato de Castelo Branco, Carlos Lacerda, aliado ferrenho, rompe com o governo. Dessa forma, os dois principais candidatos das próximas eleições e que haviam apoiado o golpe se tornariam vítimas e agora denunciavam o caráter autoritário do novo regime (MACIEL, 2004).

A eleição para Presidente foi adiada, porém mantidas as eleições para o cargo de Governador para outubro de 1965, e 12 estados se preparavam para eleger seus governantes. Essa eleição funcionaria como um teste eleitoral para o novo regime. Setores do governo mais alinhados à “linha dura” e políticos ligados à UDN, na tentativa de evitar ascensão aos governos estaduais de setores políticos que não estavam comprometidos com o regime e mais próximos do que se queria extirpar do cenário político, começaram um processo para inviabilizar algumas candidaturas tidas como indesejáveis através de ações que visavam dificultar ou mesmo não permitir a disputa por parte de políticos contrários ao regime. Entre as candidaturas que sofreram intervenções por parte do executivo nacional podemos citar as alianças PTB/PSD em Minas (Paes de Almeida do PSD) e na Guanabara (Hélio de Almeida e Marechal Lott, da coligação PTB/PSD). Como esses políticos tiveram uma grande votação chegando a vencer em determinados locais o governo logo tratou de agir. Porém a vitória nas urnas dos candidatos mais críticos ao regime fez com que Castelo Branco tomasse medidas drásticas e uma delas foi a edição, no dia 27 de outubro de 1965, do Ato Institucional nº 2 (AI 2), que extinguiu todos os partidos políticos e permitindo com as novas regras a criação de apenas dois partidos políticos, enfraqueceu o poder judiciário, aumentando de 11 para 16 o número de ministros do STF ( Supremo Tribunal Federal) e transferiu para o foro militar o julgamento de civis acusados

de crime contra a segurança nacional. Essa medida tentava estabelecer a supremacia do Executivo sobre o Judiciário. Segundo Gaspari,

O AI nº 2 mostrou a essência antidemocrática da moderação Castelista. Derrotadas nas urnas em 1946,50 e 54, a direita militar vira-se diante de um dilema: a democracia com derrota ou a vitória sem ela. Durante os dias da crise militar que antecederam a recaída ditatorial, Castelo nada fez para defender a ordem constitucional que presidia. Numa só canetada, abandonou a legalidade formal e cassou aos brasileiros o direito de eleger o presidente da República. (GASPARI, 2002, p.249).

O Ato Institucional nº 2 extinguiu os 13 partidos existentes e, com o Ato Complementar nº 4/65, foram estabelecidas as novas regras para a criação de novos partidos. Entre outras exigências, algumas limitavam muito essa formação de novos partidos, por exemplo, seria necessário, para obter o registro, um número mínimo de 120 deputados federais e 20 senadores no Congresso (nesse período, o número de Deputados Federais era 409 e o número de senadores era 66). Dessa forma o governo obrigou os políticos a se abrigarem em apenas dois partidos, um de oposição e um de apoio ao governo. Para Maciel:

O MDB era um partido de oposição consentida, composto predominantemente pela oposição burguesa, mas capturado em sua essência orgânica pelo *transformismo*.... Essa situação foi-se evidenciando ao longo da institucionalização da ordem autoritária, pois o MDB exerceu função de canalizar o conflito político e as demandas dos setores hegemônicos descontentes (médio capital, classe média tradicional e setores da grande propriedade rural) e das classes subalternas para uma arena política. (MACIEL, 2004, p.51)

O outro partido que se formou foi a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que era um partido de caráter conservador e anticomunista. Reuniu os grupos que apoiavam o regime militar e serviu de base de sustentação ao governo no congresso. Com o bipartidarismo, o governo militar acabou subordinando a esfera de representação política à esfera de representação burocrática, pois a Arena tornou-se um apêndice do governo nas outras instâncias da sociedade política (Congresso, governos estaduais e municipais, legislativos estaduais e municipais). Segundo Maciel:

Segundo seu primeiro presidente nacional, Daniel Krieger (...) A função do partido era obter legitimidade para o governo junto à sociedade e continuar a “obra revolucionária”. Ou seja, a Arena era um *partido institucional*: ao invés de ser um aparelho privado de hegemonia, localizado na sociedade civil, com vistas à ocupação do Estado, era, ao contrário, um aparelho do Estado, com vistas a obter legitimidade junto à sociedade para o reforço de seu caráter

autocrático e da institucionalidade vigente. Legitimidade obtida através do voto e não da mobilização social. (MACIEL, 2004, p. 49)

No ano 1966, em 5 de fevereiro, Castelo Branco edita o Ato Institucional nº 3 (AI 3), que estendia as eleições indiretas também aos governadores e vice-governadores: a tarefa de escolher os governadores agora seria das assembleias estaduais. Os prefeitos das capitais do Estado seriam escolhidos pelos governadores com aprovação preliminar das Assembleias Legislativas, retirando das mãos do povo qualquer possibilidade de participação na escolha de seus representantes no poder executivo.

Ainda no governo do presidente Castelo Branco, foi promulgado o Ato Institucional nº 4, que convocava o Congresso Nacional (que se encontrava em recesso por decreto do presidente desde novembro) para se reunir de forma extraordinária entre os dias 12 de dezembro e 24 de janeiro a fim de discutir, votar e promulgar a nova Constituição elaborada pelo Presidente Castelo Branco e sua equipe de governo. A Constituição de 1967 foi fundamentalmente elaborada pelo governo e enviada para o congresso para ser referendada. O Congresso reaberto votou a nova Constituição em tempo recorde de 40 dias - a maior parte dos artigos foi votada como veio do poder executivo sem que houvesse qualquer tipo de discussão com a classe política ou com a sociedade, o que mostra o caráter autoritário do regime se consolidando com as ações tomadas pelo governo militar. Para Maciel:

A Constituição que rotinizou as medidas de exceção e legalizou a institucionalidade autoritária foi aprovada e entrou em vigor em março, junto com a Lei de Segurança Nacional (LNS). Esta, por sua vez, militarizava a política, pois considerava a disputa política, à luz da Doutrina de Segurança Nacional, ambiente privilegiado para a guerra subversiva interna, que ameaçava os objetivos estratégicos de segurança e desenvolvimento (MACIEL, 2004, p.53).

O governo militar reuniu nessa nova Constituição todos os Atos Institucionais, leis e decretos editados desde o início do regime, aumentando ainda mais o poder dos militares e se distanciando das promessas de democracia.

Com o final do governo Castelo Branco, toma posse como novo presidente Arthur da Costa e Silva, que assumiu com amplo apoio da média oficialidade e da classe média, que apoiavam novas medidas para o

endurecimento do regime - isso muito em razão de sua posição rígida e linha dura - e por alguns setores políticos que acreditavam que em seu governo aconteceria a abertura política, devido ao seu discurso de posse, em que adotou um tom mais pacificador e pediu uma “conciliação nacional”. As aspirações com relação a um governo mais aberto ao diálogo político logo foi dando espaço à constatação de que o novo regime não seria transitório e que havia vindo para ficar. Para Maciel:

No entanto, as expectativas otimistas em relação ao novo governo logo se dissiparam... Na verdade, a rápida desagregação do clima de “conciliação nacional” se explica por uma contradição hoje visível: um governo desejoso de legitimação popular (pois a legitimidade obtida com o golpe e com a perspectiva moderadora já se havia esvaído), porém sustentado por uma institucionalidade autoritária extremamente desmobilizadora e impeditiva de qualquer iniciativa política que ocorresse por fora da aparelhagem institucional criada. (MACIEL, 2004, p.55)

O governo de Costa e Silva foi marcado pelo retorno das grandes manifestações de rua, principalmente por parte dos estudantes. O estopim para que o conflito entre o governo e os estudantes tomasse conta das ruas foi o assassinato do jovem estudante secundarista Edson Luís, no dia 28 de março de 1968, pouco mais de um ano da posse de Costa e Silva. O estudante participava de uma manifestação pedindo melhorias em um restaurante popular do Rio de Janeiro conhecido como Calabouço - esse restaurante há mais de 10 anos servia comida principalmente a estudantes secundaristas e aos que se preparavam para o vestibular; o prato era vendido por um preço simbólico e era visto como fruto da política assistencialista e populista dos governos anteriores ao golpe. A Polícia Militar foi chamada para controlar a manifestação, os jovens atiraram pedras nos policiais no momento em que um dos policiais atingiu com um tiro o peito do jovem estudante Edson Luís, que faleceu no local. A morte do estudante Edson Luís causou uma comoção geral não só na cidade do Rio de Janeiro como em todo Brasil. Seu enterro foi acompanhado de mais de 50 mil pessoas. Segundo Gaspari:

Havia quatro anos a política brasileira estava torta, deformada pela ditadura e pelas conseqüentes pressões que eram exercidas à direita e à esquerda pelas dissidências do regime e da oposição. A partir da morte de Edson Luís, a contrariedade foi para a rua. Isso ocorreria de qualquer maneira, naquele ou noutro dia, com cadáver ou sem ele. O país sangrava em virtudes das punições de 1964 e das mutilações eleitorais de 1965. As cassações desmoralizaram a representação

política, e a supressão das eleições diretas cortara o caminho para o exercício da cidadania. (GASPARI, 2002, p.290).

A partir de março de 1968, se intensificaram as manifestações públicas contra o regime militar: os confrontos entre estudantes e policiais eram diários e a cada manifestação organizada pelos estudantes crescia o número de apoiadores. No dia 26 de junho de 1968, a UNE (que continuava na ilegalidade) convocou uma grande passeata no Rio de Janeiro para protestar contra o governo. Compareceram mais de 100 mil pessoas, entre estudantes, artistas, intelectuais e líderes sindicais. Como resposta, o governo radicalizou e começou a perseguir toda a liderança estudantil e a reprimir com violência toda manifestação estudantil nas ruas do país. Essa movimentação no ano de 1968 aconteceu no Brasil e em várias partes do mundo, uma vez que as políticas tradicionais não acomodavam as novas demandas da sociedade. Os atores dessa movimentação foram principalmente estudantes que identificaram, entre outras coisas, as múltiplas situações de opressão no cotidiano e a vontade de lutar por maiores espaços na participação política. Mesmo ganhando força no restante do mundo a partir de 1968, no Brasil, devido à repressão, esses movimentos foram sufocados e voltaram à cena ganhando força só no final dos anos 1970, principalmente após a eclosão das greves dos metalúrgicos da região do ABC em São Paulo, também no final dos anos 70, e com o progresso do distensionismo do presidente Geisel.

O movimento operário também teve um papel importante na oposição ao governo Costa e Silva, com os sindicatos controlados por órgãos do governo. Os operários tentaram, entre os anos de 1967 e 1968, se articular para contestar contra medidas tomadas a partir de 1964 e que prejudicavam os trabalhadores, como o arrocho salarial e o fim da estabilidade decenal com o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Para Maciel, mais à esquerda no espectro político, tais setores também propugnavam o combate ao governo autoritário e a criação de novas estruturas sindicais por fora do sindicalismo do governo. Foi nesse ambiente que surgiram os movimentos grevistas de 1968 em Contagem (Minas Gerais), São Bernardo do Campo e Osasco (São Paulo). O movimento grevista de certa forma simbolizava a contestação não só com as reformas impostas pelo governo militar, mas

também a insatisfação do meio operário com a ordem política, reforçando a oposição ao governo nos diversos setores da sociedade civil. (MACIEL, 2004).

O aumento da repressão desencadeada pelo governo e a radicalização dos grupos de oposição causavam uma instabilidade política que não poderia ser tolerada pelos militares. Para agravar ainda mais a situação, a Câmara dos Deputados, no dia 12 de dezembro de 1968, votaria contra a punição do deputado Marcio Moreira, que havia feito duras críticas ao governo e aos militares em discurso no plenário. Como previra o senador Daniel Krieger, estava instaurada uma crise nas relações entre os militares e o Congresso Nacional. Na análise de Diogo:

A câmara, contudo, não suspendeu a imunidade do deputado e muito menos concordou com a cassação. Foi uma grande e ruidosa vitória da oposição, que contou com os votos da maioria dos parlamentares da Arena. Os militares e seus aliados entraram em desespero. Não conseguiam entender como um partido governista pode votar contra o governo. Isto era contra a disciplina militar e incompatível com o mundo da política dos generais. (DIOGO, 2012, p.218).

Em represália à ação dos parlamentares, no dia 13 de dezembro de 1968, o ministro Gama filho anunciou, em cadeia de rádio e televisão, o AI 5, em que o presidente Costa e Silva fechava o Congresso Nacional por tempo indeterminado. Sob o pretexto de garantir a ordem e a segurança nacional, impedir a ação de subversivos e a continuidade do processo revolucionário, o presidente Costa e Silva centralizava todas as decisões da esfera política e jurídica no poder executivo e militar. Segundo Maciel:

Entre as principais medidas, o AI 5 concedia ao presidente da República o poder de decretar o recesso do legislativo em todos os seus níveis (federal, estadual e municipal), de decretar intervenção federal nos governos estaduais e municipais, de cassar mandatos e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos, além de abolir o direito ao *habeas corpus* para os acusados de crimes contra a segurança nacional. (MACIEL, 2004, p.64).

O governo também poderia censurar os meios de comunicação, eliminar as garantias de estabilidade do poder judiciário e de todos os funcionários públicos. “O AI 5 foi a radicalização da ditadura, libertou-a das amarras da legalidade” (GASPARI,2002, p.).

Diante da repressão e do endurecimento do regime militar, os opositores começaram a organizar ofensivas para resistir: surgiram nesse período grupos de resistência armados, que se organizaram em guerrilhas - a Aliança Libertadora Nacional (ALN), que tinha como um dos líderes Carlos Marighela, aderiu à guerrilha urbana como caminho contra a ditadura; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca; e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) entre outros. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) também aderiu à guerrilha como forma de luta, ao contrário do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que defendia que os seus membros se juntassem ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e lutassem pela redemocratização no campo político. Esses grupos armados assaltavam e sequestravam como forma de se manter e se financiar. Sobre esse período, o historiador Jacob Gorender escreve:

O capítulo das lutas de massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade não havia resposta possível que não a do combate pelas armas. As vanguardas revolucionárias não podiam ser partidos políticos com “braços armados”, mas organizações de corpo inteiro militarizados e voltados para as tarefas da luta armada. (GORENDER, apud GASPARI, 2002, p.363).

Em resposta às ações armadas dos grupos de esquerda, o governo intensificou seu aparelho repressor, criando, em 27 de junho de 1969, a Operação Bandeirante (OBAN), que tinha por finalidade “localizar, identificar e capturar” membros da resistência bem como eliminar essas organizações. Após seu sucesso no estado de São Paulo, foi ampliado para todo o país, dando origem ao DOI/CODI (Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna).

Em agosto de 1969, Costa e Silva foi diagnosticado com uma trombose cerebral, ficando impossibilitado de governar, o que gerou uma crise política: na impossibilidade de o presidente governar deveria tomar posse o vice, no caso o civil Pedro Aleixo. O fato de um civil assumir a presidência da República desagradava os militares. Então, foi composta uma junta governativa transitória que seria responsável por governar o país até a solução do impasse. Para Diogo, os militares acionariam mais um dispositivo:

A substituição do presidente, no entanto, aumentou a grave crise política e militar no país. O Alto Comando Militar impediu a divulgação

do fato (a doença real e a necessidade de substituição) durante alguns dias. Depois de muitas reuniões, o vice-presidente eleito, Pedro Aleixo, foi impedido formalmente de assumir, pois os militares da linha dura alegavam que ele era contra os “princípios revolucionários” e contra o Ato Institucional nº 5. (DIOGO, 2012, p.222).

O nome do novo presidente foi escolhido em uma votação da qual participaram somente os militares de alta patente. Ao contrário das eleições anteriores, as forças políticas só foram chamadas para referendar o nome do General Emilio Garrastazu Médici para presidente da República.

O governo do presidente Médici foi o período de maior endurecimento do regime militar, aliado ao crescimento econômico (que será analisado posteriormente), O governo Médici investiu em um programa de propaganda para mostrar a imagem de um país que crescia e se modernizava ao mesmo tempo em que censurava os meios de comunicação para evitar as críticas. Logo no início, estabeleceu o Decreto nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que, sob o pretexto de defesa da moral e dos bons costumes, estabeleceu que todos os meios de comunicação, espetáculos públicos, programações de rádio e televisão, venda e exposição de livros e periódicos deveriam passar anteriormente pelo crivo de um agente do governo. Se, por um lado, o governo Médici censurava os meios de comunicação de forma a esconder os excessos, os erros e fugir das críticas, por outro lado o governo investia pesado em uma propaganda para mostrar os avanços e exaltar o patriotismo dos brasileiros: *slogans* como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Esse e um país que vai para frente” eram usados como parte da estratégia de propaganda governamental, na busca dos chamados signos comoventes de Ansart.

Enquanto o governo usava propagandas para mostrar um Brasil grande que se desenvolvia, o terror e a perseguição aos setores de oposição cresciam e se intensificavam de forma assustadora. O governo do presidente Médici foi responsável pelo período mais duro e mais repressivo da ditadura militar. Com as medidas tomadas pelos militares para suprimir os grupos de oposição ao regime, o caminho encontrado por alguns grupos opositores foi resistir através de guerrilhas: intensificaram-se as lutas de grupos de guerrilhas urbanas e rurais. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que não aderira à luta armada,

mas, sim, com uma grande parte de seus integrantes, à oposição institucionalizada no MDB, mesmo ele teve parte de seus militantes presos, torturados e mortos (DIOGO, 2012).

O PC do B (Partido Comunista do Brasil) se juntou a grupos como a ALN (Aliança Libertadora Nacional), MOLIPO (Movimento de Libertação Popular), VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Os grupos armados recebiam apoio financeiro e treinamento em guerrilha de países como Rússia, Cuba e Coreia do Norte. Até o início do segundo semestre de 1970, as organizações armadas de esquerda assaltaram cerca de trezentos bancos, empresas e carros-fortes. Conseguiram arrecadar algo em torno de 1,7 milhão de dólares - a VAR - Palmares, responsável por um assalto à casa do ex-governador Adhemar de Barros, levou um valor estimado em 2,6 milhões de dólares (GASPARI, 2002).

Esses grupos armados foram sendo desarticulados pelo aparelho repressivo dos militares com o uso de prisões, torturas e mortes, mas um outro fator também contribuiria para o enfraquecimento das guerrilhas: e a baixa adesão dos trabalhadores que, nesse período, não contavam com sindicatos fortes e articulados que os integrassem aos movimentos de contestação. De acordo com Gaspari:

Os trabalhadores não se alistaram na revolução popular. Marcelo Ridenti mostrou que mais da metade das 2.592 pessoas com ocupação conhecidas processadas judicialmente por quaisquer tipos de relação com organizações armadas vinham das camadas médias intelectualizadas da sociedade. Na ALN, para 237 estudantes, professores e cidadãos com diplomas de curso superior, havia apenas 68 trabalhadores manuais urbanos. Na VPR havia catorze professores para treze trabalhadores manuais urbanos. (GASPARI, 2002, p. 198.)

Um dos episódios mais marcantes da resistência armada no Brasil foi a Guerrilha do Araguaia, movimento organizado pelo PC do B. A Guerrilha do Araguaia se organizou por volta de 1967, quando o PC do B enviou militantes para a região conhecida como “Bico do Papagaio”, que ficava na divisa do estado do Pará com o estado de Goiás (hoje Tocantins). A área muito extensa era pouco povoada e de difícil acesso. O PC do B, que não tinha participado das lutas armadas urbanas, seguia o modelo revolucionário chinês, que consistia em ganhar a confiança das populações camponesas locais e vir do campo para a cidade com um amplo apoio popular (VILLA, 2014).

A Guerrilha do Araguaia durou até o ano de 1974, quando foi desarticulada pelo exército, tendo sido seus militantes quase todos mortos em confronto. Para Gaspari:

O que se deu no Araguaia foi o paroxismo do choque dos radicalismos ideológicos que, com seus medos e fantasias, influenciaram a vida política brasileira por quase uma década. A esquerda armada supusera que estava no caminho da revolução socialista, e a ditadura militar acreditava que havia uma revolução socialista a caminho. A esquerda armada se aprisionara numa tática de choques deliberadamente isolacionista e fora esmigalhada pela violência do Estado. (GASPARI, 2002, p.416).

No final de 1973, tanto a Arena quanto o MDB se mobilizavam para discutir as eleições de janeiro de 1974, que iria eleger o sucessor do presidente Médici. Pela primeira vez, desde 1964, a oposição iria lançar um candidato para concorrer contra um candidato militar. Esse candidato seria Ulisses Guimarães, presidente do MDB, que decidira lançar o que chamou de “Anti-candidatura”, cujo objetivo era viajar pelo país e denunciar as mazelas do regime e dar uma oportunidade para a oposição se manifestar em um regime onde o espaço para debate era muito restrito, pois o resultado das eleições já estava previsto. Sobre isso Villa nos mostra que:

A derrota era certa. Afinal, o Colégio Eleitoral era dominado pela Arena. Eram 508 votos divididos entre os 66 senadores, 310 deputados federais e 132 delegados das assembleias estaduais (eram seis por estado). A Arena controlava 59 senadores, 223 deputados e os delegados de 21 estados (a exceção era a Guanabara). Contava, portanto, com 408 dos 508 votos do Colégio Eleitoral. E, não se pode esquecer, havia a fidelidade partidária, que impedia os parlamentares de um partido de votarem no candidato do outro partido. (VILLA, 2014, p.99)

No partido do governo, a escolha do próximo presidente já havia sido referendada em uma reunião da Arena em setembro de 1973: o nome de Ernesto Geisel já havia sido escolhido por Médici e seu círculo mais próximo há algum tempo, e só restava ao partido bater o martelo (GASPARI, 2003).

Como já era esperado, em 15 de janeiro de 1974, o Colégio Eleitoral se reuniu para votar o nome do presidente da República pelo período 1974-1979. Na manhã de 15 de janeiro, Geisel foi eleito por 406 votos contra 76 dados a Ulisses Guimarães e 23 abstenções.

### 2.3 - ECONOMIA DURANTE OS GOVERNOS MILITARES.

Com o mundo polarizado pela Guerra Fria, o temor de que o Brasil se alinhasse à União Soviética era constante e isso fez com que diversos grupos se articulassem para derrubar o governo de João Goulart, como já vimos, principalmente devido à sua proximidade com grupos considerados de esquerda. Entre os grupos que se articularam para evitar um governo de caráter socialista no Brasil, podemos destacar não só a influência do governo norte-americano, que via nessa possibilidade um grande risco, devido à importância e influência do Brasil na América do Sul, mas também a participação decisiva de parte da elite burguesa brasileira, que deu todo apoio ao golpe. Setores da burguesia brasileira, através do IPES-IBAD, orquestraram diversas ações para desestruturar o governo e criar uma crise não só política, mas também econômica, forçando assim sua queda. O país estava diante de uma grave crise econômica que só crescia e dificultava a condução das reformas necessárias.

Era um governo em crise, com a bandeira das reformas hasteada no mastro da intimidação. A tensão política somava-se um declínio econômico. O presidente dizia que “o vertiginoso processo inflacionário a que estamos submetidos irá fatalmente arrastar o país à bancarrota, com todo o sinistro cortejo de um desastre social de proporções catastróficas”. Os investimentos estrangeiros haviam caído à metade. A inflação fora de 50% em 1962 para 75% no ano seguinte. Os primeiros meses de 1964 projetavam uma taxa anual de 140%, a maior do século. Pela primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra, a economia registrara uma contração na renda per capita dos brasileiros. O governo gastava demais e arrecadava de menos, acumulando um déficit de 504 bilhões de cruzeiros, equivalente a mais de um terço do total das despesas. Num país onde a tradição dava aos ministros da Fazenda uma média de vinte meses de permanência no cargo, Goulart dera pouco mais de seis meses a seus cinco ministros. (GASPARI, 2002, pag.49).

As ações do governo norte-americano e de parte importante da burguesia brasileira tinham como um dos seus interesses fazer reformas na economia do país e garantir que grupos econômicos nacionais e internacionais tivessem maior participação nas decisões do governo central. Os grupos hegemônicos que uniram força para orquestrar o golpe, tinham demandas diversas, porém se uniram para frear o avanço de reformas que de alguma forma ameaçavam a manutenção do domínio econômico (ideia do inimigo

comum, de Ansart). Para Maciel (2004), o golpe teve um caráter contrarrevolucionário:

Configurou-se como um movimento histórico auto defensivo e contrarrevolucionário do conjunto das frações burguesas, que limita a ação do Estado ao horizonte dos interesses burgueses e exclui as demandas por sua democratização. Também fortaleceu a solidariedade entre classes dominantes e aparelho estatal, destruiu os mecanismos políticos que obstruíam as potencialidades da dominação burguesa e criou as condições necessárias para o avanço do desenvolvimento capitalista no país em sua fase monopolista, particularmente porque o Estado aparece não só como a estrutura principal, mas como o dinamismo do poder burguês. (MACIEL, 2004, pag.25).

Enquanto o governo promovia uma verdadeira caça às bruxas ou aos comunistas, cassando mandatos e perseguindo líderes opositores ao regime, também usava todos os mecanismos para reorganizar a economia e atender aos interesses dos financiadores do golpe. O governo cortou os subsídios que eram dados a setores de ferrovia e navegação, a toda a importação de trigo e à produção de energia, aumentando a dependência do capital privado e do capital internacional. Essa ação teve como efeito a elevação dos preços do pão, do ônibus, do trem e da eletricidade. (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004). E, contando com a desarticulação dos principais sindicatos, buscou mudar regras trabalhistas, para atender a setores da burguesia e do capital internacional.

Em agosto de 1965, consegue aprovar, em um Congresso Nacional expurgado pelas cassações e acuado pelo risco de novas perseguições, a lei que permitia ao governo controlar salários no setor privado. Por três anos o governo da ditadura fixou salários no setor privado. Era o arrocho salarial a serviço do setor público e do setor privado. Era o arrocho salarial a serviço da maior taxa de lucros das empresas, e vinha junto com a liquidação da estabilidade do trabalhador no emprego — que antes do golpe se dava pelo pagamento da indenização em dobro após os dez anos de vínculo empregatício e foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004, p. 45).

As reformas econômicas adotadas pelos primeiros anos do governo militar, associadas a outros fatores, como o endividamento externo (o governo brasileiro obteve dinheiro a juros mais baixos e prazos mais longos para pagamento), proporcionaram um crescimento para a economia brasileira entre os anos de 1968 – 1973, período que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro” e foi amplamente divulgado pelo governo como forma de promover o regime, camuflar as ações políticas e a repressão e satisfazer o capitalismo em andamento. Nesse período, o país experimentou um ciclo de

crescimento comandado pelo ministro Delfim Moreira, que havia assumido a equipe econômica do Governo em 1967 e permaneceu até o ano de 1974. A política econômica adotada por sua equipe fez crescer o PIB (Produto Interno Bruto), enquanto controlou a taxa de inflação dentro da meta do governo.

Segundo Gaspari:

Vivia-se um ciclo de crescimento inédito na história nacional. Desde 1968 a economia mostrara-se não só revigorada, mas também reorientada. O ano de 1969 fechara sem deixar margem a dúvidas: 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto, 11% de expansão do setor industrial e inflação estabilizada pouco abaixo dos 20% anuais. Depois de quinze anos de virtual estagnação, as exportações chegaram a 1,8 bilhão de dólares, com um crescimento de 23% em relação ao ano anterior. A taxa de poupança bruta ficara em 21,3%, índice jamais igualado. A indústria automobilística estava a pleno vapor, e a construção civil entrara em tal atividade que faltou cimento. Os números do primeiro semestre de 1970 indicavam que a prosperidade prosseguiria (fechou o ano com um crescimento de 10,4%). O Brasil se tornara a décima economia do mundo, oitava do Ocidente, primeira do hemisfério sul. (GASPARI, 2002, p.213).

Também políticas como a criação em 1971 do Prorural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), que instituía um amplo programa de aposentadoria que pagava meio salário mínimo aos trabalhadores do campo ou pequenos proprietários que completassem 65 anos de idade. (GASPARI, 2002). O Milagre econômico contou com um grande endividamento nas contas do país que aumentou e muito a dívida externa, o governo do presidente Médici além das ações administrativas tomadas que beneficiaram o governo e ajudou no crescimento, contou também com um período de expansão do crédito aos países Sul-americanos por parte principalmente do governo Norte-americano, o Brasil contratava empréstimos a juros considerados pequenos e com prazos longos para pagamento. Com essa ajuda do crédito internacional o governo financiou grande parte do desenvolvimento nacional e garantiu a abertura de empresas estatais.

Logo após o fim do governo Médici, no entanto, “o milagre econômico” começa a dar sinais de esgotamento, em parte devido ao endividamento do país, em parte devido a uma grave crise mundial, a conhecida “crise do petróleo” (que teve como principal consequência uma alta muito forte no preço do barril do petróleo principalmente entre os anos de 1973 e 1974). Com o desgaste do modelo econômico adotado por seus antecessores, que geraram o

“milagre econômico”, o presidente Geisel assumiria uma posição mais nacionalista, se aliando a empresários que defendiam esse modelo de economia. Essa ação desagradou não somente aqueles que defendiam uma maior liberdade na economia (liberais), mas também o capital internacional. Logo após a transição do governo de Médici para Geisel, iniciou-se o movimento pela construção da indústria de base e de construção de navios e armamentos.

Em maio, o conselho de Desenvolvimento Econômico aprovou a criação de três empresas vinculadas ao BNDE- Investimentos Brasileiros S.A. (Ibrasa), Mecânica Brasileira S.A (Embramec) e Insumos Básicos S.A. Financiamento e participação com objetivo de colaborar com o empresariado nacional. Três meses depois, o Ministério das Comunicações decidiu que as compras de equipamentos de comunicação deveriam ser nacionalizadas em 90%, isto é, deveriam ser produzidas internamente. Ainda no mês de maio, Geisel foi ao Paraguai – onde formalizou a criação da Itaipu Binacional – e à Bolívia, assinando acordo referente à compra de gás. Foram repostas à necessidade de diversificação das fontes de energia frente ao aumento do preço do petróleo. Em julho, o governo divulgou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com metas ousadas para a produção de energia (inclusive diversas alternativas ao petróleo, como etanol e a energia nuclear), bens de capital, alimentos e insumos básicos. Até o reequipamento das Forças Armadas deveriam dar preferência às empresas nacionais. Só o plano de construção naval previa a criação em estaleiros nacionais de 750 navios. (VILLA, 2014, p.108)

Defendendo sua postura de um governo mais nacionalista, o presidente afirmava que tinha dúvidas se as multinacionais eram “um bem ou um mal” e fazia diversas críticas ao comportamento meramente especulativo do capital externo. Defendia não só a intervenção estatal, mas a existência de empresas estatais em áreas que o capital privado nacional não tinha condições de ocupar (MACIEL, 2004). O governo Geisel também foi responsável pela retomada das relações brasileiras com países comunistas, como a China, por exemplo, o que desagradou a ala mais linha dura das Forças Armadas. A esse questionamento Geisel, respondeu:

Por que nós não vamos reatar relações com a China? A resposta foi que a China era um país comunista. Por que então vocês não vêm me propor romper relações com a Rússia? Se o Brasil tem relações com a Rússia por que não pode ter com a China? Se vocês querem ser coerentes, então vamos virar mesmo uma colônia dos Estados Unidos. (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p.439).

Entretanto, a política econômica adotada por Geisel não foi capaz de impedir os efeitos nocivos da crise mundial na economia nacional nem de lidar

com as consequências do endividamento da nação pelo “milagre econômico”: a inflação, que era 13,5 % em 1973, passou para 34,5% já em 1974, chegando ao final do governo em 94,7%. E o endividamento externo só aumentava a cada ano, chegando ao final do governo Geisel em quase US\$ 90 bilhões - quando assumiu o governo a dívida era de aproximadamente US\$ 60 bilhões. (DIOGO, 2012).

À medida que a crise econômica se agravava, os militares passaram a enfrentar não só uma divisão interna, mas também a contestação por parte de setores da burguesia e do capital internacional. A cada nova medida adotada, o governo perdia mais apoio, o que acabava dificultando ainda mais o sucesso de tais medidas. Foi nesse contexto que Geisel passou o mandato para seu sucessor, João Batista Figueiredo, que assumiu com a função de concluir a abertura política e melhorar os indicadores econômicos.

Mas o cenário não mudou muito, pois o novo governo amargava resultados cada vez piores: o governo havia adotado uma postura de crescer a qualquer custo - o PIB crescia, mas o governo fracassava em conter o crescimento da inflação, que, em 1979, fechou o ano em 77%; o déficit comercial de 1979 foi de US\$ 2,8 bilhões; a dívida externa cresceu 3 bilhões; e as reservas internacionais caíram para US\$ 9,6 bilhões. No ano de 1980, o governo enfrentou uma crise maior ainda, pois a inflação atingiu a casa dos três dígitos, fechando o ano em 110 %, com um déficit comercial de US\$ 3 bilhões e uma dívida externa que continuava a subir. Em entrevista, Figueiredo reconheceria o momento difícil pelo qual passava a economia:

Seria uma inverdade, da minha parte, dizer o contrário. Um país que vai gastar em um ano 7,5 bilhões de dólares para comprar petróleo e 8,5 bilhões de dólares para pagamento de sua dívida externa, entre juros, amortização etc. totalizando 16 bilhões de dólares, e que não conseguiu exportar 14 bilhões de dólares, não está em situação agradável. (VILLA, 2014, pag.133).

Desde o início do mandato, o governo do presidente Figueiredo enfrentava dificuldades no campo econômico, parte devido à crise no cenário mundial e parte devido ao esgotamento do modelo econômico adotado pelo regime militar. O governo de Figueiredo enfrentava, em 1983, uma inflação de 211%. A dívida externa não parava de subir. Foi o primeiro presidente em cujo

mandato o Produto Interno Bruto (PIB) sofrera contração (-4,25) em 1981 e em 1983 (- 2,9%). Diante o agravamento da crise econômica e política, frações das classes dominantes brasileiras começam a tornar mais clara suas insatisfações e a iniciar seu afastamento do regime de 1964. E a situação ficou mais insustentável à medida que o FMI começou a adotar medidas mais recessivas em acordos com o governo.

A maior recessão do país, desde a década de 1950, esboçara-se ainda em 1981, configura-se em 1982 e se aprofunda em fevereiro de 1983. “Delfim Neto, João Figueiredo e o sexto governo revolucionário achavam-se agora no pior dos mundos possíveis. O crescimento econômico, meta consensual da elite, acabara. O Brasil era agora apenas mais um suplicante das boas graças do FMI. O FMI exigia e o governo militar cumpria: corte de orçamento das estatais, corte de 30% nas verbas das universidades, redução nas encomendas para as indústrias de construção civil, comunicação e transporte, cuja produção caía em mais de 50%”. (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004, pag.48).

Diante da impossibilidade de dar respostas satisfatórias à parte da elite da burguesia nacional, o apoio dos grupos econômicos que apoiaram o golpe de 1964 começou a se converter em oposição. Mesmo o governo tomando medidas para proteger o capital financeiro dos efeitos da crise, a situação piorava na medida em que a luta pelo excedente econômico entre o setor público e o privado se acirrava, e isso acabou fazendo com que se aumentassem as contradições entre o governo militar e os grupos financeiros.

“A política econômica adotada pelo governo contribuiu para isolá-lo politicamente, pois este se viu pressionado pelas frações hegemônicas do bloco do poder, de um lado, e pelo movimento das classes subalternas, de outro, com consequências inevitáveis no plano da disputa política”. (MACIEL, 2004, pag.281).

Com a situação política e econômica desfavorável, o governo não teria muita força para enfrentar o processo eleitoral que se aproximava: a crise econômica e a impossibilidade de sua solução em curto prazo levaram, então, a uma inevitável ruptura entre a elite econômica e o governo militar. Sem esse apoio, se tornava mais difícil a cada dia a manutenção dos militares no comando do país. Assim, com essa ruptura, parte importante do grupo financeiro acabou se acomodando nas forças de oposição ao regime, em um processo de acomodação política que visava conquistar espaços em futuros governos. Daí que tais grupos se tornariam peça não só do processo das Diretas Já, mas também da eleição de Tancredo Neves, garantindo uma

transição menos traumática entre governo militar e governo civil conforme perspectivavam: sem grandes rupturas.

#### 2.4 - DA DISTENSÃO À ABERTURA POLÍTICA: CONFLITOS INTERNOS NO GOVERNO MILITAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Ernesto Beckmann Geisel assumiu a presidência da República no dia 15 de março de 1974. Desde sua primeira reunião ministerial, ele já havia se comprometido em fazer esforços para um gradual, (VILLA, 2014). Geisel não assumiria uma tarefa fácil nesse sentido, pois, a partir de abril de 1974, começariam a vencer os dez anos de cassação dos direitos políticos das primeiras vítimas do regime militar. A oposição começava a se animar, levada pela empolgação da participação do MDB nas eleições presidenciais de 1973 e pela adesão ao partido de alguns militantes oriundos da luta armada. O MDB se mobilizava para as eleições legislativas que aconteceriam no final de 1974.

Geisel assumiu o governo com um projeto de distensão política que seria um caminho para uma transição democrática “lenta, gradual e segura” a ser percorrido em vários anos (VILLA, 2014). A ideia de abertura política não agradava aos setores mais duros das Forças Armadas e Geisel começou a enfrentar oposição entre os militares. Um dos grandes desafios para esse projeto seria a retomada do comando do presidente sobre as forças armadas, que se encontravam divididas e gozavam de certa independência em suas ações.

Os conflitos de Geisel com a “linha dura” das Forças Armadas aumentavam a cada tomada de decisão do presidente rumo à distensão política - o regime tinha uma enorme dificuldade de conviver com a democracia. A “linha dura” não perdia oportunidade de atacar a oposição e, por tabela, o processo de distensão. O alvo predileto era o ministro Golbery do Couto e Silva, considerado pelos extremistas um traidor (VILLA 2014). Golbery do Couto e Silva era tido como o homem forte do Governo Geisel e havia sido o responsável, junto com o presidente, pela elaboração do projeto distensionista. Para Maciel:

O projeto distensionista começou a ser pensado pelo presidente Geisel e seus assessores mais próximos ainda no segundo semestre de 1973, logo após sua indicação para a sucessão de Médici. Segundo seu depoimento, formavam sua equipe os generais Golbery do Couto e Silva, Moraes Rego e o capitão Heitor Aquino Ferreira. Particularmente com Golbery do Couto e Silva é que a distensão começou a ser planejada, como uma meta de “normalização” do país, a ser cumprida ao longo do governo. (MACIEL, 2004, p.89).

Ainda segundo Maciel, dia 15 de novembro de 1974, ocorreriam eleições para o senado e para a câmara dos deputados. Essas eleições renovariam um terço do senado e todas as cadeiras da câmara dos deputados. O presidente Geisel sinalizou seu desejo de reduzir gradativamente o controle do governo nas eleições e optou pela realização igualitária da propaganda eleitoral na televisão e no rádio.

Antes das eleições para o Congresso, os deputados estaduais referendaram os nomes dos novos governadores, que tomariam posse em março de 1975, todos escolhidos com influência do Palácio do Planalto. O MDB optou por votar em branco e dessa forma todos os governadores eleitos eram do quadro político da Arena, partido do governo. Devido ao fraco desempenho do MDB nas eleições de 1970 (o partido elegeu apenas 6 das 46 cadeiras para o senado) e na superioridade de representantes ocupando cargos eletivos, além da maioria no congresso, a Arena controlava 21 dos 22 estados, 91% das prefeituras e 86% das cadeiras de vereadores. Geisel, com a percepção de que tinha o controle total sobre as eleições, queria uma vitória não tão grande que parecesse uma fraude e nem tão pequena que parecesse uma derrota. (GASPARI, 2003).

No entanto, contrariando as previsões do governo, as eleições de 1974 acabaram consagrando uma grande vitória do MDB. De acordo com Villa:

A oposição venceu as eleições para o senado em dezesseis estados. A Arena venceu em seis, em um dos quais, o Maranhão, não havia candidato do MDB. Nesse estado, o senador arenista eleito teve 295 mil votos; os votos brancos e nulos foram 170 mil e a abstenção foi de 209 mil eleitores. Em São Paulo, Orestes Quércia, que tinha sido deputado estadual e prefeito de Campinas, venceu surpreendentemente Carvalho Pinto, que concorria à reeleição e já tinha sido governador do estado. No Rio Grande do Sul, Paulo Brossard obteve 1,3 milhão de votos e seu opositor 897 mil. Havia quatro anos a Arena tinha conseguido preencher as duas cadeiras. Dos nove estados do Nordeste, o MDB venceu em quatro – em 1970

tinha perdido em todos os estados. Na região Sul e Sudeste venceu em todos os estados. (VILLA, 2014, p.110).

O resultado dessas eleições só não teve um impacto maior para o governo porque só houve a renovação de um terço das bancadas, e a renovação dos outros dois terços só aconteceria em 1978. O MDB também fez maioria nas assembleias legislativas de cinco estados, ou seja, com os deputados que seriam os responsáveis por eleger os próximos governadores.

Diante do fracasso da Arena nas eleições, Geisel tentou passar uma mensagem de que estava tudo dentro do esperado e que tudo isso fazia parte do projeto distensionista, isto é, de que a vitória do MDB já era esperada (MACIEL, 2004).

Os setores da “linha dura” contrários ao projeto de distensão se organizavam e não aceitavam qualquer possibilidade de abertura do regime: as prisões, torturas e mortes continuavam. Em 1974, foram assassinadas mais de 50 pessoas pelo regime, a maioria nos cárceres do DOI/CODI. Como o governo já havia eliminado praticamente todos os grupos de guerrilha rural, o foco agora eram os grupos armados das cidades, nesse momento quase inexistentes. Os membros do PCB, em sua maioria, haviam procurado ocupar espaços no MDB. Para Villa:

Depois de eliminar um terço do Comitê Central do Partidão, o foco da repressão dirigiu-se às suas bases. A “luta contra o perigo vermelho” era também um meio de atender aos setores repressivos, transformando-os em parte do regime e em uma voz importante, a ser ouvida em um processo de distensão política. Desde o início do ano, duzentos supostos militantes do PCB tinham sido presos – no total do ano, só em São Paulo, foram 347. O número de prisão era tão grande que não havia celas suficientes. Quase todos foram torturados. (VILLA, 2014, p.114).

No segundo ano de governo de Geisel, o grupo mais próximo ao presidente e os setores mais duros das forças armadas entram em choque, as divergências ficando mais evidentes. O grupo que tinha o domínio dos porões já preparava seu candidato à presidência da República: o general Sylvio Frota, chefe do Estado Maior do Exército, que havia se tornado o porta-voz das críticas e descontentamentos do grupo “linha dura” das Forças Armadas.

A morte do jornalista Vladimir Herzog em uma cela do Doi/Codi no dia 24 de outubro de 1975 causou mal-estar entre o presidente e seus ministros

militares. O general Sylvio Frota levou até Geisel um laudo em que apresentava o fato como suicídio, versão que passou a ser divulgada pelo governo. Mesmo assim, o fato causou grande comoção na sociedade. Em janeiro de 1976, o “suicídio”, nas dependências dos DOI/CODI, do metalúrgico Manuel Fiel Filho, acusado de ser militante do PCB, fez com que Geisel tomasse uma medida contra os setores mais duros do Exército. No dia seguinte, o general Ednardo D’Avila Melo foi exonerado do comando do 2º Exército, num sinal de reconhecimento do governo às práticas de tortura (DIOGO, 2012).

Com o governo tentando manter o controle sobre os membros das Forças Armadas e controlar os setores mais duros, o MDB crescia e se preparava para o próximo embate. Geisel entrou na disputa para tentar manter o controle tanto sobre o governo como sobre o processo eleitoral. Para evitar uma vitória da oposição, como ocorrera em 1974, quando o governo permitiu o uso da propaganda de televisão na campanha, o governo utilizou o dispositivo da Lei nº 6339/76, que ficou conhecida como Lei Falcão (em alusão ao seu criador, Armando Falcão, Ministro da Justiça de Geisel). De acordo com Gaspari:

No primeiro grande golpe casuístico sobre a legislação eleitoral, alterou-se o formato da propaganda gratuita da televisão. Desde que ela fora instituída, dez anos antes, os candidatos dispunham de algumas dezenas de segundos para passar mensagens verbais. Com a mudança, que viria a ser conhecida como “Lei Falcão”, emudeceu-se a disputa. Só se podiam mostrar fotografias, acompanhadas de pequenos currículos, nada mais. Além disso, as estações de rádio e televisão viram-se proibidas de transmitir discursos de candidatos. Essa providência, equânime na aparência, dava ao governo o monopólio da comunicação. (GASPARI, 2004, pag.298).

O governo venceu as eleições com uma boa vantagem: venceu em 3.176 municípios e perdeu em 614. Dessa forma, mantinha o processo “distensionista” sem perder o controle político do país.

Ao contrário do que houve com os presidentes militares anteriores, a sucessão de Geisel gerou divisão nas Forças Armadas: os militares da “linha dura” já haviam indicado que bancariam o nome do general Sylvio Frota. Aproximava-se o ano de 1978, ano em que aconteceriam as eleições, e Geisel ainda não revelara quem seria seu sucessor, com a crise causada pela

demissão do Ednardo D'Ávila no episódio da morte de Herzog. Entre os moderados e os duros, o presidente sabia que Sylvio Frota já estava em processo de articulação para a sucessão. Frota, além de atacar a intervenção estatal na economia (que era defendida por Geisel), acusava que o restabelecimento de relações com a China, a abstenção do voto à entrada de Cuba na OEA e o reconhecimento do governo MPLA em Angola eram sinais de um processo de ascensão do comunismo no governo. Geisel havia suportado todos os ataques, mas sabia que, se não tomasse providência, Sylvio Frota poderia replicar Costa e Silva em 1967 e impor ao presidente sua candidatura como sucessor. Para Villa:

No jogo sucessório presidencial, o xeque-mate ocorreu em 12 de outubro. Sylvio Frota foi demitido do Exército. Havia meses que estava fazendo campanha para suceder a Geisel. Posava como candidato da linha dura. E tinha base parlamentar entre os arenistas ultrarreacionários. Frota queria ser o Costa e Silva de 1978 e emparedar Geisel, como ocorrera com Castello Branco. Perdeu feio. Geisel já tinha visto esse filme quando estava no Gabinete Militar da presidência Castelista. No momento em que a campanha frotista tinha alcançado um nível considerado pelo governo, o ministro acabou sendo descoberto e sem ter tido a capacidade de reação. (VILLA, 2014, p.123).

Com vistas a apresentar um nome para a sucessão de Geisel, é anunciada a candidatura do chefe do SNI, Gen. João Batista Figueiredo, em julho de 1977. Embora não declarasse publicamente, o presidente há muito havia indicado sua preferência por Figueiredo. Geisel via uma série de qualidades para indicá-lo, como disse em entrevista:

Quais eram as credencias do Figueiredo? Ele tinha assistido a boa parte do governo do Castelo, pois desde o começo foi levado pelo Golbery para a Agência Central do SNI no Rio. Depois, quando se cassou o Ademar de Barros, para assegurar maior tranquilidade em São Paulo, foi comandar a Força Pública do estado, onde se saiu muito bem. Depois, foi servir com Médici e o acompanhou no governo como chefe da Casa Militar. Acompanhou três governos, sendo que dois no dia-a-dia. Tinha uma experiência e uma visão muito grande das coisas, da estrutura governamental, dos problemas nacionais. Inclusive, tinha conhecimento dos homens. Sua chefia do SNI lhe permitiu acompanhar a atuação dos remanescentes da subversão e de grande parte dos homens públicos do país. A pessoa mais qualificada, do ponto de vista de conhecimento dos problemas nacionais, era, portanto, o Figueiredo. Não havia ninguém que tivesse tanta identificação com o governo do Brasil. E ele tinha sido excelente oficial, nos três cursos do Exército sempre tirou o primeiro lugar: era "tríplice coroadado". Tinha muito bom conceito dentro do Exército e estava identificado com o meu projeto de abertura. Na minha área, de modo geral, o nome que sempre surgia era o do Figueiredo. Golbery

e Heitor Aquino também apoiavam a sua indicação. (D'ARAÚJO, CASTRO, 1997, p.331).

Logo no início de 1978, o general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar, pediu demissão, pois era contrário à indicação de Figueiredo para suceder Geisel. Assim como o general Sylvio Frota, saiu disparando contra Geisel.

Para garantir o controle da distensão e não permitir uma vitória esmagadora do MDB, como ocorrera nas eleições legislativas de 1974 e nas eleições de 1978, o governo Geisel, em 1º de abril, fechou o congresso nacional por tempo indeterminado e convocou um grupo que elaborou a Emenda Constitucional nº 8, que ficou conhecida como Pacote de Abril, anunciado por Geisel no dia 14 de abril. (GASPARI, 2004).

O Pacote de Abril alterou alguns artigos da Emenda Constitucional nº 1 de 1969 (considerada por alguns uma Constituição), além de instituir novas regras ao cenário político. Foi alterado o tempo de mandato do presidente, que passaria para seis anos, passando a valer a partir do mandato que se iniciaria em 1979; um terço dos senadores seria indicado pelas assembleias legislativas - logo foram chamados pela oposição de senadores “biônicos”; as eleições de 1978 continuariam a ser de forma indireta; e haveria uma coincidência geral de mandatos em 1982 (seriam eleitos todos os cargos em 1982, inclusive os prefeitos eleitos em 1980 teriam apenas dois anos de mandatos). Alterou também a forma de cálculo para a composição das bancadas estaduais na Câmara dos Deputados: o critério seria a quantidade de população e não a de eleitores. Outra alteração foi a mudança na composição do colégio eleitoral - além dos deputados federais e senadores, a representação das Assembleias Estaduais passou a ser fixada em seis parlamentares eleitos pelos seus pares. Dessa forma, a Assembleia do Acre tinha o mesmo peso que a de São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro. A fim de ganhar o apoio popular, foram incluídas medidas para ampliar as férias dos empregados para trinta dias e outros pontos referentes aos reajustes dos aluguéis e concursos públicos. (VILLA, 2014).

Com o “Pacote de Abril” lançado para conseguir a maioria no Congresso, a manutenção dos militares no poder e a indicação de Figueiredo como sucessor por Geisel, o MDB começou a articular o lançamento de um

candidato para as eleições de 1978. Entre os diversos nomes civis que compunham os quadros do partido, o MDB, aproveitando-se da divisão das Forças Armadas e da Arena, decide lançar como candidato um militar, o General Euler Bentes. Essa candidatura unia setores que desejavam a volta da democracia. Segundo Maciel:

Esta posição evidencia-se na defesa da candidatura feita por Francisco Pinto. Segundo ele, o apoio a Euler era uma forma de o MDB aproximar-se dos militares e atenuar a visão de que o partido era contestatório e antimilitar, além da possibilidade concreta de acabar com a ditadura. Também porque o apoio a Euler e a participação do MDB na Frente possibilitariam ao partido a necessária aliança com a burguesia, e o envolvimento de diversas entidades e grupos como a OAB, a ABI, “as igrejas”, os dissidentes militares e arenistas, tirando as forças democráticas do isolamento. (MACIEL, 2004, p.173).

O programa defendido por Euler era considerado avançado: defendia a revogação da legislação de exceção, o retorno à constituição de 1967 e a convocação, dentro de dois anos, de uma constituinte; defendia também uma anistia ampla e irrestrita; e a eleição direta para governos estaduais e presidente em 1982. (VILLA, 2014).

No dia 15 de outubro de 1978, o colégio eleitoral se reuniu em Brasília para escolher o próximo presidente. Como era esperado, saiu vencedora a chapa apoiada pelo governo, composta por João Batista Figueiredo e Aureliano Chaves, com 355 votos contra 226 de Euler Bentes e Paulo Brossard; houve ainda 3 abstenções na Arena e 5 no MDB. Beneficiada pelas mudanças do “Pacote de Abril”, a Arena conseguiu uma ampla maioria no congresso, devido às mudanças na composição do colégio eleitoral, e contou também com a eleição dos senadores biônicos.

No final do governo Geisel, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 11, que significou um passo no sentido de garantir a abertura no governo de Figueiredo. De acordo com Maciel:

As principais mudanças foram o fim do AI 5 e de todas as atribuições que esta garantia ao presidente da República, como o direito de colocar o Congresso Nacional em recesso, cassar mandatos parlamentares e os direitos políticos dos indivíduos, de definir as atribuições dos tribunais e violar as garantias do exercício da magistratura com a remoção de juízes. Além disso, o *habeas corpus*, para prisões por motivos políticos foi restaurado, a censura prévia aos meios de comunicação foi suspensa, as penas de morte, prisão

perpétua e banimentos foram abolidos. (MACIEL, 2004, pag.190 e 191).

Se, economicamente, Geisel não conseguiu entregar o governo ao seu sucessor como recebeu de Médici, colhendo o “milagre econômico brasileiro”, no campo político o país havia avançado em passos no caminho da abertura política.

João Baptista de Oliveira Figueiredo tomou posse no dia 15 de março de 1979. Ao assumir a presidência, se manifestou no sentido de continuar o processo de abertura iniciado por Geisel. Logo no início do governo, os propósitos democráticos de Figueiredo foram testados: foi deflagrada uma greve no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que se espalhou para outros municípios. Os metalúrgicos exigiam aumento de salários e melhorias nas condições de trabalho. O presidente entendeu que as reivindicações não faziam sentido e determinou o fim da greve imediatamente, ameaçando intervir nos sindicatos e destituir as diretorias. Como não foi atendido, Figueiredo cumpriu a ameaça e, no dia 23 de março, foi decretada a intervenção no sindicato e sua diretoria foi substituída por interventores designados pelo governo.

O movimento grevista desencadeado pelos sindicatos teve papel de destaque na mobilização de classes no enfrentamento ao regime. No ano de 1979, as greves se alastraram pelo país, com o novo sindicalismo que havia surgido em substituição ao sindicalismo adotado pelo governo durante o regime. Esse novo sindicalismo era mais combativo e defendia uma maior autonomia sindical diante do Estado. (MACIEL, 2004).

Um dos sindicatos mais participativos no período foi o Sindicato dos Metalúrgicos da região do ABC paulista. O movimento grevista da região ganhou uma centralidade, graças à sua influência e ao seu poder de mobilização. De acordo com Maciel:

As greves metalúrgicas responderam por 50% das greves ocorridas na indústria e por 18,3% do total de greves ocorridas em 1979, funcionando como uma verdadeira vanguarda do movimento operário e dos trabalhadores em geral. Um balanço mostra que ocorreram naquele ano 430 greves (...). A onda grevista de 1979 permitiu que o movimento sindical ultrapassasse a postura de resistência e avançasse a postura de afirmação de sua perspectiva antiautocrática,

constituindo-se plenamente num novo sujeito político. (MACIEL, 2004, p.219).

Diante do avanço político dos movimentos sindicais, que ultrapassou a barreira das reivindicações trabalhistas e passou a representar a autoafirmação de um sujeito político, o governo desenvolveu uma série de iniciativas na tentativa de dividir o movimento, esvaziar seu conteúdo político e passivizá-lo, além de inseri-lo na nova Lei de Segurança Nacional. Tomou medidas que proibiam greves nos serviços públicos e nas atividades consideradas essenciais, e afirmou a inelegibilidade sindical de dirigentes e militantes que tivessem seus direitos políticos suspensos. A justiça ainda poderia declarar qualquer greve ilegal se considerasse suas reivindicações improcedentes ou motivadas por interesses “políticos ou partidários”. O governo poderia também requerer à justiça a intervenção no sindicato e a destituição da sua diretoria caso a entidade violasse a CLT ou conturbasse a chamada “ordem pública”. Com essas ações, o governo objetivava despolitizar a ação sindical e controlar as ações políticas de seus líderes, Maciel (2004).

O movimento estudantil, que já tivera um papel importante na luta contra a ditadura, mesmo na ilegalidade desde 1964 logo após o golpe, com a revogação das leis que reprimiam as entidades estudantis começa a se rearticular legalmente. Em maio de 1979, organiza um congresso em Salvador para eleger sua nova diretoria. Os estudantes reivindicavam melhorias para a educação, mas também participavam ativamente dos movimentos reivindicatórios diversos da sociedade. Segundo Maciel:

Além das questões relativas à defesa do ensino público e gratuito e ao resgate da liberdade política nas instituições de ensino, como a luta pela anistia, pela revogação da legislação que regula a organização estudantil e pela recuperação dos direitos legais e profissionais de estudantes e professores, o movimento se solidariza com as demandas mais gerais da oposição popular, realizando a articulação entre a ação econômico-corporativa e a ação ético-política. A articulação com outros setores e movimentos de oposição era mediada pela ação das diversas organizações da esquerda marxista no movimento estudantil, o que politizava a ação dos estudantes para além de suas demandas corporativas. Isso se evidencia no apoio dos estudantes às greves operárias, no engajamento na luta geral pela anistia e por uma constituinte. (MACIEL, 2004, p. 181)

Com a rearticulação do movimento estudantil e o crescimento da combatividade dos sindicatos com o novo sindicalismo, a praça política, antes

polarizada entre ARENA e MDB, começa a ceder espaços para novos grupos hegemônicos e novas lideranças.

Segundo Maciel, desejo de uma anistia política começara já a partir de 1966, com a Frente Ampla, mas, somente após o governo Médici e o enfraquecimento do “milagre econômico brasileiro”, a luta pela anistia passou a fazer parte da agenda política com mais força. Começaram a surgir os comitês pró-anistia, que buscavam no projeto distensionista espaços para a aprovação de um projeto. À medida que o regime militar perdia força e apoio, os comitês ganhavam mais evidência. Os comitês, em sua maioria, buscavam uma anistia para os militantes presos ou exilados, porém defendiam que os militares respondessem por seus crimes praticados contra civis durante o regime. Já o governo defendia um projeto de anistia restrito, que excluía os condenados que cometeram “crimes de sangue” (que foram condenados pela LSN por terrorismo, assalto, sequestro ou atentado pessoal). Em contrapartida, o governo anistiaría todos os crimes “conexos” aos crimes políticos, exatamente os que abrangiam os atos de tortura e outras violações de direitos humanos.

O projeto de anistia acabou sendo aprovado de acordo com a vontade do governo e, no dia 28 de agosto de 1979, o país ganhava sua 48ª anistia, através da Lei 6.683, que definia que:

Art.1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração direta e indireta, de Fundação vinculada ao Poder judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamentos em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Art. 2º - É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 3º - São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Art. 4º - Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o artigo 1º, ou que

tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes. (LEI 6.683 apud VILLA, 2014, p.134).

Com isso, além das desavenças ocorridas entre aqueles que não viram contemplados seus ideais de anistia, houve a reintegração dos atingidos pelos atos de exceção. Só militares foram 1.261; 160 professores, além da busca por mortos e desaparecidos. Foram libertados 53 presos e o país acompanhou o retorno de grandes líderes que viviam no exílio, entre eles Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes.

Com a anistia e a chegada dos exilados, logo começaram a aflorar as divergências políticas entre os que partiram para o exílio e os que ficaram na resistência. Luiz Carlos Prestes, ao retornar, abandonou o PCB; Leonel Brizola e Ivete Vargas travaram uma batalha na luta pela reorganização do PTB; o país era outro e novos líderes políticos estavam surgindo. O MDB abrigava os descontentes com o regime e a ARENA apoiava o governo. Com a volta dos exilados e o fim das cassações de direitos políticos, o MDB crescia não só em número de filiados como também em representação e se preparava para as eleições de 1982 com a possibilidade de derrotar as forças governistas. O governo articulava para evitar que isso acontecesse e, em novembro de 1979, foi aprovada a Lei 6.767, que extinguiu o bipartidarismo e abria a possibilidade do surgimento de novos partidos. A intenção do governo era esvaziar o MDB, fracionando a oposição. Essa articulação foi conduzida pelo ministro Golbery do Couto e Silva. Para Maciel, o objetivo de Golbery era evidente:

Segundo sua avaliação, a unificação destas forças numa sólida frente de oposição tiraria do governo a capacidade de direção política do processo de passagem da *distensão à abertura*, particularmente após a vitória do governo na sucessão presidencial. Daí a necessidade de desarticular o “sistema oposicionista”, de modo a dividi-lo para ampliar a margem de manobra do governo, o que seria possível com o pluripartidarismo. A divisão da frente única oposicionista cumpriria a função de enfraquecer a oposição em seu conjunto, e também a de desativar a bipolaridade citada, estabelecendo alianças do governo com alguns setores oposicionistas, além de esvaziar a ação política de entidades não-partidárias e de movimentos corporativos que assumiam uma postura cada vez mais “contestatória”. Nesse ponto, o alvo a ser atingido é indiscutivelmente a oposição antiautocrática, particularmente representada pela Igreja e pelo movimento sindical dos trabalhadores. (MACIEL, 2004, p.231).

De acordo com as novas regras para a criação de partidos, o pálio político ficou dividido em cinco partidos: a ARENA virou PDS e continuou a ser

a base do governo; o MDB se dividiu - uma parte criou o PMDB, liderado por Ulisses Guimarães, e a outra, o PP, criado por Tancredo Neves que seria mais alinhado ao governo; o PT foi criado por diversas forças da esquerda mais radical e pelos sindicatos que tinham na figura do presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Luís Inácio Lula da Silva, seu principal líder; o PTB, recriado por Ivete Vargas; e o PDT, criado por Leonel Brizola devido à sua impossibilidade de assumir o comando do PTB.

Com o processo de abertura política avançando, alguns militares não viam com bons olhos essa movimentação e começaram a organizar ações e atentados terroristas a órgãos de imprensa e organizações que defendiam a abertura. O governo não elucidava os casos de atentados promovidos por setores do exército descontentes com a abertura. Segundo Gaspari:

Durante o primeiro ano do governo Figueiredo, o terrorismo de direita praticou pelo menos doze atentados. A sucursal de Belo Horizonte do semanário *Em Tempo*, que publicara uma lista com os nomes de torturadores, foi depredada pela terceira vez. No Rio de Janeiro, colocaram uma bomba no carro do jornalista Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, o último diário a ter sua censura prévia suspensa. Foram atacados três diretórios acadêmicos, um teatro, uma livraria, uma reunião de sindicalistas e duas igrejas. Em pelo menos um episódio, o da bomba que explodiu no altar da catedral de Santo Antônio, em Nova Iguaçu (RJ), a origem do atentado foi identificada e denunciada. O coronel José Ribamar Zamith, veterano militante da “tigrada”<sup>5</sup> na baixada fluminense... Soubera que a bomba da igreja havia sido colocada por gente da Secretaria de Segurança, dirigida pelo general Waldyr Muniz, que chefiara a Agência Rio no SNI. (GASPARI, 2016, p.185).

Os atentados cometidos por militares eram geralmente arquivados sem que se identificasse a autoria ou se condenasse alguém pela prática. O mais famoso caso de atentado cometido por militares foi ao Riocentro, que tirou a vida de um sargento e deixou um capitão ferido. Na noite do dia 30 de abril de 1981, um grupo liderado pelo tenente-coronel Perdigão atirou uma bomba no Riocentro. Lá acontecia um espetáculo organizado pelo Partido Comunista para aproximadamente 10 mil pessoas. O objetivo era intimidar os movimentos de esquerda. (GASPARI, 2016).

A bomba explodira acidentalmente em um veículo Puma que se encontrava no estacionamento, matando o sargento Guilherme Pereira do

---

<sup>5</sup> Tigrada – tigrada era um termo usado para se referir a militares da ala mais ligada à linha dura, que atuava nos porões e era responsável por torturas e mortes de opositores.

Rosário, que estava com a bomba no colo, e ferindo gravemente o capitão Wilson Machado, que o acompanhava na operação. O episódio dividiu mais uma vez as Forças Armadas: uma parte liderada por Golbery do Couto e Silva defendia a investigação e a punição dos envolvidos em atentados terroristas; a ala mais dura, liderada pelo general Otavio de Medeiros, defendia a tese de que tudo fora arquitetado por grupos de esquerda. O general dificultava a investigação, temendo que a conclusão do caso e o indiciamento de militares como autores pudessem prejudicar sua candidatura a presidente,

Esse episódio foi uma das causas do rompimento entre Golbery e o presidente Figueiredo – sentindo-se enfraquecido, Golbery se demitiu da Casa Civil, cargo que ocupava há mais de sete anos, abrindo espaço para a nomeação de Leitão de Abreu. (VILLA, 2014).

Com a aproximação das eleições de 1982, que renovaria dois terços do senado e iria eleger de forma direta os governadores estaduais, o governo, na expectativa de garantir uma vitória e conseqüentemente garantir maioria no colégio eleitoral nas eleições de 1984 na sucessão de Figueiredo, lançou o chamado “Pacote de Novembro”, que era uma série de alterações nas leis eleitorais. As principais mudanças eram: a proibição de coligações entre partidos, a obrigatoriedade de os partidos lançarem chapas completas (de vereador a governador), o que formaria um voto vinculado para todos os cargos, ou seja, na hora de votar em seus candidatos os eleitores não poderiam optar em votar em candidatos que não compusessem a mesma chapa. Dessa forma, o governo evitava que se formassem frentes de oposição, com a união de partidos que contestavam o regime. Se, com o pluripartidarismo, já havia fragmentado a oposição em vários partidos, agora evitava a união desses partidos em um projeto único, potencializando as chances do PDS.

No final de 1982, as eleições aconteceram sem grandes problemas, exceto no estado do Rio de Janeiro, onde foi detectada uma tentativa de fraude por parte da empresa –Proconsult – contratada para organizar o pleito. A empresa tentou fraudar o resultado, tirando a vitória de Leonel Brizola, mas o fato foi apurado e foi mantida a vontade da maioria dos eleitores: o candidato do PDT acabou ficando com o mandato. O PDS venceu as eleições em toda a região nordeste e elegeu 12 dos 20 governadores. O MDB venceu em 9

estados, entre eles Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Paraná. Esses governadores assumiriam em março e comandariam os maiores orçamentos estaduais e o maior número de habitantes do país.

No congresso, a manobra do governo garantiu ao PDS a maioria no senado, ao passo que a oposição conquistou a maioria na câmara dos deputados. Na câmara dos deputados, o PDS elegeu 235 dos 479 deputados federais, perdendo a maioria que detinha. No senado, no entanto, o partido elegeu 15 dos novos 25 senadores. O PMDB, maior partido da oposição à época, elegeu 200 deputados federais e nove senadores, reduzindo sua bancada no senado comparadamente à última eleição. (MACIEL, 2004).

O PDS conseguiu mais uma vez vencer as eleições graças à manipulação das regras do jogo político. Como nas eleições 1978 com o “Pacote de Abril” e com a criação dos senadores “biônicos”, com o “Pacote de Novembro” o governo garantiu a maioria no colégio eleitoral que seria responsável pela eleição do sucessor de Figueiredo. Segundo Maciel:

No colégio eleitoral que elegeria no novo presidente da República, o PDS conseguiu 361 dos 686 delegados, mantendo a maioria de 52,6% e demonstrando o acerto, para o governo, das medidas que alteraram a sua composição. Se prevalecessem as regras criadas pelo Pacote de Abril, pelas quais Figueiredo foi eleito em 1978, o PDS teria apenas 370 (49,7%) do total de 743 membros do colégio, portanto perderia a maioria absoluta. (MACIEL, 2004, p.273).

Diante desse cenário político, em fevereiro de 1983, tomaram posse os deputados eleitos em 1982. Entre os deputados federais estava o jovem deputado pelo estado do Mato Grosso Dante Martins de Oliveira, que, já no início de seu mandato, se encarregou de recolher assinaturas em apoio a uma Proposta de Emenda à Constituição nº 5, que dispunha sobre o restabelecimento de eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República. A proposta de Dante de Oliveira alterava os artigos 74 e 148 da Constituição:

Art. 1º Os Arts. 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação;  
Art. 74. O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto secreto, para um período de cinco anos.  
Parágrafo único. A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao do término do mandato presidencial.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 2º Ficam revogados o art.75 e respectivos parágrafos, bem como o Parágrafo 1º do art. 77 da Constituição Federal, passando seu Parágrafo 2º a constituir-se Parágrafo único. (PROJETO DANTE DE OLIVEIRA apud LEONELLI, OLIVEIRA, 2004, p. 79).

Inicialmente, a proposta de Dante de Oliveira não ganhou muita repercussão. Entretanto, no decorrer de 1983, foi ganhando força e acabou se transformando em um dos fatos mais marcantes da política brasileira no século XX. Uma das razões que podem explicar o sucesso do movimento é o fato de unir em torno de si diversos grupos de interesses, às vezes interesses até contraditórios entre si, mas que viam na campanha a possibilidade de mudança no regime político e uma nova estruturação no país. Todos se uniram em torno da campanha e buscaram um consenso de forma rasa, mas que garantia a unidade da campanha na tentativa de mobilizar as massas populares e pressionar os parlamentares a aprovar o projeto de lei proposto.

## 2.5 - DIRETAS JÁ – DO TÍMIDO INÍCIO AO APOIO DAS RUAS.

No ano de 1983, ocorreram diversas manifestações em favor das diretas, mas o auge dessas manifestações aconteceu a partir do ato em Curitiba, em janeiro de 1984. Com a possibilidade de eleições diretas em 1984, o campo político se ampliou consideravelmente. Com o monopólio do colégio eleitoral sobre a escolha do presidente - ao candidato bastava que tivesse o aval do PDS para ser referendado e o PDS contava com a maioria - a Emenda Dante de Oliveira poderia mudar essa realidade em caso de sua aprovação pelo Congresso Nacional. Diante dessa possibilidade, tanto o governo quanto a oposição começaram a se articular, buscando apoio para a sucessão de Figueiredo.

Se, por um lado, as eleições diretas eram vistas como necessárias, pois o povo teria direito de voto para a escolha do próximo presidente, ela traria também a ruptura com a institucionalidade do processo sucessório (MACIEL, 2004).

O governo se dividiu entre dois principais grupos. O primeiro grupo era liderado pelo chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), general Octavio de Medeiros, e pelo ministro do Exército, general Walter Pires. Para eles, a passagem da faixa presidencial aos civis era tida como certa, mas defendiam que a sucessão deveria caminhar para a escolha de um candidato do regime, a ser referendado pelo colégio eleitoral. Defendiam que não deveria haver negociações com os partidos de oposição. Nesse primeiro grupo, havia partidários que defendiam duas candidaturas pelo PDS: uma do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, e outra do ministro do Interior do governo Figueiredo, Mário Andreazza.

Para Maciel:

No campo governista, a campanha das Diretas foi vista negativamente. Com raras exceções, a postura do governo, de alguns militares e do PDS foi de condenar a campanha como ação perturbadora da ordem e como precipitação. Mesmo o ex-presidente Geisel, que era contra a prorrogação do mandato de Figueiredo e cujo apoio a Tancredo Neves sedimentou a penetração deste na área militar, afirmou que considerava a campanha das Diretas Já uma insurgência contra o sistema eleitoral e mais uma tentativa frustrada da oposição de pressionar o governo além do que a transição lenta e gradual previa. (MACIEL, 2004, p.303,304).

O segundo grupo entendia que uma alternativa exclusivamente do PDS seria impossível. Defendia uma negociação com a oposição e que houvesse uma candidatura apoiada pelo governo e pela oposição, desde que as regras instituídas não se alterassem substancialmente. Seu principal mentor era o professor Leitão de Abreu, ministro-chefe do Gabinete Civil, com o apoio de ministros da Aeronáutica e da Marinha e dos líderes do PDS na Câmara e no Senado. O nome defendido como o mais viável para disputar a presidência seria o do vice-presidente Aureliano Chaves (RODRIGUES, 2003). Esse grupo que apoiava o nome de Aureliano Chaves via uma possibilidade muito grande de vitória do candidato Paulo Maluf, caso as eleições se realizassem via Colégio Eleitoral. De acordo com Maciel:

A realização de eleições diretas em 1984 desmontaria a lógica do colégio eleitoral e introduziria um elemento potencialmente desestabilizador no conteúdo conciliador predominante na arena política no período. Por isto, todo o campo governista foi contra, com exceção de determinadas lideranças como Aureliano Chaves, Esperidião Amim (ex-governador de Santa Catarina) e Wellington Moreira Franco e do grupo Pró-diretas do PDS. A posição de Aureliano Chaves se justifica por sua popularidade e pelas chances consideráveis que possuía num pleito direto. (MACIEL, 2004, p.300)

Já no campo da oposição, surgiram diversas posições em relação à postura a ser adotada diante da possibilidade de aprovação das eleições diretas para presidente da República. Destacamos as duas principais. A ala mais moderada do PMDB, ligada ao governador mineiro Tancredo Neves e a líderes do extinto PP (que, nas eleições de 1982, havia se fundido com o PMDB), defendia que o projeto de sucessão de Figueiredo passasse por uma negociação em torno de um nome consensual e uma negociação com setores descontentes do PDS, o que possibilitaria uma vitória do partido em uma eleição no Colégio Eleitoral caso não fossem aprovadas as eleições diretas. Esse grupo defendia que não deveria haver radicalismo no processo de transição, para evitar a divisão do país.

A ala dos chamados autênticos apostava em um grande apoio popular à campanha das Diretas Já, o que a transformaria em uma campanha capaz de exercer pressão sobre o Congresso para a alteração do sistema eleitoral. Defendia uma ruptura na forma de eleições indiretas e era contrária à ideia de negociar com o governo uma saída para a sucessão: o próximo presidente deveria ser eleito pelo voto direto. Faziam parte desse grupo o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e a ala mais à esquerda do PMDB, PT e PDT (RODRIGUES, 2003). Segundo Gaspari:

O PMDB unira-se graças à coreografia da rivalidade de Ulysses com Tancredo. O partido entrara na campanha pelas diretas com lideranças intercambiáveis. Ulysses acreditava que conseguiria aprovar a emenda Dante de Oliveira e, nesse caso, seria o candidato do partido à Presidência. Tancredo duvidava do futuro da emenda. Calculava que a oposição poderia contar com cinquenta votos da bancada do governo, mas precisava de pelo menos oitenta dissidentes para chegar aos dois terços exigidos às emendas constitucionais. Olhava adiante, para o Colégio Eleitoral de 686 votos, onde a maioria elegeria o próximo presidente. (GASPARI, 2016, p.283).

Como o PMDB era o maior partido de oposição e contava com dois políticos com grande poder de mobilização e com claras possibilidades de se tornarem presidentes da República nas eleições de 1985, os dois caciques do PMDB selaram um acordo em torno da sucessão de Figueiredo. De acordo com Rodrigues:

Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, na primeira semana de dezembro de 1983, fecharam acordo no sentido de jogar a decisão acerca da postura oficial do PMDB para sua convenção, inicialmente

marcada para abril de 1984. Até lá, Ulysses teria a oportunidade de tentar transformar a campanha pelas eleições diretas em um fato político capaz de superar os obstáculos e conseguir a mudança no texto constitucional. Caso contrário, Tancredo e seu grupo teriam “carta branca” para negociar em nome do partido um acordo com setores do regime visando à transição. (RODRIGUES, 2003, p.37,38).

A campanha das Diretas Já pode ser entendida como sendo um movimento de caráter pluripartidário e também um movimento Policlassista, pois a campanha contava com o apoio de diversos grupos e organizações sociais, ou seja, de diversos atores sem representação no sistema político institucionalizado, inclusive alguns partidos que haviam sido rejeitados pela lei ou considerados clandestinos. Variável fundamental na mobilização em curso, a emergência da dimensão societal do conflito político ampliou a abrangência das arenas políticas, mudou o peso dos recursos em jogo e trouxe personagens até então aliados do processo para a arena da grande política.

De acordo com Rodrigues:

No campo societal puderam ter ampla visibilidade pública entidades da sociedade civil (a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB — foi referência, nesse sentido), as recém-criadas centrais sindicais (a Central Única dos trabalhadores — CUT — e o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora — Conclat), Igrejas, movimentos sociais urbanos, associações de moradores etc. e, ainda, cidadãos sem vínculos associativos, que aderiram individualmente ao movimento. A mobilização englobaria, conjuntamente, uma grande multiplicidade de agentes políticos, inclusive os que de outra forma não teriam motivações nem canais de atuação. (RODRIGUES, 2003, p.21,22).

A campanha pelas Diretas Já, no entanto, ia além do desejo de votar para presidente da República: muitos grupos que participavam da campanha viam na oportunidade de queda do regime militar uma possibilidade de lutar a favor de demandas sociais e econômicas que poderiam conquistar com um governo civil e democrático. A CUT, por exemplo, articulava a questão das diretas a uma plataforma de lutas que, entre outras reivindicações, envolvia o fim da política econômica do governo, a liberdade e a autonomia sindical, a criação do salário-desemprego e da estabilidade no emprego e uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. A CONCLAT, por sua vez, apoiava as eleições diretas, relacionando a luta pela revogação da legislação de exceção e a convocação de uma assembleia constituinte. A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo defendia que eleições diretas sem mudanças na ordem política e no modelo econômico-social não passariam de “arranjo de

cúpula” - entre as reivindicações estava a liberdade de organização política e partidária, a revogação da lei de greve e da Lei de Segurança Nacional, além do fim do arrocho salarial e do desemprego. (MACIEL, 2004).

Os grupos políticos que, desde o início, apoiavam a campanha das Diretas Já eram a consagração de um novo momento na política brasileira, que foi se gestando nos anos anteriores. As lutas sociais foram renascendo e se propagando no final da década de 70 e início dos anos 1980. Esses movimentos inicialmente tímidos e receosos foram ganhando ritmos, dinâmicas e abrangência. As raízes desse movimento podem ser encontradas nas diferentes formas de resistência à truculência dos governos militares, que serviu de aprendizagem fundamental para a retomada dos espaços públicos e políticos usurpados pela ditadura.

Esses novos atores eram produto dos anos de arbítrio, da experiência da sociedade em elaborar estratégias de enfrentamento à ditadura, numa condição totalmente diferente da experimentada antes de 64, e mesmo antes de 68. Esses novos atores eram os atores possíveis numa realidade de ditadura militar (ARAÚJO, 2007, p. 334).

Tais grupos sociais apresentavam um caráter mais programático à medida que iam superando certas formas de resistência, como a adotada por grupos que defendiam a luta armada seja nas guerrilhas rurais ou urbanas. As reivindicações que inicialmente foram centradas em questões específicas ou de caráter classista acabaram se ampliando e tomando conta do cenário político nacional.

Sem dúvida, a participação de milhares de pessoas até então excluídas de qualquer forma de identidade ou cidadania, através de movimentos sociais, [...] contribuiu para alargar a vida democrática local e para construir uma nova identidade para aquelas pessoas: a de cidadãos com direitos (GOHN, 2003, p. 155).

Nas movimentações que o país viveu no final dos anos 70 e início dos anos 80, é possível observar certa fusão entre as lutas ligadas à realidade do cotidiano das comunidades mais carentes, ambiente de trabalho, universidades e outros ambientes. Os problemas do cotidiano acabaram ganhando uma dimensão política, permitindo a incorporação de novas forças sociais e de novas demandas, o que acabou beneficiando as manifestações seguintes e influenciando diretamente a campanha pelas Diretas Já.

Desde que foi apresentada a emenda por Dante de Oliveira, muito se discutiu sobre a estratégia de uma ampla campanha em apoio ao projeto de lei. Como a oposição não formava um grupo político homogêneo, cada partido ou grupos hegemônicos tinha uma ideia ou defendia uma forma para se aprovar a emenda, até mesmo com formas diferentes de sucessão de João Figueiredo. Assim, o ano de 1983 foi marcado mais pela negociação e articulação política do que propriamente por mobilizações que aconteceriam de forma mais intensa no início de 1984.

O PMDB, como o maior partido da oposição, acabou tomando o protagonismo nas negociações da campanha. Marcou para o dia 14 de abril uma reunião do diretório para traçar o projeto a ser seguido até a votação da emenda no Congresso Nacional. Na reunião do partido, o primeiro ponto da resolução a ser seguida era o seguinte:

Eleição do presidente da República, em 15 de janeiro de 1985, pelo voto direto, devendo a Direção Nacional do PMDB constituir uma comissão de senadores e deputados, coordenada com os diretórios regionais, municipais, demais partidos de oposição e setores representativos da sociedade, para empreender ampla e contínua campanha em todo o país. (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004, p.131).

O plano de ação a ser seguido pelo PMDB e os demais setores da oposição em apoio à campanha das Diretas Já foi elaborado pelo senador pelo estado de Alagoas e grande ícone do movimento, Teotônio Vilela, em 11 de maio de 1983. Após aprovado seu projeto de emergência, que trazia diretrizes para a campanha, cumpriu uma intensa agenda de viagens pelo país para divulgar e angariar apoio ao movimento. No dia do lançamento do projeto de emergência, em seu discurso, o Menestrel das Alagoas, como ficou conhecido, disse que “o projeto é minha derradeira contribuição à nação” - Teotônio morreu em novembro de 1983 em plena campanha pela aprovação da emenda. (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004)

No dia 27 de maio, em uma reunião entre os dois principais partidos de oposição, PMDB e PT, Ulysses Guimarães e Lula acertaram que os dois tocariam juntos a campanha em favor das eleições diretas. O PDT, embora tivesse mais parlamentares que o PT, não tinha o mesmo poder de mobilização que este último. E o PTB não era propriamente um partido de oposição no período.

No dia 9 de junho de 1983, seguiria pelo correio a primeira convocação oficial com o roteiro das manifestações públicas em prol das diretas. As ações aconteceriam inicialmente em congressos do PMDB:

A campanha pelas eleições diretas vem tendo o seu desdobramento consoante o organograma elaborado. Já estão programados para esse mês atos públicos em Goiânia (dia 15), Teresina (dia 24), São Luiz (dia 25), bem como um seminário em São Paulo, nos dias 17, 18,19, sob o título “PMDB, o salário, o desemprego e a crise”, e dia 20, também um seminário em Cuiabá — MT, na Assembleia Legislativa”. (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004, p. 79).

O comício em Goiânia aconteceu no dia 15 de junho e, inicialmente, estava previsto para acontecer no ginásio de esportes da faculdade de economia da UCG (Universidade Católica de Goiás, hoje PUC, Pontifícia Universidade Católica de Goiás), mas acabou acontecendo do lado de fora devido ao grande número de pessoas que a ele compareceu.

Em Goiânia, em 15 de junho de 1983, a direção nacional do PMDB já tentara um balão de ensaio com o intuito de observar as repercussões de uma eventual campanha popular que reivindicasse as Diretas. Na oportunidade, as cinco mil pessoas que lotaram o ginásio de esportes e obrigaram os organizadores a realizar o ato do lado de fora chegaram a assustar a direção peemedebista, que esperava uma audiência mais discreta. (RODRIGUES, 2003, p.30,31).

Seguiram-se manifestações pelo Brasil, organizadas pelo PMDB, PT e setores da sociedade civil no ano de 1983, como o comício em São Paulo, organizado pelo PT, que levou cerca de 15.000 pessoas ao Estádio do Pacaembu em novembro. A ausência de governadores foi o motivo apontado pelo PT como responsável pela baixa adesão da população, já que o partido esperava 100 mil pessoas. O ponto alto do comício foi a homenagem a Teotônio Vilela, que havia morrido naquele domingo, dia 27 de novembro de 1983 – um movimento em que a paixão (segundo Ansart) compareceu sob a forma de *pathos*. A oposição, daí, percebeu que, somente com a união de todos os partidos e movimentos sociais seria possível uma grande adesão popular. E foi o que se viu no ano seguinte.

A partir de 1984, o movimento cresceu e vieram os grandes comícios que movimentaram o cenário político brasileiro e marcaram época. O primeiro grande comício aconteceu em Curitiba, no dia 12 de janeiro, contou com a presença de 50 mil pessoas e com a presença dos principais líderes político da

oposição. O mais aplaudido do comício foi Ulysses Guimarães, que ficou encarregado de fazer o discurso final do evento e terminou seu discurso dizendo:

Vamos tombar essa Bastilha nojenta e repugnante que é o Colégio Eleitoral. O Colégio Eleitoral é um câncer que está apodrecendo a política e matando a nação. O Colégio Eleitoral representa a fome e o desemprego. A mão do presidente Figueiredo não tocou a mão desesperada dos brasileiros desempregados. (GUIMARÃES apud LEONELLI, OLIVEIRA, 2004, p. 346).

Seguiram-se diversos comícios pelo país com grandes mobilizações: em São Paulo, no dia 25 de janeiro, na Praça da Sé, 300 mil pessoas participaram do ato no dia em que se comemorava o aniversário da cidade. Nos comícios das Diretas, líderes políticos se alternavam em seus discursos inflamados, mas os comícios contavam também com a participação de artistas, que davam sua contribuição:

Em São Paulo, Moraes Moreira balançou o chão da praça. Abriu a festa, lançando seu *Frevo das Diretas*. Compareceram ao ato celebridades como Gilberto Gil, Sônia Braga, Fernanda Montenegro, Raul Cortez, Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento, Alceu Valença, Bruna Lombardi, Christiane Torloni, Regina Duarte, Irene Ravache, entre muitos outros.

Fernanda Montenegro, em seu pequeno discurso, dirigiu-se ao general Figueiredo: “Senhor presidente, exigimos anistia total para o povo através de eleições diretas”.

No meio dessa constelação de estrelas, Fafá de Belém brilhou mais uma vez, comovendo todos quando cantou *Menestrel das Alagoas*. (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004, p. 369).

Os comícios e passeatas fizeram com o que o movimento das Diretas ganhasse o apoio popular. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup em 1984, aproximadamente 90% dos brasileiros aprovavam as Diretas Já, contra 63% em 1981, 74% em janeiro de 1983 e 80% em junho de 1983 no lançamento da campanha. (RODRIGUES, 2003).

Com a intenção de garantir uma maior mobilização para as próximas manifestações foi criado o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas.

Finalmente, no dia 22 de fevereiro de 1984, o comitê suprapartidário nacional Pró-Diretas foi lançado, numa reunião entre os presidentes do PMDB, do PT, do PDT e do PTB, à qual estiveram presentes também representantes do Grupo Pró-Diretas do PDS e parlamentares da oposição. Foram convidados a participar desse

comitê seis entidades que, na prática, já haviam aderido á campanha desde o final de 1983: União Nacional dos Estudantes (UNE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), e Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004, p. 422).

Todo o Brasil esperava pela votação da emenda dia 11 de abril como acordado entre governo e oposição. Tudo corria conforme o combinado. Entretanto, uma decisão entre o presidente do Congresso, o presidente Figueiredo e seus ministros adiou a votação para o dia 25 de Abril. (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004).

No mês de abril, quatro grandes eventos fecharam com chave de ouro a campanha que movimentou o Brasil desde seu lançamento em Goiânia, em junho de 1983. No Rio de Janeiro, no dia 10 de abril, na Candelária, mais de um milhão de pessoas participou do comício organizado por Brizola do PDT; no dia 12 de abril, foi a vez de Goiânia levar mais de 300 mil pessoas à Praça Cívica em comício liderado pelo governador Iris Rezende do PMDB; dia 13 de abril, outro comício aconteceu na Praça Montevideu, em Porto Alegre, para mais de 200 mil pessoas, em um estado governado por Jair Soares do PDS. E, para encerrar a campanha, o último grande comício antes da votação da emenda aconteceu no vale do Anhangabaú, na capital paulista:

Mas de um milhão de pessoas tomaram as ruas do centro de São Paulo para exigir Diretas Já, na gigantesca manifestação que marcou o encerramento da campanha da oposição, no dia 16 de abril. A passeata transformou-se num ato político sem precedentes na história da capital paulista. Falava-se em dois milhões de pessoas. Deixou-se por 1,5 milhão. Era muita gente, de qualquer jeito. (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004, p. 511).

Lula, o mais aplaudido do comício, disse em seu discurso que o povo brasileiro não aceitaria mais quatro anos de governo biônico, que as diretas eram inegociáveis e quem votasse contra as diretas estaria traindo o povo. Ulysses foi o último a discursar: frisou que havia um hiato entre a nação e o poder, que a verdadeira voz da República estava ali, na praça. Terminados os discursos, autoridades, intelectuais e artistas que se encontravam no palanque de mãos dadas, ergueram os braços em sinal de unidade do movimento e entoaram o Hino Nacional com a sinfônica, o maestro e a multidão

(RODRIGUES, 2004). Estava, assim, criado o metadiscorso que mantinha seus signos comoventes na esteira do nacionalismo que comandava a nação.



Lideranças seguem em passeata até o local do comício no vale do Anhangabaú em São Paulo. Fonte: memorial da democracia. Disponível em: <http://m.memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja/2>.



Mais de 1 milhão e meio de pessoas participaram do ato em São Paulo, no dia 16 de abril de 1984, no último grande comício Pró-Diretas. Fonte: Memorial da Democracia. Disponível em: <http://m.memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja/2>

## CAPÍTULO III

### DIRETAS JÁ EM GOIÁS

#### 3.1 – O CENÁRIO POLÍTICO GOIANO EM 1983.

O ano de 1982 marcou o retorno das eleições diretas para governador de Estado. Um decreto enviado pelo governo e aprovado por unanimidade em 1980 restabelecia as eleições diretas para governador em 1982 e colocava fim às indicações dos chamados “senadores biônicos”. A última vez em que os eleitores goianos haviam elegido seu governador havia sido em 1965, com a vitória de Otávio Lage sobre Peixoto da Silveira. Desde então, os governadores eram eleitos de forma indireta pela Assembleia Legislativa.

Meira Matos/Emílio Ribas	1964 – 1965	Intervenção federal*
Otávio Lage	1966 – 1970	Eleições diretas
Leonino Caiado	1971 – 1974	Eleito pela Assembleia
Irapuan Costa Júnior	1975 – 1978	Eleito pela Assembleia
Ary Ribeiro Valadão	1979 – 1982	Eleito pela Assembleia

Fonte: Informações extraídas do livro: *Os Inquilinos da Casa Verde*, Hélio Rocha, 1998.

O cenário político goiano para as eleições que se aproximavam era muito favorável ao PMDB, que contava em seu quadro com dois senadores, Lázaro Barbosa, eleito nas eleições de 1974, e Henrique Santillo, eleito em 1978. Essas eleições também marcavam a volta de dois líderes políticos cassados pelo golpe de 1964: o ex-governador Mauro Borges e o ex-prefeito de Goiânia, Iris Rezende Machado. As eleições estavam marcadas para o dia 15 de Novembro de 1982 e com uma grande possibilidade de o PMDB eleger o novo governador. O PMDB começa, então, uma grande articulação para

---

\* Com a deposição do governador Mauro Borges pelo governo militar de Castelo Branco, foi designado para assumir o governo do estado, em 26 de novembro de 1964, o general Meira Matos, que ficou no cargo até a posse de Emílio Ribas, eleito de forma indireta pela assembleia e que governou o estado de 23 de janeiro de 1965 a 31 de janeiro de 1966.

garantir a vitória nessa eleição, que aconteceria de forma direta após 17 anos. Além do cargo de governador, estavam em jogo uma vaga para o senado, 16 vagas para a Câmara Federal, 40 vagas para deputados estaduais, além de prefeitos e governadores (devido a uma emenda constitucional apresentada pelo presidente João Figueiredo e aprovada pelo Congresso Nacional em 1980, que estipulava que as eleições de 1982 aconteceriam de forma geral para preenchimento de todos os cargos, eliminando a figura do senador biônico).

O PDS, que havia eleito os quatro últimos presidentes e se articulava para continuar no poder, realizou sua convenção para escolha do candidato do partido. Quem saiu vitorioso foi o ex-governador Otávio Lage Siqueira, que contou com o apoio do deputado federal Brasília Caiado e do governador Ary Valadão. Outros partidos da oposição também iriam concorrer nessas eleições: o PT lançou Athos Magno e o PDT lançou Paulo Cesar Timm.

O PMDB faz um amplo acordo entre seus líderes para evitar divisão interna e garantir que todos se empenhassem na campanha. Iris Rezende Machado, líder cassado e destituído de seus direitos políticos, se convertera na solução ideal de candidatura, porque capaz de inspirar uma militância. Segundo Rocha:

O carisma de Iris Rezende e as marcas do sacrifício da cassação e da suspensão dos direitos políticos impregnadas em seu perfil colocam-no em vantagem, como candidato natural a governador, deslocando as chances de Henrique Santillo. Com mais quatro anos de mandato de senador a cumprir, Santillo concorda em apoiar Iris, que por sua vez promete apoiá-lo em 1986 – o que de fato se deu. Santillo também indica o vice: Onofre Quinan. Para a cadeira que iria ser disputada no Senado, por largo consenso o partido escolhe Mauro Borges. Neste ajuste, Irapuan concorre à Câmara dos Deputados, reservando energia para, em 1986, disputar o Senado. (ROCHA, 1998, p.168).

Com as principais lideranças do PMDB empenhadas na campanha e contando com o desgaste do regime militar representado pelo PDS, o PMDB venceu as eleições de forma avassaladora tanto para governador quanto para os cargos do legislativo.

Iris Rezende Machado	PMDB	964.179	66,72%
Ary Valadão	PDS	470.184	32,54%
Athos Magno	PT	9.818	0,68%
Paulo Cesar Timm	PDT	845	0,06%

Informações extraídas do livro: *Os Inquilinos da Casa Verde*, Helio Rocha, 1998.

Para o senado foi eleito o ex-governador Mauro Borges do PMDB; para deputado federal o PMDB elegeu doze, contra cinco eleitos pelo PDS; para a Assembleia Legislativa foram 27 eleitos pelo PMDB contra 13 eleitos pelo PDS. Dessa forma, o governador eleito Iris Rezende teria uma ampla maioria na Assembleia Legislativa e uma influência grande em Brasília com os deputados federais eleitos e com dois senadores.

O governador eleito em 1982 não era uma novidade na política goiana. Natural de Cristianópolis – Goiás se mudou para Goiânia para estudar e tentar a vida na capital do estado. Sua militância política começou nos tempos de escola, quando presidiu grêmios estudantis. Formou-se em direito na UFG (Universidade Federal de Goiás) no ano de 1958 e decidiu seguir a política.

Em 1958, candidata-se, pela legenda PTB, a vereador em Goiânia e é o mais votado para a legislatura 1959-1962. Presidiu a Câmara Municipal entre 1960 e 1961. Em 1962, então no PSD, disputa cadeira na Assembleia Legislativa – e novamente seria o mais votado. Foi líder do governo Mauro Borges (63-64) na Assembleia e depois presidente da instituição, entre 1964 e 1965. Em 1965, disputa a Prefeitura de Goiânia e consegue uma impactante vitória, concorrendo com o ex-governador José Ludovico. Iris foi uma das vítimas do regime de exceção que o Ato Institucional número 5 instalou no país. (ROCHA, 1998, pag.167).

Iris Rezende, nesse sentido, assume o que Ansart vai chamar de líder carismático, pois demonstrava a habilidade de unir todo o Estado na busca da superação da crise em que este se encontrava em decorrência da crise nacional frente ao esgotamento do modelo econômico adotado pelos governos militares e a condução do Estado para um novo tempo de desenvolvimento.

Ao assumir o estado, Iris Rezende teve que resolver diversos herdados. Um dos problemas era o bloqueio de todos os repasses do governo federal para Goiás, como governador de um partido da oposição. O governo federal justificava que o bloqueio das contas era devido ao não pagamento de um empréstimo contraído pelo estado no exterior, no valor de 33 milhões de dólares. Esse empréstimo tinha o governo federal como avalista e o valor deveria ter sido quitado ainda no ano de 1982. Dessa forma, todos os repasses do governo federal para Goiás deveriam ficar suspensos até a quitação do valor devido. O governo de Goiás denunciava que os valores bloqueados chegavam a 9 bilhões e 605 milhões de cruzeiros, o que prejudicava a

retomada de obras e o pagamento do funcionalismo, que se encontrava atrasado. (DIÁRIO DA MANHÃ, 22/06/1983, p.4). O governador Iris Rezende, que inicialmente buscava sem sucesso um acordo com o governo federal, começou a contar com o apoio de diversos parlamentares tanto do PMDB como do PDS. Vereadores de todo o estado se reuniram e redigiram um manifesto solicitando ao governo federal o desbloqueio das contas do estado (FOLHA DE GOIAZ, 05/07/1983, p.4). Ação semelhante foi feita por 200 prefeitos de todo o estado ao final do Seminário Para Novos Prefeitos, realizado em Goiânia: foi gerado um documento que solicitava ao presidente algumas mudanças na relação com os municípios e pedia também o desbloqueio das contas do estado sem o que os recursos a serem repassados ficariam prejudicados (DIÁRIO DA MANHÃ, 18/07/1983).

A luta pelo desbloqueio dos recursos para Goiás se constituiria, assim, num fator de união entre governo e oposição em Goiás: deputados goianos ocuparam a tribuna diversas vezes para solicitar a normalização do repasse; o deputado federal Iram Saraiva (PMDB) usou a tribuna para denunciar que o estava acontecendo como uma “discriminação odiosa” contra o estado e acusou Figueiredo de prejudicar Goiás por questões políticas; o deputado Jales Fontoura (PDS) defendeu como necessária uma união de toda a bancada estadual para sensibilizar o governo para as questões do estado (FOLHA DE GOIAZ, 17/07/1983, p.3). No mês de setembro de 1983, os apelos dos políticos goianos foram atendidos e o governo federal desbloqueou parte dos repasses do estado, retomando também o diálogo com o governador. Mas, a essa altura, já o movimento das Diretas tinha sido desencadeado pelo Brasil afora, servindo também como pressão para o “gesto largo” do presidente.

No dia 15 de junho de 1983, havia sido lançada, oficialmente, no Congresso do PMDB em Goiânia, a campanha pelas Diretas Já. Os motivos alegados para que o lançamento da campanha acontecesse em Goiânia, segundo o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, eram os que se seguem (e entre eles está o carisma de Iris Rezende):

O PMDB escolheu Goiânia para ao lançamento da campanha porque é um estado onde o partido tem uma organização que tem se conduzido de forma a obter sucessivas vitórias. Nas últimas eleições, por exemplo, tivemos a vitória, de uma maneira consagrada, de Iris

Rezende. Além disso, a circunstância de estar vizinho de Brasília favorece a deslocação para Goiânia de deputados, senadores e correligionários nossos, o que já é uma certa tradição do partido para que esses movimentos possam se comunicar com todo o país, com as bases e com o povo. (GUIMARÃES apud LEONELLI, OLIVEIRA, 2004, p.165).

Mesmo com uma relação ainda não amistosa de início com o governo federal, o governador aceitou o desafio de ajudar a organizar o lançamento da campanha em Goiás. O diretório regional do PMDB se ocupou de expedir os convites enquanto deputados e senadores do partido visitavam autoridades na tentativa de mobilizar o maior número de pessoas. O evento inicialmente aconteceria no Ginásio Rio Vermelho, no centro de Goiânia, mas acabou sendo transferido para o ginásio de esportes da Faculdade de Economia da Universidade Católica de Goiás. Muitos peemedebistas criticaram a mudança de local, pois esperavam aproximadamente dez mil pessoas e temiam que o local não comportasse um grande público. O deputado federal João Divino Dorneles acusou o diretório do PMDB de ter ficado com medo de não conseguir mobilizar um grande número de manifestantes e por isso escolhera um lugar menor para o evento. Ele havia sugerido a Praça Universitária ou a Joaquim Lúcio, praças maiores, mas o presidente do diretório regional do PMDB, senador Mauro Borges, optou por um lugar fechado. Já o deputado Romualdo Santillo defendia que o lugar do evento não teria grande importância, o que importava era defender a ideia das eleições diretas para presidente: “No desenrolar do trabalho do partido a ideia vai crescendo. Muita gente vai se aglutinando e amanhã estaremos usando o Estádio Serra Dourada para fazer uma manifestação desse tipo”. (FOLHA DE GOIAZ, 15/06/1983, p.3).

O ato acabou não acontecendo nas dependências do Ginásio devido à quantidade de pessoas presentes e aos problemas com a acústica do local. Aconteceu na 11ª Avenida, do lado de fora do ginásio. Reuniu aproximadamente cinco mil pessoas e teve mais de duas horas de duração. Discursaram diversos líderes políticos do estado, como os senadores Mauro Borges e Henrique Santillo, deputados federais, deputados estaduais e vereadores da legenda. O governador Iris Rezende, que foi muito ovacionado pelo público presente, garantiu que cumpriria todos os compromissos

assumidos com o povo goiano e que não iria se afastar um milímetro do compromisso do PMDB com as eleições diretas para presidente. (FOLHA DE GOIAZ, 16/06/1983, p.3).

Também prestigiaram o comício diversos líderes nacionais, como o vice-governador de São Paulo, Orestes Quércia; o senador pelo Rio Grande do Sul Pedro Simon; e o presidente nacional do PMDB Ulysses Guimarães, muito aplaudido pelo público. Em seu discurso, Ulysses Guimarães defendeu a unidade do partido em prol da campanha das Diretas Já; elogiou o trabalho feito pelo PMDB em Goiás, que deu como exemplo para o Brasil, porque o partido vencera a máquina do governo com ampla vantagem; disse não aceitar de forma alguma qualquer negociação para o Colégio Eleitoral; e advertiu que “a nação se encontra[va] diante de um grande dilema: ou promove[via] eleições diretas ou caminha[ria] para o caos”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 16/06/1983, p.4).

No evento, Ulysses lamentou também as ausências do governador mineiro Tancredo Neves e do Senador Teotônio Vilela, este que tivera um papel fundamental na elaboração do plano de emergência que orientou os primeiros passos da campanha por eleições diretas.



Foto do comício de lançamento da campanha em Goiânia. DIÁRIO DA MANHÃ, 16/06/1983.

Não houve convites para que líderes do PDS falassem no evento, pois, apesar de ser um evento de lançamento de uma campanha que contava com o apoio de membros do PDS em Goiás, o evento em questão era um congresso do PMDB.

Passada a mobilização do lançamento da campanha pelas Diretas Já, as lideranças políticas do estado começaram a se mobilizar para a eleição dos seus diretórios e dos líderes que comandariam os delegados no Colégio Eleitoral para escolha do novo presidente em caso de derrota da emenda constitucional de Dante de Oliveira.

No PMDB, o partido estava dividido em dois grupos e o fator de divisão ia além das eleições para o diretório estadual. Os dois grupos se dividiram logo após a posse de Iris Rezende e começaram uma batalha para ver quem seria seu sucessor nas eleições de 1986: o grupo do senador Mauro Borges e o grupo do senador Henrique Santillo disputavam o comando e a indicação do partido para concorrer às eleições para governador. As eleições para o diretório aconteceriam em novembro e isso movimentou o partido no segundo semestre de 1983. O PDS tentava, através de reuniões, se reestruturar para conseguir fazer oposição ao governo Iris e garantir apoio para as eleições indiretas para os candidatos do governo federal, que se mobilizava em busca de apoio político.

### 3.2 – COMO ESTAVA O PMDB GOIANO NOS ANOS DE 1983 – 1984.

A disputa pelo diretório do PMDB dividiu o partido em três grandes grupos: de um lado, o senador Mauro Borges, que pleiteava a sua reeleição para o terceiro mandato seguido; do outro, o deputado federal João Divino, que postulava a presidência do partido com um discurso de renovação, mas que, na verdade, defendia o fortalecimento do grupo do senador Henrique Santillo; e o grupo do deputado estadual Eurico Barbosa, que defendia uma união do PMDB em torno do consenso.

O ex-governador Mauro Borges, juntamente com Iris e Derval de Paiva, havia sido o responsável pela reestruturação do PMDB em Goiás e, desde

então, presidia o partido. Com o acordo feito entre os caciques do PMDB para as eleições de 1982, ficou com a vaga no senado, porém mantinha vivo o sonho de retornar a ocupar o Palácio das Esmeraldas. No entanto e para conseguir viabilizar isso, necessitava de continuar com voz ativa no partido. Para justificar sua permanência, defendia que o partido havia conquistado bons resultados sob sua gestão.

Existe no PMDB uma gestão muito democrática e que deu grandes resultados. A prova está na vitória brilhante que obtivemos nas últimas eleições. Também sou favorável às renovações dos quadros de direção, mas os companheiros estão pressionando e usando o velho jargão: em time que está ganhando não se mexe. (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/08/1983, p.3).

O grupo de apoio à reeleição de Mauro Borges contava com o apoio de diversas lideranças do PMDB, entre elas a do deputado estadual Tarzan de Castro, do deputado federal Irapuan Costa Junior e do vice-governador Onofre Quinan. Sempre que usavam a tribuna ou participavam de algum evento público não se furtavam a defender a permanência de Mauro Borges à frente do partido. Nas palavras do ex-deputado federal e senador em exercício Derval de Paiva:

Não podemos deixar que aqueles que defendem o conchavo político, que são mais dóceis e mais genuflexos, venham ocupar o lugar daqueles que lutaram com bravura para manter o partido vivo; quando o governador estava cassado nós levamos o nome dele para as praças e ruas, não fugimos da luta (DIÁRIO DA MANHÃ, 08/10/1983, p.5).

Essa declaração de Derval era uma clara crítica ao senador Henrique Santillo que, em 1980, se filiara ao PT, desligando-se do PMDB, mas que, permanecendo somente oito meses no PT, retornara ao PMDB no final do ano de 1980.

Outro candidato à vaga de presidente do diretório do PMDB em Goiás era o deputado federal João Divino, ligado ao grupo do senador e postulante ao governo de Goiás Henrique Santillo. Para se dedicar somente à campanha, o deputado pediu afastamento do cargo para viajar por todo o estado, defendendo a renovação do diretório regional do partido (DIÁRIO DA MANHÃ, 16/08/1983, p.5).

As pretensões de João Divino ganharam força através de uma pesquisa realizada com os deputados estaduais de Goiás, que apontava para o anseio de renovação na direção do partido. A pesquisa salientava que, dos 27 deputados do PMDB, 13 defendiam a tese da renovação, 9 apoiavam Mauro Borges e 4 não tinham se decidido ainda. (DIÁRIO DA MANHÃ, 05/08/1983, P.4). O líder do governo na assembleia, Maguito Vilela, defendia em seus discursos na casa ou nos eventos que “o senador Mauro Borges já deu[dera] sua contribuição e chegou[chegara] a hora de injetar sangue novo na organização partidária” (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/08/1983, p.3).

A terceira opção para presidir o diretório era o deputado estadual Eurico Barbosa que, como candidato da chamada terceira via, pregava a unidade do partido, defendia que o partido não deveria se dividir no momento e que somente a unidade garantiria a governabilidade de Iris Rezende e o apoio necessário para a aprovação das Diretas Já. Como credencial, tinha três mandatos seguidos de deputado estadual e havia coordenado as campanhas do MDB em que Iris havia sido eleito prefeito em 1965 e as eleições estaduais de 1974, 1978 e 1982. Perguntado sobre seu interesse para presidir a sigla respondeu:

Minha candidatura é, portanto, a busca pelo consenso e não é absolutamente, uma contestação à candidatura do Mauro Borges ou a do deputado João Divino. Sou amigo e admirador do Mauro e do João Divino. Sou candidato com uma plataforma de unidade e mobilização do partido em Goiás, pela eleição direta para presidente e contra a Lei de Segurança Nacional. (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/09/1983, p.3).

As eleições para o diretório do PMDB aconteceram no dia 21 de novembro de 1983, com uma interferência direta do governador Iris Rezende: os três candidatos a presidentes não registraram suas candidaturas e desistiram de concorrer ao diretório, decidindo pela formação de uma chapa de consenso para evitar uma divisão do partido. Apoiaram o nome do deputado federal Tobias Alves, que obteve 68 dos 71 votos dos delegados. A estratégia de Iris dera certo e ele definiu o ato com signos comoventes:

Mais uma vez o PMDB de Goiás demonstra seu amadurecimento. A disputa em torno do diretório vinha se acirrando a cada dia. Quando muitos esperavam o desastre, a divisão de uma hora para outra, o sentimento partidário falou mais alto no coração de todos que se achavam dispostos à disputa. Tive o privilégio de ser constituído

elemento de ligação entre as partes que disputavam à executiva. E na minha condição de governador, todos esperavam que eu não permitisse que viesse o partido a sair dessa posição de unidade". (FOLHA DE GOIAZ, 22/11/1983, p.4).

A disputa pelo diretório estadual e a disputa pela sucessão de Iris Rezende causou grande desgaste no partido e deixou claro que não tinha mais a mesma unidade que lhe havia garantido a esmagadora vitória nas eleições de 1982. A interferência e o poder de Iris Resende garantiram um nome de consenso na eleição para o diretório estadual do PMDB e também que o partido mantivesse a unidade em nome da campanha das Diretas Já a ser votada em abril de 1984.

### 3.3 - COMO ESTAVA O PDS GOIANO NOS ANOS DE 1983 - 1984.

Passadas as eleições de 1982 e com uma derrota significativa nas urnas, o PDS goiano passou por um momento político muito delicado. Houve desarticulação nos quadros do partido, o que ocasionou cisões e, conseqüentemente, o seu enfraquecimento, impossibilitando uma organização da oposição em Goiás.

O PDS goiano foi criado a partir do desmanche da ARENA. Estruturado em 1980, teve como principal líder no período o governador Ary Valadão e seu coordenador político, o deputado federal Brasília Caiado. Logo após as eleições de 1982, o partido entrou em dificuldade, pois não tinha uma base política e dependia da vontade política de seus líderes, que haviam perdido representatividade a partir de 1983, com a posse do novo governo:

No caso do PDS de Goiás o partido vivia em alicerce falho: primeiro porque a realidade e as contingências políticas de 80/81 não são mais as mesmas; segundo porque o governo que estruturou esses diretórios não mais existe, e, terceiro, porque o partido acabava de sair de uma fragorosa e massacrante derrota nas eleições de novembro último, reclamando renovação a partir das bases. Como os diretórios municipais já existentes, que já não tinham uma grande representatividade, foram mantidos, não só era impossível renovar como o diretório regional que viesse a se formar sofreria o peso das distorções ocorridas na base partidária. (DIÁRIO DA MANHÃ, 21/08/1983, p.4).

O partido que, nas eleições de 1982, elegeu 13 dos 40 deputados estaduais se viu mais enfraquecido quando, a partir de 1983, se formou o (BPI)

Bloco Parlamentar Independente na Assembleia Legislativa de Goiás. Esse bloco era formado por cinco parlamentares do PDS que não concordavam com a direção e com a falta de renovação do partido. Pregavam uma posição independente com relação à orientação do partido, muitas vezes votando com o governo. Com a formação desse bloco e as pressões internas, o PDS organizou sua convenção para escolha do novo diretório, mas, com a falta de consenso entre os grupos dominantes, o que se viu foi uma fragmentação maior ainda.

Na convenção do partido para a escolha do novo diretório, concorreram três chapas que iriam não só eleger o novo presidente como determinariam quem coordenaria os delegados do estado em uma eventual eleição presidencial via Colégio Eleitoral, caso a emenda Dante de Oliveira fosse rejeitada.

A chapa que pregava a renovação foi encabeçada pelo ex-governador Rui Brasil Cavalcante, que defendia que o partido deveria cumprir sua verdadeira função de ser oposição ao governo do PMDB; que não podia mais se deixar recluso a grupos políticos; e que deveria contar com a participação de todos os seus membros nas decisões. (FOLHA DE GOIAZ, 18/06/1983, p.4).

A outra chapa era formada pelo deputado federal Brasília Caiado e o ex-governador Ary Valadão, que defendiam a continuidade do mesmo grupo político que dominava o partido desde sua criação em 1980. O grupo sofria forte resistência dos diretórios do interior, que se sentiam excluídos das decisões do partido (DIÁRIO DA MANHÃ, 18/06/1983, p.3).

A chapa formada pelo senador Benedito Ferreira e pelo deputado federal Siqueira Campos foi formada para marcar posição e, durante a campanha, tentou se manter de forma mais isenta sem tecer críticas contra as outras duas concorrentes. A chapa tentava puxar os votos dos descontentes com os dois grupos rivais e pregava um novo diretório renovado, mas sem romper com seus líderes históricos (FOLHA DE GOIAZ, 10/06/1983, p.4).

No dia da convenção do PDS, o favoritismo da chapa Renovação liderada pelo ex-vice-governador Ruy Brasil Cavalcante se encaminhava para

uma vitória por uma margem apertada. Logo após a contagem dos votos, a chapa Renovação conseguiu o número expressivo de 45,12%. No entanto, uma manobra das duas outras chapas que, de última hora se juntaram, levou 54,88% dos votos, tirando a vitória de Ruy Brasil. O fator comum e que serviu para unir as duas chapas foi o fato de que uma vitória de Ruy Brasil dificultaria muito o caminho para que Paulo Maluf conquistasse os votos dos delegados goianos na convenção que decidiria o próximo candidato do PDS para a sucessão de Figueiredo. O ex-governador paulista Paulo Maluf contava com a simpatia dos líderes das duas chapas, que se uniram para garantir o controle do partido e para garantir palanque para Maluf em Goiás. A posição de Ruy Brasil era mais favorável ao adversário de Maluf, o ministro Mario Andreazza, que mantinha a esperança de ser o candidato do PDS à sucessão. Dessa forma, o novo presidente do diretório do PDS em Goiás passou a ser o senador biônico Benedito Ferreira, que defendia que as próximas eleições para presidente ocorressem de forma indireta e que Paulo Maluf era o melhor nome para suceder Figueiredo. (DIÁRIO DA MANHÃ, 21/06/1983, p.5).

O que estava em jogo na disputa pelo comando do partido em Goiás era o controle do segundo maior partido do estado e uma forma de garantir palanque para o candidato a presidente na sucessão de Figueiredo, que defendia os grupos do PDS goiano e que iriam participar da convenção do partido para a escolha do postulante ao cargo. O ex-vice-governador Rui Brasil Cavalcante defendia a candidatura do Ministro Mario Andreazza e isso foi um fator determinante para sua derrota no comando do partido, aliado à união dos grupos de Ary Valadão e Benedito Ferreira, que, além de comandar o partido, abriam frente de trabalho pró-Maluf em Goiás.

#### 3.4 – COMO ESTAVAM O PT E O PDT GOIANOS NOS ANOS DE 1983 – 1984.

As eleições de 1982 foram polarizadas entre PMDB e PDS. Essa polarização fez com que partidos recém-criados, que, ao contrário dos outros dois, ainda não possuíam quadros formados nem representação na política goiana, ficassem relegados a um segundo plano no cenário político de Goiás.

Partidos como PT, PDT e PTB ainda enfrentavam as dificuldades de se firmar e conquistar militantes. Não possuíam cargos públicos em Goiás.

O PT disputou as eleições para governador em 1982 e ficou com o terceiro lugar com uma votação baixa por parte do professor Athos Magno na disputa pelo governo do Estado. O seu baixo desempenho não foi suficiente para eleger nenhum parlamentar. O baixo desempenho do partido pode ser justificado, pelo fato que uma emenda à constituição que valeu para as eleições de 1982, determinava que os eleitores só podiam votar em candidatos do mesmo partido tanto para vereador, quanto para presidente. Isso prejudicava partidos que não eram tradicionais, pois os mesmos não contavam com quadros expressivos para disputa de todos os cargos o que inviabilizava o apoio aos partidos tidos como pequenos principalmente no interior forçando o eleitor de determinadas cidades a terem como opção de voto apenas MDB e PDS. O partido tinha uma participação ativa nos movimentos sociais, organizando e participando de diversas manifestações em favor das lutas por moradia e pela reforma agrária, como o movimento que contou com a sua militância e que realizou uma grande manifestação em Goiânia no dia 29/11/1983: a “Marcha da panela vazia contra a carestia”, que denunciava as condições miseráveis em que vivia a parcela mais pobre da sociedade e pedia a atenção dos governantes para essa parcela. (DIÁRIO DA MANHÃ, 30/11/1983, p.3).

O PT em Goiás, nas eleições de 1982, era comandado por Athos Magno, presidente do partido no estado. Em 1983, realizou sua convenção para escolher seu novo presidente e dela participaram dois grupos.

Athos Magno defendia que:

Nós queremos ser o partido do operário, da dona de casa, do estudante, do pequeno proprietário urbano e rural, queremos um partido que não seja sectário e sim um partido simpático à população, aberto, de massa e democrático, queremos tornar prática a proposta de reforma agrária. Queremos concentrar nossas lutas contra os grandes proprietários rurais... (DIÁRIO DA MANHÃ, 08/08/1983, p.4).

Paulo Faria defendia que:

O PT não pode ficar a reboque dos movimentos populares. Como partido político das classes trabalhadoras, ele tem que se colocar à

frente, mobilizando e organizando os trabalhadores, o modelo militar e sua política econômica... pedessistas e peemedebistas comprometidos com seu passado, militantes, deputados, etc, jamais entrarão no PT goiano. (DIÁRIO DA MANHÃ, 08/08/1983, p.4).

Como se vê, duas ideias diferentes de como se organizar o PT concentraram o debate do partido na convenção: a proposta do professor Athos magno saiu vitoriosa do congresso com 77% dos votos. Athos Magno foi o responsável por conduzir o PT nas mobilizações pela aprovação das Diretas Já em Goiás. A tese defendida por Athos defendia um PT mais plural, que abarcasse um número maior de participantes e mais aberto a ideias. O PT de Athos Magno fazia parte do mesmo grupo de apoio do presidente nacional do partido, Luiz Inácio Lula da Silva. O PT defendido por Paulo era mais sectário, defendia um partido menos orgânico, que tomasse as rédeas dos acontecimentos e levasse o povo a reboque. A ala do partido que apoiava a candidatura de Paulo Faria fazia parte de uma corrente que tentava se consolidar nacionalmente como força dentro do partido. O PT goiano se articulava tendo como interesse a aprovação das diretas no sentido de garantir com isso uma série de reivindicações dos grupos que formavam o partido, que não ocupava grandes espaços políticos e buscava se consolidar como partido de oposição.

O PDT Goiano, que participou das eleições de 1982 tendo como candidato Paulo Cesar Timm, era presidido pelo engenheiro José Augusto Miranda. Não contava nesse período com muita participação na política local e, portanto, não contava com números expressivos de militantes, o que inviabilizava uma organização partidária com capacidade de mobilização e grandes ações.

### 3.5 – PROTAGONISMOS DAS MULHERES GOIANAS NA CAMPANHA DAS DIRETAS JÁ.

As mulheres desempenharam um papel fundamental na campanha em favor das Diretas Já em todo o país e, no estado de Goiás, não foi diferente. No

cenário nacional, podemos destacar a participação de mulheres que militaram ativamente em favor da campanha pró-diretas, como Fafá de Belém que, além de discursos inflamados, emocionava o público cantando o hino das diretas (como ficou conhecida a música “Menestrel das Alagoas”) e o Hino Nacional nos comícios e manifestações, um signo comovente, segundo Ansart; as atrizes Irene Ravache, Christiane Torloni, Lucélia Santos, entre outras, também tiveram grande relevância na campanha. No campo político, podemos destacar o papel da deputada Cristiane Tavares (PMDB-PE), que percorreu o país nos comícios das diretas e foi à única mulher a discursar no lançamento da campanha em Goiânia no dia 15/06/1983. Em seu discurso, conclamou todas as mulheres a participarem ativamente do que chamou de “cruzada peemedebista”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 16/06/1983). Merece destaque também a deputada federal Ivete Vargas (PTB-SP), que foi uma das deputadas federais mais votadas do país e teve um papel muito importante nas articulações no Congresso Nacional, presidindo o PTB. O partido contava com uma bancada de 13 deputados federais e tinha em Ivete a líder da bancada em Brasília.

Nas eleições de 1982, que elegeram os congressistas responsáveis pela votação da emenda Dante de Oliveira, apenas 8 mulheres foram eleitas para a Câmara Federal, o que representava apenas 1,67% do total de deputados federais que, naquela oportunidade, eram 479 deputados. O baixo número de mulheres eleitas era reflexo do longo processo de sua exclusão dos espaços públicos, relegadas apenas aos ambientes domésticos.

Devemos destacar que, em 1982, comemorávamos 50 anos da aprovação do Decreto Lei nº 21.076 do governo Vargas de 1932, que garantia o direito de voto às mulheres. A luta das mulheres por mais espaço na política era algo que estava nos amplos debates naquele período - o ano de 1975 fora definido pela ONU como ano internacional da mulher. De acordo com Arruda (2000), os anos 70 trouxeram novas contribuições aos movimentos feministas, desde que surgira um novo corpo teórico que rompeu com a ideia de que o papel da mulher na sociedade se baseava no fato de ter nascido mulher, ou seja, fatores biológicos a relegavam ao ambiente doméstico. As novas teorias percebiam que as desigualdades entre homens e mulheres não podiam ser

explicadas por esses fatores, ao contrário, era uma diferenciação construída e introduzida na sociedade durante muitos séculos.

O Ano Internacional da Mulher constitui um ponto de referência fundamental para a compreensão do movimento de mulheres. A iniciativa da ONU foi particularmente importante para as mulheres brasileiras por ter propiciado um espaço de discussão e organização numa conjuntura política marcada pelo cerceamento das liberdades democráticas. (QUARTIM DE MORAES, 1985, apud VAZ 2008).

O estado de Goiás não contava no momento com nenhuma mulher exercendo cargo eletivo na esfera estadual. Porém a cidade de Goiânia contava com duas vereadoras eleitas em 1982 e que tinham participação importante na política goiana no período: Maria Conceição Gayer Lima e Maria Dagmar B Miranda e o empenho e o entusiasmo das mulheres goianas tanto nos comícios quanto nas mobilizações pelo estado em prol da campanha das Diretas Já foram de suma importância para o sucesso da campanha. Diversos eventos como veremos a seguir contaram com a organização e a liderança das mulheres.

A participação feminina no cenário político goiano nesse período, seguindo a tendência nacional de luta por maior espaço e participação na vida política, foi muito importante e colheu resultados na eleição seguinte. Se as eleições de 1982 elegeram somente homens deputados estaduais e federais, as eleições de 1985 já mudaram um pouco esse cenário: foram eleitas duas deputadas estaduais, Cleuzita Antônia (PFL) e Maria da Conceição Gayer (PDC); e, em 1987, a primeira deputada federal de Goiás, a ex-primeira-dama Lucia Vânia, na época no PMDB (foi casada com o governador Irapuan Costa Junior/ Arena).

A influência das mulheres no cenário político goiano também foi fundamental na conquista do poder pelo PMDB nas eleições de 1982. Isso pode ser visto em um manifesto assinado, no dia 08/08/1983, por 17 primeiras-damas da região do vale do São Patrício, manifesto liderado pela primeira dama de Jaraguá, Naia Kolling. As primeiras-damas lembravam a participação e luta das mulheres nas eleições de 1982 ocorridas recentemente e rechaçavam qualquer processo divisionista dentro do PMDB. E conclamavam todos à unidade em prol da solução das dificuldades do Estado:

A mulher goiana recusou o papel de espectadora da luta eleitoral e saiu às ruas, foi às praças e subiu aos palanques. Em todos os quadrantes do Estado, malgrado suas dificuldades e sua inexperiência, resultado de séculos de ausência involuntária da vida política, ajudou a construir um novo tempo para Goiás. A mulher goiana sentiu-se encorajada à luta porque sentiu o peso formidável da unidade política, da capacidade de se aliar acima das divergências, que nossos homens públicos souberam demonstrar na campanha. Essa unidade tocou a alma feminina e a fez levantar-se e a partir decididamente para a luta. Temos consciência de nossa força e nosso papel na vitória do PMDB: o povo também nos escolheu quando votou no PMDB. (DIÁRIO DA MANHÃ, 09/08/1983, p.5).

O documento foi entregue ao governador em uma reunião no Palácio das Esmeraldas e não demorou muito para ter uma resposta do mandatário goiano. Iris atendeu imediatamente às reivindicações condenando qualquer forma de divisão do partido seja nas eleições internas ou mesmo antecipando o calendário eleitoral para a sua sucessão. O governador reiterou que não era governador de grupos mais de todo o Estado e que não permitiria o uso da máquina pública para que se fizesse política.

Com a grande mobilização nacional em torno da campanha por eleições diretas no ano de 1984, o comício das diretas a ser organizado em Goiás ficou marcado para o dia 12 de abril, a treze dias da votação da emenda Dante de Oliveira na Câmara dos Deputados. Em Goiás, iniciou-se, então, uma grande mobilização de autoridades e lideranças para fazer com que o comício em Goiânia obtivesse um grande número de participantes assim como acontecia em todas as cidades onde os outros eram realizados.

E, assim como nas eleições de 1982, as mulheres goianas protagonizaram um capítulo importante na mobilização da sociedade em favor do movimento. Destacaram-se grupos como o Força Feminina, Legionárias do Bem-Estar Social, um grupo que surgiu da união das mulheres dos vereadores e deputados do PMDB, o Bloco Popular do PMDB e diversas lideranças femininas que agiam também organizando reuniões e conscientizando a população, principalmente nas periferias e no interior do Estado.

No dia 24 de março de 1984 aconteceu uma reunião de todas essas forças femininas para definir um plano de ação das mulheres. Ficou definido que seriam organizados eventos e reuniões até o dia 11 de abril, para conscientização dos moradores; também que aconteceria uma série de 14

comícios nos principais bairros da capital e que seriam compostos exclusivamente por mulheres. (FOLHA DE GOIAZ, 24/03/1984, p.3).

Desde ontem, 25 Legionárias estão fazendo visitas em todas as casas dos 14 maiores bairros de Goiânia, convidando as donas de casa para os comícios locais e para o grande comício pelas eleições diretas no próximo dia 12. Além do convite, elas prestam esclarecimentos sobre a campanha que vem sendo promovida pelo grupo. (FOLHA DE GOIÁZ, 26/03/1984. P. 4).

Após a definição das datas e do plano de ação, mobilizaram-se as lideranças femininas ligadas a sindicatos, movimentos sociais e líderes de bairros. A organização de cada evento foi dividida entre os grupos participantes para facilitar e dinamizar a organização, devido ao curto prazo de tempo.

A programação dos comícios está marcada para acontecer dia 26 na Vila Santa Helena e no Setor Finsocial, dia 27 na Vila Moraes, dia 28 no Jardim América na Praça Santos, organizada pelo movimento Força Feminina, 29 na Cidade Jardim com coordenação da Força Feminina e o Bloco Popular do PMDB. No dia 2 de abril será no Jardim Novo Mundo, a cargo do sindicato dos Farmacêuticos; dia 3, na Vila Mutirão, pela Força Feminina; dia 4 Vila Redenção organizado pelas esposas de parlamentares.

E, ainda, dia 5, no Setor Norte Ferroviário, coordenado pela Força Feminina e o Bloco Popular; dia 6, Chácara do Governador e moradores dos Parques das Laranjeiras e Santa Cruz, pela Força Feminina; dia 7 Vila Finsocial, por esposas de parlamentares e Bloco Popular; dia 9 Jardim Guanabara, por esposas de parlamentares e Bloco Popular; dia 10, setores, Aeroviário e Dergo, por esposa de parlamentares, Umes; e no dia 11 no setor Novo Horizonte e União, coordenados por esposas de parlamentares e associações de bairros. (DIÁRIO DA MANHÃ, 25/03/1983, p.4).

O primeiro comício aconteceu na Vila Santa Helena e reuniu diversas pessoas que ouviram discursos dessas lideranças femininas, como Fátima de Souza, esposa do vereador Geraldo de Souza; Elaine Ferreira da Costa, presidente da Febem; e a primeira-dama, Iris Araujo Machado, que convidou todos a participarem das mobilizações e do grande comício no dia 12 de abril na Praça Cívica. (DIÁRIO DA MANHÃ, 27/03/1984, p.5).



Dona Iris discursa para mais de 1.500 pessoas em comício na Vila Redenção. (DIÁRIO DA MANHÃ, 05/04/1984).

Ademais, a mobilização das mulheres goianas em favor das Diretas Já não ficou restrita à cidade de Goiânia e houve manifestações em praticamente todas as cidades de Goiás.

Em Anápolis, merece destaque a liderança da presidente do PMDB Mulher, Onaide Santillo, e de Lidia Quinan, esposa do vice-governador Onofre Quinan. Com a participação de outras lideranças do Estado, as duas encabeçaram a organização de vários atos em Anápolis e foram peças fundamentais no comício pró-Diretas que aconteceu em Anápolis no dia 8 de março de 1984, que contou com a participação de aproximadamente 25 mil pessoas.

Onaide Santillo, presidente do Comitê Feminino do PMDB, está dedicando tempo integral à mobilização das mulheres opositoras para o grande comício por eleições diretas que será realizado em Anápolis, no próximo dia 8 de março. Onaide vem obtendo adesão à medida que intensifica os contatos pelo interior. Ela garante que, seguramente, o comício contará com uma efetiva participação feminina. Articulando-se com as lideranças femininas de diversas cidades, sobretudo do Vale do São Patrício, Onaide já tem assegurada a participação de dezenas de caravanas femininas. (DIÁRIO DA MANHÃ, 28/03/19984, p.2).

Aproveitando o dia internacional da mulher, as lideranças femininas do PMDB e lideranças locais organizaram uma grande passeata na cidade de

Anápolis. A passeata, quando iniciada, contava com aproximadamente 400 pessoas; no seu destino final, já contava com mais de 1.000 pessoas. O destino final era a Praça Bom Jesus, na região central da cidade, onde se instalara uma urna para que ocorresse uma votação simbólica para presidente. Havia também um caderno com as assinaturas das eleitoras. Segundo Onaide Santillo: “assinaremos um livro que será encaminhado ao presidente Figueiredo, como a voz da mulher Anapolina pedindo o retorno das eleições diretas”. Foram contabilizados mais de 2.000 votos e o primeiro voto de forma simbólica foi o da primeira-dama da cidade, Dulce de Faria. A caminhada contou com a presença de Benedita Vila Real, a primeira eleitora de Goiás e uma das primeiras inscritas para votar no Brasil. (FOLHA DE GOIÁZ, 09/04/1984, p.4).

Participaram do comício em Anápolis aproximadamente 25 mil pessoas, que lotaram a Praça Bom Jesus, e se revezaram no palanque 24 oradores, dentre eles cinco mulheres, além de uma homenagem a todas as mulheres em comemoração ao Dia Internacional Da Mulher. Falaram: Lidia Quinan, Odete Ghannan, Maria Dagmar Bezerra, Eula Corina Bento e Onaide Santillo, bastante ovacionada como a sexta participante a discursar na noite. (DIÁRIO DA MANHÃ, 09/05/1984, p.5).

A primeira-dama, dona Iris de Araújo Rezende, também participou de diversos atos em cidades do interior, representando o governador Iris Rezende Machado, como no comício em Britânia, para comemorar o aniversário da cidade e inaugurar algumas obras, entre elas uma sede para as Legionárias do Bem Estar Social que ganhou o nome de “Dona Genoveva” em homenagem à mãe do governador. O comício aconteceu por volta de uma hora da tarde sob um sol escaldante, o que não impediu a participação de quase duas mil pessoas, que ouviram atentamente os discursos de políticos e autoridades. Momentos antes do comício, chamou a atenção um enterro simbólico das eleições indiretas, comandado por Odete Ghannan, esposa do deputado Mario Ghannan. Entre as autoridades que discursaram podemos destacar o deputado Tarzan de Castro, representante do município na Assembleia Legislativa, a Sr.<sup>a</sup> Lolita Cunha, esposa do deputado Fernando Cunha, representante do município na Câmara Federal, as Sras. Julia Soares de Oliveira e Gilda

Ferreira de Castro, primeiras-damas dos municípios de Novo Brasil e de Jussara, respectivamente. O ponto alto do comício foi o discurso da primeira-dama dona Iris.

Dona Iris de Araújo Rezende Machado, Primeira-Dama do estado, sensibilizou bastante os presentes com sua lembrança da época da cassação e suspensão dos direitos políticos do então jovem prefeito de Goiânia Iris Rezende Machado. Quando eles se estabeleceram em Britânia, sendo acolhidos pela população de quem recebeu apoio e carinho. A Primeira-Dama destacou também a importância do papel que a mulher desempenha em todas as lutas democráticas, observando, em particular, a mobilização em favor das eleições diretas. (FOLHA DE GOIÁZ, 08/04/1984, p.7).

Outro grande comício comandado pela primeira-dama do estado foi o de Jataí, ocorrido no dia 07/03/1984. Dona Iris, também representando o governador, liderou a comitiva de políticos e autoridades. O comício aconteceu em um domingo e contou com a presença de aproximadamente 6.000 pessoas, que ouviram atentamente o discurso dos 25 oradores que se revezaram no palanque por mais de três horas, entre eles os senadores Henrique Santillo e Lázaro Barbosa, os deputados federais Iram Saraiva, Iturival Nascimento e Aldo Arantes, os deputados estaduais Maguito Vilela, Tarzan de Castro, Eurico Barbosa e Ivan Ornelas, o presidente do PMDB, Tobias Alves, e o prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, entre outras lideranças. O comício aconteceu em frente ao Estádio JK e faltou espaço para os que lotaram o local. O público era composto majoritariamente de trabalhadores rurais da região sudeste que vieram em caravanas de diversas cidades, como Mineiros, Quirinópolis, Barro Alto, Santa Rita do Araguaia e Rio-Verde.

Em seu discurso, dona Iris, mais uma vez, fez um apelo para que as mulheres participassem das lutas em favor das diretas e defendeu que a força da luta das mulheres era fundamental para a vitória da campanha, como fora nas eleições de 1982 para a vitória do PMDB. Mas também fez um desabafo para justificar cobranças que recebeu no encontro. Disse que o governador gostaria muito de estar presente para levar uma mensagem de esperança para o povo de Jataí, mas que tinha uma responsabilidade muito grande que era de cuidar de todo o Estado.

O trabalho da mulher já provou que é um trabalho importante e que realmente teve peso nas decisões políticas do nosso Estado. É um trabalho que deve continuar, não deve parar, porque nós assumimos

compromisso em praça pública. A mulher do governador sofre o tempo todo porque, muitas vezes, é incapaz. Ela se sente impotente para resolver todos os problemas. Eu gostaria, sinceramente, de dizer a vocês que eu gostaria de ter todos os recursos do mundo, para poder resolver todos os problemas que afligem o nosso povo, tudo que aflige esse povo, não só de Goiás, mas de todo o país. (DIÁRIO DA MANHÃ, 08/03/1984, p.6).

Em seu discurso, o senador Henrique Santillo também fez questão de enaltecer o trabalho e a importância das mulheres na luta política do Estado: “Eu quero cumprimentar a mulher goiana, engajada na luta do povo brasileiro por democracia. Está ficando cada vez mais claro que os brasileiros, por unanimidade, exigem votar para presidente DIÁRIO DA MANHÃ, 08/03/1984, p.6).

No dia 11/04/1984, à véspera do grande comício em Goiânia, aconteceu o último dos 14 comícios que as mulheres de Goiás organizaram como parte de um projeto de mobilização feminina em apoio às Diretas Já. Foi organizado pelo Comitê Feminino Suprapartidário e pelo Grupo Feminista de Estudos e contou com a presença de mais de três mil pessoas, na maioria donas de casa. (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/04/1984. p.4).

O grande comício do dia 12/04/1984 contou com programações o dia todo: passeatas, manifestações artísticas. Iris Rezende Araujo Machado foi a escolhida para levar a voz das mulheres do Estado ao palanque e proferir um discurso de exaltação à garra e às lutas das mulheres goianas em todos os momentos da política de Goiás. Foi muito ovacionada quando teve seu nome anunciado pelo locutor, fato que se explica pelo seu empenho em percorrer os bairros da capital em comícios e reuniões e grande parte do estado, divulgando a campanha das Diretas Já e o grande comício do dia 12/05/1984. Dona Iris discursou logo após o prefeito de Goiânia Nion Albernaz.

Vamos ouvir as palavras daqueles que vêm transmitir o que nós pedimos. E este ano, em novo tempo e agora Goiás traz, através de um exemplo que nos consideramos histórico, fazendo aqui, na praça do povo, o grande mutirão – o mutirão pró-eleições diretas para presidente da República. Goiás e Goiânia que deram exemplo ao Brasil, mostrando o que um governante respaldado pelo povo pode fazer, através desse mesmo povo, traçar o grande milagre que aconteceu aqui em Goiás, quando foram construídas mil casas em apenas um dia, com apenas um apelo do governador. Companheiros: emocionada, eu represento nesse momento a mulher do meu Estado, guerreira e combativa, e que durante todas as lutas não se fez ausente e disse presente, atuando ao lado de nossos maridos, para

que nós possamos, realmente, ter um futuro melhor. Eu gostaria, ao terminar, de fazer a grande conclamação: por uma pátria digna e livre; por um Brasil soberano – eleições diretas, agora e já. (sic) (DIÁRIO DA MANHÃ, 13/04/1984, p.5).



Fafá de Belém cantando “Menestrel das Alagoas”. Fonte: Observatório Feminino, acessado em 02/12/2017.

### 3.6 – DA EUFORIA DAS PRAÇAS À FRUSTRAÇÃO APÓS A VOTAÇÃO DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA.

O ano de 1984 começou com grandes manifestações em favor das Diretas Já em todo o país e o primeiro grande comício aconteceu em Curitiba, no dia 12 de janeiro. Levou mais de 50 mil pessoas às ruas. Esse comício marcou a arrancada das grandes manifestações em apoio às Diretas Já, além do início do uso sígnico de roupas amarelas para mostrar apoio à causa. E a cada novo comício a campanha ganhava mais apoio.

Em fevereiro a voz das ruas aumentou: no dia 10/02, 15 mil em Cuiabá, dia 15/02, 10 mil em Macapá (AP) (quase 10% da população do estado), dia 16/02, 60 mil em Belém (PA); dia 24/02, 300 mil em Belo Horizonte (MG). No dia 21 março, uma passeata no Rio de

Janeiro (RJ) juntou cerca de 150 mil pessoas; dia 23, 40 mil em Uberlândia (MG), no dia 24, 40 mil em Campo Grande (MS).

Abril entrara como em alta velocidade: dia 5, 80 mil no Recife (PE), dia 6,50 mil em Natal (RN); dia 7,30 mil em Petrolina, no sertão pernambucano; dia 10, apenas 48 horas antes do comício marcado para Goiânia, o espanto: um milhão de brasileiros ocupando a Avenida Presidente Vargas e proximidades no Rio de Janeiro. (GODINHO, 2017, p. 20,21).

Esses números fizeram com que a responsabilidade do PMDB goiano em organizar um grande evento aumentasse, ainda mais quando, antes mesmo de decidir uma data certa para o grande comício de Goiânia, a cidade de Anápolis realizara um no dia 20 de março que havia levado cerca de 20 mil pessoas às ruas. A data para o comício em Goiânia foi marcada no dia 26 de março, apenas 17 dias antes do evento e foi resultado de uma grande articulação do senador Henrique Santillo, que era o coordenador dos contatos com políticos nacionais. Marcada a data, a missão era trabalhar para mobilizar o maior número possível de pessoas.

O comício que aconteceu em Goiânia foi um grande sucesso de público, levando mais de 300 mil pessoas à Praça Cívica, no centro da cidade. Diversos pontos podem ser citados como fatores que contribuíram para o sucesso do comício, entre eles, a liderança que o governador Iris Rezende exercia no Estado e a grande adesão da sociedade civil organizada a ele e aos discursos proferidos.

No caso das manifestações que ocorreram no país, concentrar todos os questionamentos e desejos da sociedade resumidos em uma só frase - Diretas Já -, efetiva o que é chamado por Ansart (2000) de um signo comovente. Esse autor nos mostra que o uso de palavras que sintetizam desejos diversos são mais facilmente internalizadas, como foi o caso da campanha em prol das diretas, em que o desejo de votar para presidente era somente uma das muitas reivindicações dos envolvidos. Sobre esses signos comoventes, Ansart explica que são usadas palavras abstratas e imprecisas, como socialismo, libertação, progresso, nova época. Mesmo palavras que se associam a combate, por exemplo, “façamos a campanha”, “lutar sem tréguas contra os poderosos”, “nós somos o povo”, todas são frases-exemplos de metáforas que participam eficazmente na produção de signos comoventes, na dramatização de conflitos

e foram muito usadas nos comícios e passeatas que rodearam as manifestações.

Sobre a força dos grupos que atuaram na campanha não só aqui em Goiás, mas também no Brasil, ainda Ansart aponta fatores que auxiliam explicar o sucesso de mobilização, como, por exemplo, a coesão dos grupos em torno de determinadas demandas para fazer com que a união seja um fator agregador. A campanha pelas Diretas Já foi uma grande adesão e coesão de diversos grupos, conforme já dissemos, uma campanha polipartidária e policlassista, mas reunida em torno de objetivos comuns. Por exemplo, o caráter maciço de investimentos em cada uma das pessoas pelo conteúdo de suas mensagens, os laços que se desenvolveram entre os participantes dos grupos, que acabaram se assemelhando ao de uma família, a sensação de proteção que as pessoas sentiram por estarem no seio do grupo, o senso messiânico de que se revestiu a causa adotada por cada membro do grupo como uma grande missão justa. Para Ansart, pode se tratar de movimentos sociais ou pessoas das mais diversas classes, seja com este ou aquele objetivo, esse período, esse momento de produção reflete a gestão mesma das paixões em todos os níveis de política.

Outro fator foram os grupos ideológicos: no contexto, as pessoas se organizaram para combater diretamente uma ordem estabelecida para “salvar” a sociedade ou para encontrar um salvador universal. Tais grupos, para Ansart, negam a autoridade do “pai” para serem eles mesmos o “pai”. Diversos grupos em Goiás se formaram para lutar contra o regime estabelecido e “salvar” o país da ditadura que já durava 20 anos cerceando direitos e mantendo o país em um grande campo de repressão. Na base da pirâmide, estava o militante que distribuía os panfletos e organizava as passeatas, participavam das greves e das manifestações, defendendo que seus líderes seriam melhores governantes. Nesse caso obedecer às ordens do líder não pode ser visto como sinal de dominação, mas de participação, compromisso, responsabilidade. Por isso, todas as ordens foram obedecidas com afinco e cuidado.

O militante não é convocado a falar, estando condicionado a tarefas mais cotidianas. Apesar disso, ele permanece fiel à causa principalmente nos

momentos políticos mais contundentes, visto que, nos momentos de calma, seu entusiasmo se arrefece. Certamente, muitos homens e mulheres que aderiram à campanha vieram primeiro por estabelecerem com ela uma questão de afinidade afetiva, para só depois obterem um conhecimento maior sobre as propostas. O militante geralmente obedece às ordens de um líder carismático sem grandes questionamentos, pois para Ansart, o papel exercido por esse líder é de alguém que é infalível, o que faz com que os militantes às vezes se esqueçam até de sua individualidade.

Podemos entender nessa análise não a ideia de um modelo, mas a incorporação de elementos afetivos (uma espécie de psicologia das massas) para ampliar o entendimento de conflitos sociais e de gestão política. Sem ignorar os elementos racionais e intelectuais, ideológicos presentes nas manifestações, e que vimos apontando ao longo desse trabalho, é preciso também incorporar a isso a ação da experiência, que é também movida por desejos, medos, ódios, amores e, acima de tudo, paixões.

Racionalmente, os interesses para que o comício se transformasse em um grande evento movimentou entidades de classe, associações, sindicatos e principalmente a classe política goiana. Todos alimentavam ambições em torno da visibilidade do evento. Iris Rezende, o governador do estado, era o que mais se empenhava, motivado pelo desejo de mostrar sua liderança e popularidade no estado para o resto do país, pois alimentava o desejo de alçar voos mais altos - era sempre lembrado para concorrer à vice-presidência em uma chapa com o governador mineiro Tancredo Neves como presidente, ou mesmo concorrer à presidência da República pelo PMDB. O do presidente da Câmara dos deputados Flávio Marcílio, em entrevista ao jornal *Diário da Manhã* no dia 17 de janeiro de 1984, já havia declarado: “O governador Iris tem se destacado muito e goza de uma grande simpatia da nação. Além de ser um grande líder popular e político é um bom administrador, isso o credencia ao pleito” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17/01/1984, pag.2). OS deputados federais Juarez Bernardes (PMDB/GO) e Joaquim Roriz (PMDB/GO), entre outras lideranças, defendiam que Iris Rezende concorresse às prévias do partido para as eleições de 1985.

Os rumores de uma possível candidatura de Iris ao planalto ganharam força principalmente quando ele foi premiado pela Rádio Globo, no Rio de Janeiro, como a revelação da política nacional no ano de 1983. O governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, que também participou do evento, disse na época, em entrevista, que Iris reunia todas as características para se tornar presidente da República:

Iris Rezende, na minha opinião, é o mais eficiente, o mais completo, o mais democrata dos governadores que a oposição elegeu no último pleito. Nós rendemos a ele nossa homenagem, pois nos momentos de indecisão, Iris Rezende nos deu exemplo de determinação e trabalho. O governador de Goiás, em verdade, é um homem público dos mais notáveis de sua geração. É um dos nomes que o PMDB conta para que, em qualquer momento, valer-se como uma reserva, para solucionar os graves problemas do país. (DIÁRIO DA MANHÃ, 18/01/1984, p. 4).

Um dos fatores apontado tanto por lideranças do PMDB como do PDS que dariam a Iris a condição de postulante ao Palácio do Planalto se deve ao fato de o governador defender uma posição mais de diálogo e menos agressiva em seus discursos, admitindo mesmo uma participação do PMDB em uma eleição indireta caso a emenda de Dante de Oliveira não obtivesse êxito. Quando perguntado se haveria a possibilidade de se desincompatibilizar do cargo de governador para concorrer à presidência ou à vice-presidência, Iris foi enfático - “Eu não posso dizer: dessa água não beberei” - disse em uma entrevista concedida ao jornal *Folha de Goiaz*, no dia 28 de março de 1984. Nessa mesma entrevista, defendeu que só admitiria falar em eleições indiretas depois de esgotadas todas as possibilidades para garantir eleições diretas: “Entendemos que o momento é de muita compreensão, por isso defendo que se for o caso realizemos um entendimento amplo para se evitar um impasse, mesmo porque sempre condenei o radicalismo” (FOLHA DE GOIAZ, 28/03/1984, p.5).

Esse discurso mais conciliador adotado por Iris Rezende desagradava uma parte do PMDB e, principalmente, os partidos mais à esquerda, como PT e PDT. Entretanto, estava alinhado ao discurso defendido por Tancredo Neves (que, como foi visto, seria o candidato do PMDB ao Planalto caso não fosse aprovada a emenda das Diretas Já, em um acordo estabelecido com Ulisses Guimarães, que seria o candidato em caso da sua aprovação), e também

agradava parte dos militares e do PDS, que temiam que a situação se radicalizasse ao se fazer uma transição para um governo civil. Os militares e parte do PDS temiam que uma ruptura abrupta na transição gerasse conflitos e um revanchismo por parte da oposição. Já o governador mineiro e seus aliados, entre eles o governador Iris, sabiam que, no caso de uma eleição indireta, o PMDB sozinho não conseguiria eleger o próximo presidente e precisariam de apoio de uma parcela expressiva dos partidários do regime militar. Para isso, contavam com aqueles contrários à candidatura do governador paulista Paulo Maluf pelo PDS.

Com a possibilidade de Iris concorrer a um cargo nacional, diversas pesquisas foram realizadas por entidades no estado, para analisar a viabilidade de uma candidatura do governador ao Palácio do Planalto: no dia 18 de março de 1984, o jornal o *Diário da Manhã* publicou uma pesquisa realizada pelas organizações sindicais dos engenheiros, agrônomos, geólogos e arquitetos. A pesquisa ouviu 7.202 eleitores e o governador venceu com 31,2 % dos votos (2.248); em segundo ficou o vice-presidente Aureliano Chaves, com 1.127 votos. (DIÁRIO DA MANHÃ, 18/03/1984, p.5).

O comício marcado para ser realizado em Goiás no dia 12/04/1984 significava uma possibilidade de Iris se consolidar como líder nacional, mostrando o seu comando do PMDB goiano e seu poder de mobilização popular. Mas não era só o governador que via nesse evento a possibilidade de se mostrar para o país. Para alguns líderes sindicais do estado, essa era a oportunidade de se mostrarem e conquistar uma base de apoio para seus projetos políticos para além de sua solidariedade ao projeto do governador. São exemplos o presidente da Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás), Amparo Sésil do Carmo, que se tornou vereador em Silvania; o presidente do Simego, Nelcivone Soares, que ocupou diversos cargos públicos na prefeitura de Goiânia e no Estado; Osvaldo da Silva Batista, presidente da Affego (Associação dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás), que ocupou o cargo de deputado estadual em Goiás. Para vereadores, deputados e outros políticos, essa era a oportunidade de fortalecer seus nomes em suas bases políticas e no eleitorado goiano; para outros grupos, o apoio ao projeto era uma grande oportunidade de garantir a simpatia

do governador e dos políticos envolvidos, o que lhes poderia garantir, entre outras coisas, apoio a projetos futuros. Podemos incluir aqui o caso dos senadores Mauro Borges e Henrique Santillo, que estavam abertamente em disputa para ver quem seria o candidato do PMDB ao governo de Goiás nas eleições de 1986. O senador Henrique Santillo era mais próximo do grupo político do governador Iris Rezende e do governador mineiro Tancredo Neves, enquanto o senador Mauro Borges tinha uma proximidade maior com o grupo político do deputado federal Ulisses Guimarães. O sucesso no plano nacional de seus grupos poderia influir diretamente em seus projetos pessoais aqui no estado. Embora os dois grupos se empenhassem para que fosse aprovado o projeto das Diretas Já, trabalhavam com possibilidades diferentes, buscando o mesmo objetivo que era se fortalecer e fortalecer seu grupo político no estado em busca de apoio para as eleições de 1986. Outro duelo travado dentro do PMDB e que mobilizou as militâncias tanto nos eventos que antecederam ao comício como no comício do dia 12/04/1984, foi a disputa para decidir quem seria o candidato do PMDB à prefeitura de Goiânia em 1985. O duelo era entre os deputados estaduais Daniel Antônio, que pertencia ao grupo político do governador Iris Rezende, o senador Henrique Santillo (que, por sua proximidade com o governador, foi escolhido para falar no comício representando a bancada da Assembleia Legislativa, assunto que será tratado mais a frente), e José Elias, ligado ao grupo do senador Mauro Borges. Portanto, o comício que aconteceria em Goiás no dia 12 de abril significava mais de que um movimento em busca de garantir ao povo o direito de votar, mais que a manifestação afetiva ou apaixonada da população. Antes de tudo, representava interesses diversos em jogo e era determinante para garantir o apoio de diversos líderes e organizações sociais a projetos políticos partidários.

O governador que, a princípio, havia dito que não colocaria a máquina do Estado a serviço da campanha, logo percebeu que isso seria impossível. Realizar um evento desse porte custaria muito caro.

O PMDB estava misturado até as últimas células com a organização e, sendo assim, com o pagamento das despesas do comício. Impossível pensar neste evento sem a participação da máquina pública na segurança, trânsito, foguetes, divulgação, construção de palanque, mini-comícios por toda Goiânia e interior, viagens, hospedagem, salas de imprensa e até coisas mínimas como

telefonemas locais e interurbanos e gastos com papel e combustível. Sem falar no esforço em termos de tempo. Um secretário envolvido com a organização usava horas que deveriam ser, em tese, gastas com as questões administrativas do Estado. E quem as quitaria seria o povo goiano por meio do governo comandado por Iris Rezende. (GODINHO, 2017, p.55).

Logo foi criado o Comitê Pró-Diretas que agregou os partidos PMDB, PT, PDT e representantes do movimento de legalização do PCdoB. Esse comitê era encarregado de organizar eventos para envolver a população, tratar dos convites e da recepção dos convidados, manter contato com a imprensa, coordenar as caravanas vindas do interior etc. As reuniões aconteciam na AGM (Agência Goiana dos Municípios).

Durante todo o período de organização do evento, percebemos o grande envolvimento de lideranças de diversas partes e entidades. Como mostraremos a seguir, diversas lideranças políticas e sindicais se mobilizaram para envolver seus apoiadores no processo de mobilização. Se pensarmos somente nas ações desenvolvidas pelo Estado através do governador Iris Rezende, chegaremos à conclusão de que o evento não contaria com essa grande quantidade de pessoas. As diversas organizações feitas por mulheres e que percorreram os bairros da cidade, mobilizando presidentes de associações de moradores e lideranças locais, mostrando a proposta da campanha, são exemplos disso. Outro exemplo são as associações e os sindicatos que, ao aderirem à campanha, envolviam também seus associados e sindicalizados no processo. Ainda que esses não tivessem muita simpatia pelo líder do estado ou mesmo simpatia por política partidária, eles se viram envolvidos e partícipes. As ações que ocorreram diariamente e ajudaram a familiarizar a campanha com a população, muitas delas sem que houvesse qualquer ajuda ou interferência do Estado, foram fomentadas por pessoas e entidades que detinham influência sobre determinada parcela da sociedade. Sem retirar o protagonismo das lideranças políticas do Estado, principalmente do governador Iris Rezende e do PMDB goiano, é importante destacar que o grande envolvimento de lideranças sindicais e de associações, que são também

instâncias de exercício de poder através da influência que exercem sobre seus associados, foi de extrema importância na mobilização. E na ajuda a entender em parte como as mensagens chegavam a uma grande parcela da população. Assim, podemos verificar que muitas associações de classe e sindicatos se envolveram na campanha. Citaremos aqui apenas parte deles com seus discursos para exemplificar.

Diversas entidades goianas se reuniram com o PMDB, no dia 20 de fevereiro de 1984, e decidiram apoiar as manifestações em favor das Diretas Já. Nesse dia seus líderes lançaram notas em jornais manifestando seu apoio e reiterando seu compromisso com a democracia.

A igreja Católica emitiu uma nota através do Vigário Geral de Goiânia, José Pereira de Maria, em que defendia:

O brasileiro é o sujeito de sua própria história, portanto ele tem que ser consultado e participar da construção do seu próprio destino. Nos últimos 20 anos o povo ficou à margem com as decisões sendo tomadas por uma minoria. Somos da opinião que a campanha deva ser feita pelo próprio povo. A igreja fica no nível do apelo pela participação popular na escolha de seus governantes, porque devemos aí um dos caminhos para que setores marginalizados da população vivam com dignidade. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/02/1984, p.5).

A OAB-Goiás (Ordem dos Advogados do Brasil seção Goiás), através do seu presidente em exercício Dr. Elmo Ferreira, defendia que:

É um dever da Ordem dos Advogados contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas. Numa opção de maior envergadura de se optar sobre qual o processo de escolha do titular da Presidência da República, a instituição não poderia ficar à deriva. Teve início, para nosso orgulho, em Goiás o processo que formalizaria a posição da OAB sobre as eleições para presidente. Foram unânimes os votos dos advogados goianos em favor da campanha. Foi conclamado que a Ordem está no dever de se posicionar pela adoção do voto direto pela escolha para Presidente da República, restaurada, a partir daí a tradição republicana do sufrágio universal. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/02/1984, p.5).

O presidente do Sindicato dos Bancários, Heiler Alves da Rocha, também lançou uma nota:

É tradição do povo brasileiro escolher seu presidente, e nós não podemos fugir dessa tradição. Os bancários a nível nacional defendem as eleições diretas há anos. Na medida em que a nação inteira se manifestar, não haverá outro caminho que não o

restabelecimento de eleições diretas para Presidente da República. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/02/1984, p.5).

O presidente da Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás), Amparo Sésil, manifestou a posição da federação:

O governo não tem outra saída a não ser a realização de eleições diretas. O povo está manifestando insatisfação com o sistema e quer mudança rápida. O único caminho é o pleito direto. Com um presidente escolhido pelo povo há maiores chances de diálogo, porque este presidente de qualquer forma, teria de ouvir a população e atender a suas reivindicações. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/02/1984, p.5).

Os jornalistas, através do presidente do Sindicato dos Jornalistas, também manifestaram apoio à campanha por eleições diretas, segundo Wilmar Alves:

O governo atual não quer as eleições diretas como os governos pós-64 não queriam a anistia. Vamos consegui-la por meio da mobilização popular, que, aliás, já ganha as ruas. O sindicato dos jornalistas entra de cheio nessa luta e vai sustenta-la juntamente com entidades populares e partidos políticos. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/02/1984, p.5).

Outro sindicato que manifestou seu apoio à campanha através de seu presidente foi o Simego (Sindicato dos Médicos do Estado de Goiás). Nelcivone Soares defendeu que:

O voto é o instrumento maior que o cidadão tem para manifestar de forma livre e soberana sua vontade. Portanto, inexistem democracia sem que o povo, por seus próprios meios, escolha seus dirigentes para em seu nome exercer o poder. Nesse momento toda a sociedade civil brasileira, nas suas mais variadas formas de organização, incluindo as entidades médicas, luta pelo retorno da Nação a uma ordem jurídica legítima como forma de superação de nossos angustiantes problemas. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/02/1984, p.5).

Ainda na área da medicina, a Associação Médica de Goiás manifestou seu apoio à campanha nas palavras de seu presidente Jose Abel Ximenes:

As eleições devem ser feitas dentro de uma participação ampla, com revogação de toda legislação que tolhe a livre manifestação. O restabelecimento das liberdades democráticas vedaria qualquer tipo de manipulação. A escolha do presidente da República há de ser feita dentro de um clima amplamente democrático, porque, do contrário corremos o risco de uma manipulação em favor de um candidato do sistema. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/02/1984, p.5).

Interessante ainda é notar que essas notas foram todas emitidas na mesma publicação do jornal do dia 20.02.1984, numa clara manifestação de uma luta interna no jogo de poder dos interesses também: nenhuma entidade

gostaria de ficar sem se manifestar, não só pelos seus próprios associados (para casos de cobrança posterior), mas também para não ficar atrás de outras entidades de peso social que se manifestaram ou também para não ficar atrás do anseio popular, em certo sentido, sua população-alvo.

Diversas outras entidades e sindicatos se manifestaram favoráveis à campanha em favor das diretas nos dias seguintes. No dia 12 de abril, dia do comício, dois grandes sindicatos lançaram notas parabenizando o governador pela condução e organização do evento e convocando toda a população a participar do comício.

A Ugopec (União Goiana dos Policiais Civis) veio a público através de seu presidente, Rosival Reis de Oliveira, manifestar seu apoio.

A Ugopec quer de público levar seu apoio ao Excelentíssimo Senhor Governador Iris Rezende Machado, na luta digna e heroica, na defesa das eleições diretas. Os servidores da Secretaria de Segurança Pública também amam a democracia e vislumbram novos horizontes, onde possam haver justiça social, menos desemprego, menos recessão, mais escolas e saúde, porque a ausência destes fatores é a causa máxima da delinquência, da criminalidade e da violência urbana. Desejamos que a violência diminua e que o homem tenha sua dignidade preservada. Está de parabéns o senhor Iris Rezende Machado por promover também em Goiás o comício pelas Diretas, para que Goiás mostre a todo o país que está firme na luta pela legítima aspiração dos desejos do povo. Conclamamos todos os policiais civis a irem ao comício das Diretas, na Praça Cívica e junto com o povo mostrando aqueles que acham que não gostamos da democracia que estamos firmes e afinados com o pensamento democrático do governador Iris Rezende. (FOLHA DE GOIAZ, 12/04/1984, p.4).

A Affego (Associação dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás) também lançou uma nota convocando todos os seus associados a participarem do comício. Na nota o seu presidente Osvaldo da Silva Batista, diz:

A Associação dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás, convoca todos os seus associados para participarem da grande concentração pelas Diretas para presidente da República, a se realizar hoje a partir das 15:00 horas na Praça Cívica. A convocação procede do entendimento de que a volta do regime plenamente democrático é de suma importância para os destinos do país, razão porque a Affego comunga com todos os brasileiros o direito de escolher, pelo voto livre, os futuros dirigentes da nação. Assim, lado a lado com o governador Iris Rezende Machado e o povo goiano integram-se no ato público de logo mais, fazendo coro com os anseios de todo o Brasil. Diretas já. (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/04/1984, p.5).

Dessa forma, essa grande articulação entre políticos e sociedade civil explica em parte o grande sucesso que foi o comício.

Entre os políticos podemos citar exemplos de ações mesmo entre os integrantes do PDS, que, buscando conquistar a simpatia da população, criaram a comissão pró-diretas do PDS. A reunião de sua fundação aconteceu a um mês do grande comício em Goiânia e tinha como objetivo mobilizar membros do PDS que simpatizassem com a causa das Diretas Já para ajudar não só na campanha, mas também na reformulação do partido em Goiás. A reunião aconteceu na casa do suplente de deputado Jose Vecci e contou com a presença de mais de 50 pessoas, entre elas, o ex-deputado estadual Adilon de Sousa, o vereador Valdir do Prado, os deputados estaduais Vilmar Rocha e Jales Fontoura além do deputado federal Ibsen de Castro. Para Jose Vecci:

A campanha em favor de eleições diretas despertou em grande parte do PDS para necessidade de o partido demonstrar efetiva sintonia com as aspirações do povo, que indiscutivelmente, quer a realização de eleições diretas em todos os níveis. Na oportunidade discutimos também a necessidade de reestruturação do partido a fim de torná-lo apto a captar o descontentamento popular crescente em face dos desacertos do PMDB e de seu governo. (FOLHA DE GOIAZ, 12/03/1984, p.5).

O PDS goiano era comandado por uma ala malufista o que dificultava a adesão de muitos pedessistas à campanha. Os delegados do PDS com direito a voto no colégio eleitoral apoiavam abertamente as eleições indiretas e o nome do deputado Paulo Maluf para presidente.

O governador Iris Rezende, em entrevista ao jornal *Diário da Manhã* do dia 12 de abril de 1984, fez um convite aos partidários do PDS para que participassem do comício que aconteceria logo mais: “Eu gostaria de todos, mas todos mesmo que têm uma parcela de representatividade política em Goiás estivessem de mãos dadas, porque o povo todo está a favor”, declarou o governador, ao ser indagado se políticos do PDS seriam bem-vindos ao comício. Iris foi bastante receptivo: “Todos aqueles que estejam sensíveis às manifestações populares e queiram comparecer ao comício, serão bem recebidos e respeitados, mesmo os políticos do PDS”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/04/1984, p.4).

Em resposta ao convite do governador, o líder do bloco pró-diretas do PDS, Jose Vecci disparou:

O PDS está perdendo a cada dia que passa uma grande oportunidade de reconquistar a credibilidade e a confiança popular, em não apoiar as eleições diretas, ainda que negociadas, para mergulhar agonizante no lodo do seu excessivo apego ao poder. Repudio veementemente o papelão que o PDS nacional que é quem dá as orientações e o Palácio do Planalto desempenham nesse momento, diante da vontade popular (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/04/1984, p..3).

O PDS goiano teve apenas um orador no comício: o vereador por Goiânia Valdir do Prado. Quando foi dito que pertencia ao PDS, recebeu uma sonora vaia, mas, como todo bom político, fez de conta que não era com ele e discursou normalmente. (GODINHO, 2017, p.86). Em seu discurso, Valdir do Prado fez questão de mostrar que o PDS também contava com apoiadores das Diretas Já e que discordava da orientação nacional do partido.

Não apenas eu sou a favor das diretas, mas também vários companheiros do PDS. Venho a esse palanque porque essa festa não pertence a apenas um partido. Essa festa, essa mobilização, pertence ao povo brasileiro. Ao participar dessa festa, eu estou em paz com minha consciência. Eu estou certo que estou ajudando a escrever uma das páginas mais lindas da história desse país. Eu estou aqui coerente com as posições assumidas em praça pública, inclusive coerente com meu passado político. A festa pertence ao povo e não aos partidos políticos. (DIÁRIO DA MANHÃ, 13/04/1984, p.5).

Partidos políticos não legalizados, como PCB e PCdoB, tiveram uma importante participação não só nas mobilizações, mas também na organização dos comícios das Diretas Já no país e aqui em Goiás. Durante o processo de redemocratização, os militantes mais radicais dos partidos de esquerda sofreram todo tipo de perseguição por parte do regime, mas, mesmo o governo tendo prendido, torturado e matado diversos militantes, alguns deles ingressaram em outras siglas, como PT, PDT e o próprio PMDB, enquanto buscavam legalizar seus partidos e conquistar espaços na cena política. Em Goiás, o Bloco Popular do PMDB serviu para abrigar militantes de partidos que não haviam conseguido registro e que desejavam concorrer nas eleições. Esses militantes haviam prometido participar do evento de qualquer forma e foram responsáveis por espalhar diversas faixas e cartazes pela cidade.

O coordenador do comício e secretário de Estado, Olvanir Andrade, garantira que os “clandestinos” não participariam. O coordenador, no entanto,

fez de conta não saber que o Bloco Popular do PMDB instalara duas grandes faixas do PCdoB nos dois prédios do lado direito e esquerdo do palanque.

Essa negativa em dar espaço no palanque para militantes de partidos tidos como clandestinos causou um conflito entre PT e PMDB. O presidente do PT, Athos Magno, acusou o PMDB de cassar a palavra aos partidos clandestinos e de estar usando o comício para se autopromover.

O PMDB tem um discurso de união das oposições pelas eleições diretas, mas na prática age bem diferente. Ao cassar a palavra dos partidos ditos clandestinos, mostra a incoerência do governador Iris Rezende, que se diz democrático. Se o fosse mesmo asseguraria a palavra a outras correntes ideológicas. Mais incoerente foi admitir a participação de elementos ligados ao PCdoB dentro do PMDB, inclusive na sua luta contra o PT. (FOLHA DE GOIAZ, 11/04/1984, p.2).

O PCB também manifestou, através de um de seus membros mais expressivos, o descontentamento com a atitude do governador em cassar a palavra dos partidos que não tinham seu registro aceito. Martiniano Cavalcante defendeu que, mesmo não obtendo autorização para subir ao palanque e nem de se manifestarem, as faixas e placas estariam presentes na praça como forma de marcar a posição do partido tão combatido pelo regime militar. Segundo Martiniano:

A decisão do governador é revestida de duas tonalidades: a força do ranço anticomunista, que ainda muito influencia a política do nosso Estado, e a capitulação política (essa mais grave) em relação ao governo federal na medida em que cassa a palavra daqueles que foram o principal alvo da repressão e do arbítrio por defenderem de forma mais intransigente a democracia. Como nosso posicionamento sempre foi político e a nossa disposição em defender as nossas ideias as mais obstinadas, estaremos na praça com nossas faixas e nossas mensagens para o povo. (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/04/1984, p.5).

Para tentar criminalizar e combater os militantes de partidos de esquerda e macular a imagem das organizações das manifestações, alguns atos foram creditados a movimentos dentro do PDS e do exército. Como o incidente ocorrido no comício em Anápolis, em que o cabo da aeronáutica, Flávio Nélis, foi detido, acusado de espalhar um pó químico para gerar tumulto. O pó espalhado pelo cabo causou coceiras, crises de espirros e lacrimejamento. Foi detido por cinco políticos, o que acabou evitando que ele sofresse um linchamento, já que diversas pessoas lhe desferiram golpes, enquanto tentava

se justificar alegando que estava apenas gravando os discursos. (FOLHA DE GOIAZ, 21/03/1984, p.4).

No comício que seria realizado em Goiânia, houve mais uma tentativa de tumultuar o ambiente e macular a imagem do evento.

O secretário de Segurança Pública, José Freire, chamou a imprensa para contar que descobrira que o PDS, o partido de apoio ao regime militar – e que com dificuldade engolia todo movimento cívico em favor das diretas -, confeccionara as bandeiras vermelhas do Partido Comunista, muitas delas com foice e o martelo em tamanho maior que o nome da legenda. Com isso, o PDS forçaria um confronto de grandes proporções, uma briga com feridos – talvez até mortos. A votação da emenda Dante de Oliveira, marcada para dali a duas semanas, poderia ser prejudicada. (GODINHO, 2017, p.22).

No dia do comício, apenas um incidente marcou o evento: dois homens, que se identificaram como sendo agentes do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), foram flagrados rasgando uma grande faixa que estava pendurada no prédio do Fórum. A faixa com fundo vermelho trazia pintadas em preto as palavras: “terra, trabalho, liberdade e soberania”. Era uma das maiores do evento e havia sido fixada pelo Bloco Popular do PMDB. A confusão quase acabou em tragédia quando um dos supostos agentes sacou uma arma e ameaçou o deputado Ivan Ornelas do PMDB, que estava cercado de militantes do PCdoB e que queriam agredir o suposto agente. A confusão só foi resolvida quando a polícia levou os dois homens e o deputado para o Palácio das Esmeraldas e chegou o Secretário de Segurança Pública, José Freire.

O PMDB desse período era o maior partido de oposição no país e, em Goiás, era o partido que detinha o governo do Estado, a prefeitura da capital e a maioria dos deputados federais, estaduais, vereadores e senadores. Por esse motivo, fica evidente que a maior influência na organização dos comícios e eventos em favor das eleições diretas no estado ficasse a cargo do partido. Como foi montada uma frente suprapartidária para organizar a campanha, as principais funções couberam aos peemedebistas, mas partidos como PT e PDT tiveram grande importância na organização e mobilização da sociedade goiana. Os dois partidos contavam ainda com pouca representatividade política no estado, embora seus líderes no cenário nacional contassem com grande prestígio político e popular: o PT, através de seu presidente e líder nacional Luís Inácio Lula da Silva; e o PDT, através do governador Leonel Brizola. Os

dois partidos compunham o diretório suprapartidário e estavam empenhados na mobilização da população. Em entrevista, o presidente do diretório estadual do PT, Athos Magno, disse: “Mesmo com nossos poucos recursos, nós do PT estamos mobilizando todo nosso pessoal em Goiás, para participar dessa festa cívica, que acredito será a maior já realizada em todo estado”. (FOLHA DE GOIÁZ, 12/04/1984, p.3). O presidente do PDT, José Augusto Miranda, em entrevista no mesmo dia declarou que: “Estamos sendo autênticos com todos, reservando democraticamente um espaço para todos os partidos, inclusive o PDS. Todos nós do PDT estamos mobilizados, tanto no interior como na capital visando uma participação maciça nessa grande festa cívica”. (FOLHA DE GOIÁZ, 12/04/1984, p.3).

A estrutura para um evento dessa envergadura não poderia ser custeada sem a estrutura do governo estadual e isso foi motivo de representação por parte do PDS na Assembleia Legislativa. Somente na madrugada do dia 04/04/1984, 250 voluntários, muitos deles funcionários públicos, passaram parte da noite colando materiais da campanha. O número de cartazes recebidos pela Secretaria de Comunicação de Goiás somente no dia 04 foi de 50 mil. (GODINHO, 2017, p.57). O PDS, como partido de oposição, tentou protestar, mas não surtiu efeito na opinião pública.

Quando aquele material amanheceu pregado em quase todas as ruas do Centro de Goiânia, em 5 de abril – faltando uma semana para o comício -, o PDS imediatamente mandou uma nota para a imprensa protestando contra o uso do dinheiro público na manifestação. O texto dizia de “cartazes milionários” confeccionados por órgão do Estado e “distribuídos à vontade”. Protesto olímpicamente ignorado por governo e população. (GODINHO, 2017, p.58).

A imprensa goiana também estava envolvida no processo de divulgação do evento. Na televisão e nos jornais, as notícias diárias davam conta das movimentações em torno do dia 12. Jornais como *Folha de Goiás* e *Diário da Manhã* começaram a exibir, diariamente, em suas edições, entrevistas com diversas lideranças, convidando a população a participar, além de cartazes convites publicados.



Cartaz publicado no dia 01/04/1984, jornal *Folha de Goiás*.



Convite publicado em destaque no dia 07/04/1984, jornal *Diário da Manhã*.



Reportagem de primeira página do jornal *Diário da Manhã* do dia 12/04/1984.



Convite publicado no dia 11/12/1984, Jornal *Folha de Goiás*.



Convite publicado no dia 12/04/1984, Jornal *Folha de Goiás*.

Diversas reportagens produzidas pela televisão e pelo rádio nos dias que antecederam o evento buscavam discutir com a população a importância da campanha das Diretas Já. No dia 12, a Rede de Televisão Anhanguera fazia chamadas ao vivo de diversas partes da cidade com a participação de moradores que opinavam sobre o comício que aconteceria logo mais na Praça Cívica. Durante a tarde, um helicóptero sobrevoou, a serviço da Televisão Brasil Central, a Praça Cívica a todo o momento, informando da movimentação nos arredores do centro de Goiânia\*.

A partir do dia 09/04/1984 passou a ser divulgada nos programas da televisão, nos programas de rádio e em jornais a instalação, por parte do PMDB, de um placar com os possíveis votos dos parlamentares goianos, aqueles que haviam declarado sua posição favorável ou contrária à aprovação da emenda. O placar trazia também a quantidade de votos favoráveis e contrários à emenda no Congresso Nacional.



Placar divulgado pelo jornal *Diário da Manhã*, no dia 10/04/1984.

\* Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=IWFDa\\_bTAhI](https://www.youtube.com/watch?v=IWFDa_bTAhI) acessado no dia 05/01/201

---

O objetivo do placar era para os eleitores goianos pressionarem os candidatos a votar a favor da emenda Dante de Oliveira, além de expor os candidatos em desacordo com a vontade da maioria da população.

O comitê suprapartidário, através de várias reuniões, foi aos poucos definindo quem teria espaço para ocupar o microfone no comício do dia 12. O PMDB, devido à quantidade de lideranças e parlamentares, não contemplaria todos com o mesmo espaço de tempo, alguns não teriam nem espaço para discursar. As lideranças locais teriam espaço no que ficou conhecido como “pinga-fogo”, que era um pequeno espaço de tempo na parte inicial do comício. A escolha para decidir quem iria discursar foi longa e marcada por longos debates e discussões. Por exemplo, a escolha do representante que falaria em nome da Assembleia (somente o presidente e o líder do governo tinham espaços assegurados): depois de acirrados debates, foi escolhido o deputado Daniel Antônio, o que desagradou uma parcela dos deputados estaduais, que viu na escolha interferência do palácio das Esmeraldas pela proximidade do escolhido com o governador Iris Rezende, simpático à sua candidatura à prefeitura de Goiânia no ano seguinte. (FOLHA DE GOIÁZ, 11/04/1984).

Outras formas de marcar posição e atrair a atenção da população para o comício foi amplamente usada por lideranças políticas, que, de quebra, ainda chamavam a atenção da população e marcavam seus nomes como apoiadores e protagonistas do evento.

O deputado federal João Divino Dorneles liderou uma caravana que saindo da Praça Cívica no dia 23 de fevereiro chegou a Brasília no dia 01 de março. A caravana foi chamada de “Coluna Dorneles”, em alusão à Coluna Prestes que percorreu o Brasil na década de 20. A caravana liderada por João Divino contava com a participação 20 pessoas, lideranças do PMDB de várias cidades do estado, como Etvaldo Alves (vereador por Goiânia), Aurolino Ninha (prefeito de Campos Belos), Marilda Jesus de Souza (presidente da Câmara de Vereadores de Maurilândia). Em entrevista, João Divino disse que o objetivo era levar uma mensagem a Brasília de que o povo não aguentava mais eleições indiretas e exigia eleições diretas para presidente da República.

Serei o primeiro parlamentar a marchar sobre Brasília, na luta pelas Diretas, pois até agora não tive notícias de nenhum outro deputado nesse sentido. E pretendo sair da Praça Cívica com uma bandeira nas costas e levá-la até o Congresso Nacional, A bandeira contém os seguintes dizeres: senhores generais, o Brasil já não aguenta mais. É fato consumado ou fazemos as eleições diretas ou continuaremos nas garras do Delfin Neto, 120 milhões de marginais”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 24/02/1984, p.4).

A caravana contou com apoio popular - onde chegava era recebida com festa durante o seu percurso. Quando chegou a Goiânia, foi recebida por uma grande festa popular, que se transformou em um comício pró-diretas.

Outro fato bizarro que merece destaque é o do vereador Geraldo de Souza, líder da bancada do PMDB na Câmara, que fez um jejum de quatro dias para chamar a atenção da população para a necessidade de apoio à campanha das Diretas Já (e cobrir seus interesses próprios, como todos): “Não podemos mais aceitar esse governo que não reflete a vontade do povo, precisamos atender à reivindicação popular, o povo quer ter direito de eleger seu presidente”. (FOLHA DE GOIÁZ, 05/04/1984, p.3).

O vereador Geraldo de Souza foi um dos que mais se destacaram nas mobilizações em Goiás (o que acabou lhe rendendo um lugar na Assembleia Legislativa de Goiás na legislatura seguinte). Além do jejum, merece destaque seu empenho em promover reuniões e comícios.

Os vereadores viram no comício uma chance de ouro de mostrar força ao prefeito e ao governador, ao mesmo tempo em que não deixariam de se exibir às suas bases como “organizadores” da festa. Benvindo Lopo, do PMDB, destinara 10 funcionários para fazer reuniões de casa em casa por sete dias, convidando para a festa. Geraldo de Souza, do mesmo partido, organizara sozinho 80 reuniões e dizia conseguir arrastar pelo menos cinco mil correligionários. (GODINHO, 2017, pag.25).

Na véspera do grande comício a cidade já estava muito movimentada e o que se viu no dia 12/04 foram passeatas chegando de todos os lados e caravanas vindas do interior. Para garantir maior participação de pessoas que dependiam do transporte público e moravam em regiões mais afastadas do centro da cidade, as empresas de ônibus não cobraram passagens. A gratuidade era inclusive para as linhas que ligavam as cidades de Aparecida de Goiânia, Aragoiania e Trindade.

As empresas de transporte coletivo, em acordo com o governo estadual, liberam, a partir das 14 horas de hoje, todos os ônibus urbanos para transportar gratuitamente a população goiana ao comício pelas diretas. As empresas HP, Reunidas e Viação Aragarina, mudarão seu itinerário na região central devido ao

isolamento da região por parte da PM para evitar estacionamento na região. (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/04/1984).

Atendendo a um pedido do comitê organizador, a Associação Comercial e Industrial de Goiás (Acieg) e o Clube dos Diretores Lojistas (CDL), hoje Câmara de Dirigentes Lojistas, convenceram os comerciantes a pararem as atividades às 14 horas do dia do comício e liberarem os funcionários. Os alunos da rede pública tanto estadual como municipal foram dispensados das aulas. Quanto aos servidores públicos, um esquema especial foi proposto pelo governador, a fim de garantir uma ampla participação da categoria, evitar que se dispersassem e não fossem a manifestação: quem trabalhava na parte da tarde iria pela manhã. Os que cumpriam horário integral seriam liberados às 15 horas.

Às 14 horas uma concentração no Dergo, na Avenida Anhangüera depois de Campinas, reuniu funcionários do órgão mais Detran, Iquego, Suteg e 58 prefeitos do interior. Seguiram em carreata para o Centro, buzinando e agitando bandeirinhas. Mais ou menos no mesmo horário colocaram-se em movimento as caravanas da Celg. Alunos do Colégio Pedro Gomes, de Campinas, foram a pé, a banda marcial tocando a frente, uma caminhada de cinco quilômetros. A diretoria da Saneago alugou 10 ônibus com faixas de ambos os lados para levar funcionários e seus familiares. Quase no entroncamento da T-7 com a Avenida 85, 300 servidores da Idago e Inai desceram a 85 com faixas e cartazes. Duas esquinas abaixo, no posto do Ratinho se encontraram com os colegas do Iplan e DAE e seguiram juntos. O prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, seus auxiliares e os vereadores combinaram de se concentrarem na Praça do Trabalhador, na Avenida Goiás, ao meio dia. Três horas depois saíram em linha reta por cerca de 10 quadras até a Praça Cívica. (GODINHO, 2017, p.67).

Com todo o esquema montado pelo comitê, pelo governo e pelas diversas lideranças políticas do Estado, o resultado não poderia ser diferente. O comício foi um enorme sucesso de público, sem grandes problemas e muito elogiado por todos os participantes e pela imprensa em geral. Para garantir o clima de paz no evento, o governador, através da Secretaria de Segurança Pública, disponibilizou dois mil policiais entre civis e militares para atuar no comício, além de manter todas as delegacias de polícia de plantão.

No dia do comício diversos números foram usados para contabilizar as pessoas presentes: alguns falavam em 200, 300,400 e até 500 mil pessoas, mas, oficialmente, o número mais aceito foi o de 300 mil pessoas presentes, prestigiando não somente os líderes locais mais muitos políticos e artistas nacionais.



O governador de São Paulo Franco Montoro na foto maior, seguido por Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Mateus Schmidt, representando o governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, o autor da emenda Dante de Oliveira, a cantora Fafá de Belém e o deputado federal Mario Juruna (PDT/RIO). Foto: DIÁRIO DA MANHÃ 13/04/1984.



O cantor Belchior, as atrizes Christiane Torloni e Carla Camurati e o sambista Martinho da Vila. Foto: JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 13/04/1984.

O comício foi dividido em várias partes: primeiro, enquanto a multidão começava a chegar, se revezaram no palanque diversos artistas regionais; às 14h00min, começaram os discursos políticos do chamado “pinga-fogo”, com diversos políticos e lideranças do Estado usando o microfone por uma pequena fração de tempo, levando sua mensagem de forma clara e objetiva. Em

seguida, o presidente do Diretório Regional do PT, Athos Magno, começou a fase dos discursos mais longos; seguiram-se diversos outros oradores e um dos discursos mais aplaudidos foi o do deputado federal Mario Juruna (PDT/RIO) que, junto com o governador Iris Rezende, recebeu apoio quase unânime dos participantes. Após os discursos das diversas lideranças, aconteceu um dos pontos altos do comício: a reprodução de uma gravação da voz do senador Teotônio Vilela seguida por um ato sempre repetido pela cantora Fafá de Belém, que soltou uma pomba branca no palanque, simbolizando a paz que era pregada nos eventos. Em seguida, todos ficaram de mãos dadas no palanque, em sinal de união em torno da campanha, a entoar o hino nacional.

Os discursos, na sua maioria, carregaram-se de críticas ao governo e ao Regime Militar, conclamando os brasileiros à união pela campanha das Diretas Já.

#### Governador Iris Rezende Machado:

Obrigado a todos os governadores aqui presentes. Obrigado meu povo de Goiás. Eu sabia que o povo de Goiás iria paralisar em uma quinta feira de trabalho. Eu sabia que meio milhão de pessoas estaria aqui, na praça e no centro de Goiânia, a dizer aos parlamentares brasileiros que o povo goiano também quer votar para presidente da República, e quer votar já, e quer votar agora. Aqui está o lavrador de mãos calejadas, que com sua presença ele faz um discurso aos parlamentares e dizer que ele quer conversar com o candidato a presidente da República, antes das eleições, nas praças públicas deste Estado, deste País; aqui está o jovem que abandonou a escola, no meio do caminho, para ajudar o pai a ganhar o pão para seus irmãos e familiares; aqui está a dona de casa, com sua presença a dizer ao Congresso que quer conversar com o candidato a presidente da República e dizer a ele que quando vai ao supermercado traz apenas a metade, pois o dinheiro que ganha é insuficiente para comprar o necessário para sua subsistência; aqui está o fazendeiro e o agricultor a dizer, com sua presença, que cada dia se torna mais difícil àqueles que procuram plantar alimentos para os brasileiros. Mas aqui na praça também está o lavrador de mãos calejadas, como a dizer que quer eleições para presidente da República, porque o dia que o candidato percorrer esse País e conversar com o lavrador sem-terra, ele vai arranjar terra para o lavrador trabalhar. Aqui na praça estão as crianças, os menores abandonados; aqui na praça estão os operários pobres, que, quando mandam seus filhos à escola, já não pensam na qualidade do ensino, mas na qualidade da merenda que seus filhos terão, porque em casa não tem o que comer. Aqui na praça estão os funcionários públicos; aqui está o professor — esta verdadeira alavanca do desenvolver, do desenrolar dos trabalhos administrativos. Aqui está o homem, aqui está a mulher, aqui está a juventude, aqui estão as crianças, aqui

está Goiás inteiro a proclamar ao País que realmente quer um encontro a um novo caminho, quer a abertura de uma nova vida onde a existência do poder público, realmente o faça como instituição do bem-estar social. Minha gente de Goiás: nessa noite memorável, quando aqui se realiza a maior concentração humana de toda a história política desse Estado, eu quero dizer às lideranças nacionais, aos governadores, aos artistas, às autoridades do país inteiro, que Goiás, de mãos dadas, vamos realizar um mutirão constante, povo e governo do Estado até que um dia nós possamos proclamar: somos dignos de nós mesmos, somos dignos da pátria, somos dignos de Deus. Salve o Brasil, salve Goiás! (DIÁRIO DA MANHÃ, 13/04/1984, p.5).

#### Senador Henrique Santillo:

“Brasileiros que me ouvem: Goiânia, Goiás, dá uma demonstração de que, de pé, manterá a sua tradição de luta e exigirá que o País conquiste a verdadeira democracia. Goiás, Goiânia aqui de pé — centenas de milhares de brasileiros, juntos, exigem respeito à sua luta, aos seus direitos e há de conquistar, já, eleições diretas para presidente da República; eleições já, como única alternativa política para tirar esse País do caos em que se encontra. Eleições diretas para presidência da República, já, agora, não para eleger um presidente qualquer, mas para eleger um presidente compromissado com as lutas populares, com as reformas de base, profundas, que o País exige para salvar-se. Um presidente compromissado com a história desse País, que é de demonstração de lutas nas bases do povo, nas bases populares. Brasileiros de Goiânia, brasileiros de Goiás: eu lhe faço um convite para estar de pé no dia 25 de abril, na praça do Congresso Nacional, para pressionar a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, para que eles criem vergonha e deixem de continuar divorciados da Nação, como se encontra o governo autoritário, para votarem a emenda Dante de Oliveira como alternativa política que o povo exige. Viva o Brasil, viva Goiás, viva Goiânia”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 13/04/1984, p.5).

#### Senador Mauro Borges:

“Companheiros de Goiás: este exemplo aqui de Goiás, seguindo por todas as capitais do Brasil, há de mostrar para essa gente que não há outro caminho — é eleição direta, já, para abrir caminho de um governo pelo povo e para o povo. Goiás está de pé e nós marcharemos, sem dúvida nenhuma, de braços dados para a vitória do povo brasileiro. Para fazer um governo em que todo mundo trabalhe, mas receba também uma participação justa na riqueza que todos ajudaram a criar. É preciso haver justiça social. Liberdade não é apenas política, mas é preciso também liberdade econômica e liberdade social. Para frente, povo goiano. Esse ato de hoje é um marco em nossa história. Vamos colocar Goiás na frente do Brasil”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 13/04/1984, p.5).

#### Deputado federal Ulysses Guimarães:

“Meus amigos: eu quero lembrar a vocês que esse milagre, esta coisa extraordinária está impressionando o mundo. Eu já recebi telefonemas de jornais e cadeias de televisões dos Estados Unidos, França, da Inglaterra, da Europa dizendo “que coisa espantosa e extraordinária em quatro mil municípios”. Mas de 20 milhões de pessoas indo à praça pública: a festa é do povo, quem faz é o povo,

quem paga é o povo e quem grita: queremos presidente já. Não são os partidos. São vocês, o povo brasileiro. Eu tenho repetido isso e digo isso: onde começou esse milagre? Foi aqui em Goiás. Quando em junho do ano passado, vocês se lembram? Nós estivemos aqui, mas não havia uma multidão como essa, mas foi em junho que começamos a luta no Brasil pelas eleições diretas. Começou aqui, em Goiás, em Goiânia, convocada por Iris Rezende, pelo nosso diretório e por vocês... meus amigos, por que vocês estão aqui? Por que as mulheres estão aqui? Por que os trabalhadores estão aqui? Por que os estudantes estão aqui? Os estudantes saíram de suas casas, enxotados por um governo que quer acabar com a casa de todos brasileiros, e vieram à praça pública reivindicar um governo que não seja um governo inimigo da casa do povo; e que ponha na casa do povo saúde, educação e trabalho.... É esse o sentido das eleições diretas. Vocês não estão aqui por causa do PMDB, do PDT, do PT, da oposição. Vocês estão aqui por causa de vocês mesmos. Vocês estão aqui para dizer recusamos, estamos contra, não aceitamos esse governo que ai está, que traz fome, a miséria e o desemprego... Ao encerrar, eu que andei por todo o Brasil, falei a mais de quatro milhões de brasileiros, quero dizer a vocês porque o PDS, aquele que continua contra o povo, não faz, como nós, não faz um comício como este, traz seus chamados presidenciáveis à praça pública... O presidente da República eleito pelo voto direto significará pão, saúde, educação, esperança e bem-estar para todos". (DIÁRIO DA MANHÃ, 13/04/1984, p.5).

#### Tancredo Neves Governador de Minas Gerais:

"Meus irmãos de Goiás: Eu nunca dou conta se sou mineiro dentro de Goiás ou se sou goiano dentro de Minas Gerais. Essas divisas que nos separam são linhas convencionais, porque elas não conseguem deter a corrente de afeto, de estima, de respeito e admiração que nossos povos se nutrem. Quando Minas e Goiás se unem é a mesma alma, o mesmo coração e o mesmo sentimento, porque a nossa gente sempre esteve animada pelos mesmos ideais, mesmas lutas e as mesmas diferenças. E hoje, aqui, nessa noite e nessa praça, eu me orgulho de ser goiano pelo sentimento, porque vejo minha gente não se acomodando e se rebelando. Quando eu me lembro que na hora mais trágica da vida do maior dos estadistas do Brasil, que foi Juscelino Kubistchek de Oliveira, foi o povo goiano, na sua generosidade, que foi buscá-lo em Minas Gerais para fazer dele senador da República. Nós, os mineiros, nunca vamos resgatar essa dívida. Nós, os mineiros, nunca saberemos como resgatar essa dívida. Eu creio que se Juscelino Kubistchek estivesse vivo, ele estaria aqui conosco. Participando dessa memorável noite. O povo brasileiro, que há 20 anos vem sendo derrubado na sua soberania; o povo brasileiro vem tendo a sua consciência cívica pisoteada; esse povo brasileiro que há 20 anos vem mostrando sua fibra, a sua raça, a resistência ao arbítrio e a violência, agora invadindo as praças em todas as capitais do Brasil, ele está unido e coeso para dar um basta a todas as manifestações de prepotência, a todas essas manifestações de imposição e coerção moral. As eleições diretas não é apenas uma questão do PMDB, nem dos partidos de oposição. As eleições diretas são uma imposição da consciência democrática do nosso povo. Impedi-las é desrespeitar a Nação, impedi-las é profanar a nossa gente; impedi-las é amesquinhar a dignidade cívica dos nossos irmãos. Por isso estamos aqui em praça pública, mais do que nunca, a dizer, a gritar e a clamar; eleições diretas para que os brasileiros possam ter a honra, os riscos e a responsabilidade de escolher, com seu voto, o futuro presidente da República. Com esse

mesmo voto, consciente, responsável e participativo que o povo de Goiás escolheu Iris Rezende para dirigir os seus destinos. E vejam então: Goiás é um outro Estado, é um Estado livre, é um Estado que abre todas as suas portas para manifestações da democracia". (DIÁRIO DA MANHÃ, 13/04/1984, p.5).

#### Luiz Inácio Lula da Silva presidente do PT:

"Companheiros e companheiras do Estado de Goiás: hoje lendo os jornais, eu fiquei estarelecido quando vi o ministro do interior, Mario Andreazza, afirmar que o povo brasileiro não quer eleições; que o povo brasileiro está precisando de alimentação; que o povo brasileiro está precisando de pão; e que o povo brasileiro precisa mudar a economia, porque esta que está aí não interessa à classe trabalhadora brasileira. Pois bem, companheiros do estado de Goiás; eu fiquei estarelecido é que é, exatamente, por pessoas como o Sr Mario Andreazza, que o país está na situação em que está. A verdade é que o povo brasileiro precisa de pão, que o povo brasileiro precisa de leite, que o povo brasileiro precisa de feijão, mas para que ele possa ter tudo isso, em primeiro lugar, é preciso mudar esse governo que está aí, porque há 20 anos que ele não consegue resolver os problemas do povo brasileiro; há 20 anos que não dá resposta às necessidades que o nosso povo está passando nos dias de hoje. O presidente João Batista Figueiredo está na Espanha. E mais uma vez ele afirma que é favorável às eleições diretas para presidente da República. O que é lamentável é que o presidente da República só seja favorável às eleições diretas quando está fora do Brasil. Quando está no Brasil, é ele que impede que as eleições diretas sejam restabelecidas, mantendo os deputados do PDS no cabresto, mantendo os delegados do PDS subordinados ao Colégio Eleitoral. O presidente Figueiredo precisa entender, de uma vez por todas, que o povo está precisando conquistar eleições diretas, porque será através das eleições diretas que nós iremos mudar a política econômica brasileira; será através das eleições diretas que nós poderemos ter uma política de reforma agrária que possa garantir, ao trabalhador do campo, as glebas de terra para plantar alimento para que o povo brasileiro não morra de fome... Tem muita gente que acha que a campanha por eleições diretas não resolve. É bem verdade que as eleições diretas não poderão resolver tudo nesse país, é bem verdade que eleições diretas não significam o fim da fome, mas será através das eleições diretas, será através da participação do povo, que iremos conquistar o direito de cada cidadão brasileiro ter um emprego para trabalhar; de cada cidadão brasileiro andar de cabeça erguida. O presidente da República, que está na Espanha contando prosa do Brasil, precisa ter coragem e dizer aos espanhóis que, se as coisas continuarem do jeito que está nesse país, ele não terá alternativa, senão fazer duas coisas: a primeira é restabelecer as eleições diretas para que o povo brasileiro possa encontrar um caminho para o Brasil; se não for isso cabe ao presidente devolver o Brasil aos índios e pedir desculpas pelo estrago que ele fez, nesse país, nos últimos 20 anos...". (DIÁRIO DA MANHÃ, 13/04/1984, p.5).

O comício em Goiânia obteve sucesso, levando aproximadamente 300 mil pessoas à Praça Cívica. Para efeito comparativo, segundo o censo do IBGE de 1980, a cidade de Goiânia contava com uma população de

aproximadamente 738.117 habitantes\*, ou seja, quase a metade da população goianiense compareceu às ruas.

Um dia após o comício de Goiânia foi a vez de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, governado por Jair Soares do PDS, levar 200 mil pessoas à Praça Montevideu. Apesar de o Governador ser do PDS, ele contribuiu para a realização do comício. No dia 16 de abril, faltando 09 dias para a votação da emenda no Congresso Nacional, foi a vez de São Paulo, que contou mais de um milhão e meio de pessoas ao Vale do Anhangabaú em um comício que ficou marcado na história do Brasil. O comício realizado em São Paulo encheu os brasileiros de esperança, pois foi o encerramento de uma série que rodou o país de Norte a Sul, mobilizando a população.

O recado estava dado, agora era aguardar os desdobramentos da votação da emenda no dia 25/04/1984.

Com a grande aceitação da campanha das Diretas Já por parte da população, o governo articulava uma saída para evitar a aprovação da emenda pelo Congresso Nacional. Desde os primeiros dias de abril, as notícias sobre a decretação de medidas eram tratadas nos corredores do Congresso Nacional entre partidários do PDS. Só faltava um pretexto para que o governo tomasse medidas para evitar que pressões sobre os congressistas causassem uma derrota do governo na votação do dia 25. Como os comícios, apesar de alguns contratemplos, ocorreram em um clima de paz e união, o governo aguardava algum fato para agir, e esse fato aconteceu um dia depois do grande comício do Vale do Anhangabaú em São Paulo.

No dia 17, cerca de 6 mil mulheres, vindas de todo o país, se aglutinaram no Congresso Nacional para pressionar os parlamentares em favor das Diretas Já. Enquanto se sucediam os discursos das líderes do movimento, defronte a rampa do Congresso, grupos menores — reunindo personalidades como Lucélia Santos, Maitê Proença, Ruth Escobar, Lígia Fagundes Teles, Marina Colassanti, Marta Suplicy — dirigiam-se aos gabinetes dos deputados. Na sala do líder Marchezan houve tumulto e troca de acusações entre as mulheres e o deputado pedessista. O senador Aloysio Chaves protestou contra o que considerou um ato destinado a “aviltar a instituição” legislativa. (RODRIGUES, 2003, p.88).

---

\* Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6> acessado no dia 08/01/2018.

No dia 18 de abril, faltando exatos sete dias para a votação da emenda, o presidente João Batista Figueiredo decretou o Estado de Emergência. A medida de emergência atingia o Distrito Federal e mais dez cidades do Estado de Goiás, incluindo a capital Goiânia.

A íntegra do Decreto dizia o seguinte:

“O presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, e tendo em vista o disposto no artigo 155, da Constituição; e considerando a necessidade de preservar a ordem pública na área do Distrito Federal, ameaçada de grave perturbação e considerando também ser mister prevenir que essa perturbação seja desenvolvida por intermédio de municípios do Estado de Goiás.

Decreta:

Art. 1º — Fica determinada a adoção de medidas de emergência, de acordo com as necessidades, na área do Distrito Federal e nos municípios de Formosa, Cristalina, Luziânia, Ipameri, Catalão, Goiânia, Anápolis, Itumbiara, Pires do Rio e Jataí, do Estado de Goiás.

Parágrafo primeiro — As medidas de que trata esse artigo são as constantes das alíneas “B”, “C”, “D”, “E”, e “G” do parágrafo 2º do artigo 156 da constituição.

Parágrafo segundo — A medida prevista na alínea “F” do mencionado parágrafo 2º do artigo 156 aplicar-se-á somente às telecomunicações.

Parágrafo terceiro — As gravações em vídeo-tape realizadas nas áreas ou nos municípios a que se refere esse artigo deverão ser, antes de transmitidas, examinadas previamente pelo órgão competente do Departamento da Polícia Federal.

Parágrafo quarto — Nenhuma transmissão oral de estações de radiofusão sonora poderá ser realizada sem que tenha a aprovação prévia do órgão competente do Ministério das Comunicações.

Parágrafo quinto — O órgão competente do Ministério das Comunicações estabelecerá normas para a execução do disposto no parágrafo anterior.

Art. 2º — Fica determinado executor das medidas determinadas nesse decreto o comandante do Comando Militar do Planalto.

Art. 3º — Fica fixado o período de 19 de abril a 17 de junho de 1984 para aplicação das medidas referidas no artigo 1º desse decreto.

Art. 4º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação”.  
(DIÁRIO DA MANHÃ, 19/04/1984, p.5).

No mesmo dia, o governo mandou ao Congresso Nacional uma nota justificando o motivo do Estado de Emergência, defendendo que somente queria manter a ordem e evitar o constrangimento pelo qual estavam passando os parlamentares.

Na nota, o presidente justificava que:

“Excelentíssimos senhores membros do Senado Federal:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de vossas excelências, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 155 da constituição, que, por decreto dessa data determinei a adoção, na área do Distrito Federal e nos municípios de Formosa, Cristalina, Luziânia, Ipameri,

Catalão, Goiânia, Anápolis, Itumbiara, Pires do Rio e Jataí, do Estado de Goiás, as medidas de emergência das alíneas B, C, D, E G do parágrafo 2º do artigo 156 da constituição.

Determinei, também, que a medida prevista na alínea F do mencionado dispositivo constitucional se restringisse às telecomunicações, para impedir que sejam utilizadas, na sessão do Congresso, como cerceamento da liberdade de manifestação.

Esta decisão resultou das seguintes razões:

– O Distrito Federal, sede dos poderes da República, está sendo alvo de manifestações recrutadas em várias regiões do País, que para aqui acorrem em grande número.

– Essa ação visa intimidar e coagir parlamentares, tornando impossível o exercício do Poder Legislativo.

Essa situação de constrangimento vem se verificando, com intensidade crescente, em dependências do Congresso, e até nos lares dos congressistas, oportunidade em que os parlamentares e seus familiares foram agredidos verbalmente.

Ademais disso, as caravanas de manifestantes que começam a perturbar os trabalhos do Congresso se originam de movimento que estão, flagrantemente e ostensivamente, integrados por elementos militantes de organizações ilegais, por serem ideologicamente incompatíveis com nossa ordem constitucional.

Em consequência, nos termos do artigo 155 e seguintes da Constituição Federal, tornou-se imperativa a adoção de medidas de emergência, restritas ao Distrito Federal e aos municípios citados, nos termos do decreto que acabo de assinar”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 19/04/1984, p.5).

O presidente deixou a execução das medidas a cargo do general Newton Cruz, que bloqueou todas as rodovias de acesso à cidade de Brasília: quem vinha do Sul, via BR-060, parava em Jataí; de São Paulo, pela BR-153, parava em Itumbiara; do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, pela BR-040, não passaria de Cristalina. A partir daquela data, as pessoas estavam passíveis de serem detidas em qualquer local e não apenas em delegacias, prisões e quartéis. As residências poderiam ser reviradas em busca de documentos, armas, indivíduos. Foram proibidas reuniões públicas. Entidades de classe, como sindicatos ou associações, que desobedecessem ficavam ameaçadas de intervenção. Rádios e emissoras de televisão voltaram à censura. A transmissão ao vivo de informações sobre a votação da emenda Dante de Oliveira não seria mais possível. O Exército e a Polícia Militar poderiam ocupar órgãos públicos e suspender dos cargos qualquer servidor. A Polícia Militar goiana respondia não mais ao governador, mas ao Exército enquanto durasse a emergência. A data para a decretação do Estado de Emergência foi muito propícia aos planos do governo: era uma quarta-feira santa, véspera de um feriado prolongado, todos os políticos desmobilizados, Câmara e Senado em recesso, o povo todo se preparando para o feriadão, o trabalho, Diretas Já,

preocupações só na segunda-feira, dia 23/04, a apenas 48 horas da votação da Emenda. Mesmo o governador do Estado, Iris Rezende, evitou dar declarações sobre o decreto. Estava de recesso e só retornou a capital domingo à noite.

A relativa tranquilidade de Goiânia foi quebrada na segunda-feira, dia 23 de abril, em uma ação silenciosa, sem aviso prévio e bem coordenada: policiais militares e do Exército ocuparam pontos estratégicos de Goiânia. As aulas foram suspensas nas universidades Católica e Federal. Temendo uma invasão pelo Exército a reitora da UFG, Prof.<sup>a</sup>. Maria Casemiro, determinou que as atividades só retornassem ao normal na sexta-feira, dia 27. Os militares ocuparam as praças Cívica e Universitária para evitar protestos e manifestações. Outros locais em Goiânia foram tomados, inclusive a Câmara de Vereadores de Goiânia.

Às 14 horas, um destacamento de mais de 40 homens armados da Companhia de Choque subiu os nove andares do Parthenon Center e invadiu as dependências da Câmara Municipal sem aviso prévio, interrompendo a tal vigília cívica que desde as 10 da manhã acontecia no local, com presença de vereadores, políticos em geral e presidentes de entidades classistas. A barra pesada da esquerda estava por ali: Comissão de Legalidade do PCdoB, CUT, Sindicato dos professores, dos jornalistas, dos engenheiros, médicos, além da União Nacional dos Estudantes (UNE), e os diretórios centrais das universidades Federal e Católica. A ordem era clara: evacuar, lacrar e interditar a sede do poder legislativo. (GODINHO, 2017, p.114).

Houve muito tumulto e discussão entre parlamentares e militares. O perímetro próximo ao edifício foi todo evacuado e bloqueado pelos policiais. O cerco se estendeu por toda a região do Parthenon Center - pontos comerciais que funcionavam na região foram afetados, funcionários e clientes eram revistados e identificados, para depois serem liberados. A Assembleia Legislativa também suspendeu seus trabalhos, temendo algum tipo de repressão por parte dos militares.

Vários políticos goianos tiveram problemas com a polícia durante o Estado de Emergência. A entrada na cidade de Brasília foi cercada por barreira policial: só passava quem provasse que morava na cidade ou eram parlamentares que iriam participar da votação. Não era permitido o acesso a nenhum outro cidadão. A barreira era composta por membros do Exército, policiais federais, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal. Os presidentes da Câmara de Vereadores de Anápolis, com uma comissão de mais três

vereadores, tentaram sem sucesso romper a barreira. Foram obrigados a voltar. O mesmo aconteceu com o prefeito de Piracanjuba, Jose Carlos Daher, e alguns vereadores da cidade que tentaram chegar à capital federal.

Com sua base eleitoral em Anápolis, o senador Henrique Santillo saiu em defesa dos vereadores de Anápolis que tiveram sua entrada em Brasília bloqueada e prometeu ele mesmo levar os vereadores a Brasília. Mas nem o fato de ser senador da República lhe garantiu o direito de prosseguir: ou ele seguia sozinho ou não seria autorizada sua entrada. E foi dada voz de prisão para todos os parlamentares. Após muito protesto, confusão e ligações para diversas autoridades os vereadores acabaram sendo liberados e retornaram a Anápolis. O senador seguiu para Brasília onde era esperado para uma reunião. Outro político goiano que teve a ideia de ir a Brasília foi o deputado estadual Ivan Ornelas. Da mesma forma que aconteceu com Santillo horas antes, terminou barrado no início da noite no posto policial na saída de Goiânia. Dessa vez não teve telefonema nem argumentação, foram todos presos e levados para a sede da Polícia Federal em Goiás. Passaram a noite e foram liberados só pela manhã.

Euller Ivo, vereador de Goiânia pelo PMDB, era um dos fundadores do PCdoB em Goiás e havia conseguido furar o bloqueio. Estava em Brasília. Com a notícia de que a Câmara Municipal havia sido cercada, decidiu voltar a Goiânia para apoiar os colegas. Quando chegou, policiais aguardavam o seu desembarque. Foi preso ao desembarcar, por viajar a Brasília sem autorização. Dormiu na sede da Polícia Federal juntamente com Ivan Ornelas e seus assessores e foi liberado pela manhã do dia 25/04.

No dia da votação, foram organizadas diversas vigílias em Goiás, acompanhando diversas manifestações pelo país. Como não havia a transmissão de notícias pelo rádio e pela televisão, os parlamentares que acompanhavam a sessão mantinham suas bases e a imprensa informada através de ligações telefônicas.

A sessão foi aberta às nove da manhã do dia 25/04/1984, com a presença de 67 senadores e 251 deputados federais. Começou com os discursos dos oradores inscritos. Todos inscritos tinham cinco minutos para falar. Após os discursos dos oradores, foi a hora do voto. A votação começou de fato às 22h45min, e o encarregado de convocar os parlamentares foi o

primeiro Secretário da Câmara, deputado Fernando Lyra (PMDB/PE): chamava pelo nome e partido e o parlamentar dizia “sim” ou “não”. Os que não respondiam à chamada tinham seus nomes repetidos para só então ter sua ausência caracterizada.

A estratégia adotada pelo governo para barrar a aprovação da emenda foi a de esvaziar a seção, porque a responsabilidade de conseguir a maioria qualificada, ou seja, os dois terços que eram exigidos para a alteração constitucional, era da oposição. Mesmo a maioria tendo votado a favor da aprovação da emenda, o número de ausentes foi determinante para que ela não fosse aprovada, pois não tinha o mesmo peso quem se ausentasse ou votasse. Votar não ou simplesmente se ausentar configurava a mesma coisa na prática. Entre os votos ausentes, destacam-se o do presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Flávio Márcílio (PDS/CE) e o do relator da matéria, Ernani Sátyro (PDS/PB).

Já era madrugada do dia 26/04/1984, quando, a 01h50min, o senador Moacyr Dalla proclamou o resultado: “296 votos sim; 65 votos não; 03 abstenções. Os votos, embora majoritários, não alcançaram o *quorum* constitucional necessário à aprovação da matéria”.

A estratégia adotada pelo governo deu o resultado esperado: o número de ausentes foi de 113 deputados e faltaram apenas 22 votos para a aprovação da emenda. Dessa forma, a escolha do próximo presidente da República seria de responsabilidade do Colégio Eleitoral e não através de eleições diretas como desejava a ampla maioria da sociedade.

Com o resultado da votação, o PDS foi para sua convenção para decidir quem representaria o partido no Colégio Eleitoral na disputa entre o Ministro do Interior Mario Andreazza e o ex-governador paulista Paulo Maluf. Mesmo contando com o apoio declarado do presidente João Batista Figueiredo e do presidente do PDS Jose Sarney, Mario Andreazza foi derrotado pela máquina malufista: Maluf obteve 493 votos, contra 350 de Andreazza. Os descontentes com a derrota na convenção do partido decidiram criar a Frente Liberal para apoiar a candidatura do governador mineiro Tancredo Neves. Já no PMDB, conforme já foi abordado, com a não aprovação da emenda Dante de Oliveira, o governador de Minas seria o candidato peemedebista no Colégio Eleitoral. Tancredo Neves venceu as eleições graças à união do PMDB e o racha no

partido do Governo, que lhe valeu o apoio de José Sarney, Aureliano Chaves entre outros pedessistas.

Em Goiás, uma grande frustração tomou conta da população após a votação da emenda. Veja como votaram os parlamentares goianos:

João Divino	PMDB	SIM
Iturival Nascimento	PMDB	SIM
Iram Saraiva	PMDB	SIM
Irapuan Costa Junior	PMDB	SIM
Fernando Cunha	PMDB	SIM
Tobias Alves	PMDB	SIM
Genésio de Barros	PMDB	SIM
Joaquim Roriz	PMDB	SIM
Aldo Arantes	PMDB	SIM
Paulo Borges	PMDB	SIM
Juarez Bernardes	PMDB	SIM
Brasílio Caiado	PDS	NÃO
Siqueira Campos	PDS	NÃO
Jaime Câmara	PDS	AUSENTE
Ibsen de Castro	PDS	AUSENTE
Wolney Siqueira	PDS	AUSENTE

O deputado Jaime Câmara não foi para Brasília no dia da votação; já os deputados Ibsen de Castro e Wolney Siqueira estavam na capital federal, porém não se registraram para votar, contribuindo para a não aprovação da emenda. O PMDB goiano votou de forma unânime favorável pela aprovação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A campanha das Diretas Já nos coloca diante da emergência de uma nova ordem política no Brasil, com o fim do regime militar e o surgimento de novos sujeitos e atores políticos. As grandes mobilizações em favor da aprovação da Emenda de Dante de Oliveira não garantiram sua aprovação, sendo derrotada por apenas 22 votos. Seriam necessários 320 dos 479 votos dos congressistas. Diante desse cenário, prevaleceu a opção por uma transição negociada, o que deixa evidente que a falta de sintonia entre a vontade popular e a dos congressistas não é algo novo na política nacional. Ao final, a transição foi completada com um grande acordo político entre o MDB e os dissidentes do PDS, que criaram o PFL. Essa ala do PDS era contrária ao nome de Paulo Maluf para a disputa da presidência pelo partido no Colégio Eleitoral. O PFL e o PMDB formaram a Aliança Democrática, que elegeu Tancredo Neves e José Sarney (ex-presidente do PDS) para liderarem a “reconstrução” da democracia no Brasil.

O processo de transição para o regime democrático foi iniciado ainda no governo Geisel com o seu projeto de “Distensão”. O objetivo do presidente Geisel era o de conduzir a transição política de uma forma “lenta, gradual e segura”, para com isso evitar qualquer forma de revanchismo e garantir aos militares a volta aos quartéis de forma pacífica. Dessa forma, o que ocorreu com a derrota da votação da Emenda Dante de Oliveira reflete o projeto de transição que foi iniciado pelo regime militar, ainda no governo Geisel, e que culminou com a transição sem grandes rupturas, passando os militares o governo a um civil da forma como projetaram. Os presidentes Geisel e Figueiredo, embora tenham conduzido o processo de abertura política, diversas vezes lançaram mãos de medidas que criavam dúvidas, em um constante vai e vem no processo, utilizando-se de Atos Institucionais e decretos para dar ritmo aos processos políticos. Aliadas a essa postura adotada pelo governo de ditar o ritmo da abertura, não podemos deixar de citar as diversas ações orquestradas por grupos de militares que não aceitavam o fim do regime. Entre tais ações merece destaque o atentado ao Riocentro, que causou a morte de

um sargento e feriu um capitão, que detonaram, dentro de um carro, a bomba que deveria ter sido detonada dentro do Riocentro, onde acontecia um evento organizado por partidos de esquerda e contava com aproximadamente 20 mil pessoas. Essas ações visavam retardar a abertura e de certa forma constranger o governo.

A Campanha pelas Diretas Já foi um movimento supartidário e policlassista, pois reuniu diversos partidos, movimentos sociais e líderes com ideias e projetos diferentes, lado a lado políticos liberais e conservadores, classes sociais diversas. Exemplos maiores dessa contradição foram as participações de Teotônio Vilela, usineiro, empresário e senador por Alagoas, ao lado do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em São Paulo, Luiz Inácio Lula da Silva, operário. A união em torno das Diretas Já foi feita em um consenso raso sob o ponto de vista de projeto: a ideia principal era o reestabelecimento da democracia, mas não existia um projeto de país único defendido pelos partidos. Se os partidos e os líderes políticos do movimento fossem debater para formar algum tipo de projeto para o país, seja econômico ou social, o consenso possivelmente não seria possível. Se, de um lado, estavam os interesses dos empresários e da classe média, representados por grupos dentro do PMDB, outra ala do mesmo PMDB alinhava os partidos mais afeitos ao socialismo, como PT, PCdoB e PCB, que defendiam demandas sociais voltadas às classes menos favorecidas. Dentro do PMDB, enquanto uma ala mais liberal, liderada pelo governador mineiro Tancredo Neves, defendia uma transição negociada, outra ala mais radical, liderada pelo deputado federal e presidente do partido Ulysses Guimarães e partidos como o PT, defendiam uma ruptura com o regime, negavam qualquer tipo de negociação e cogitavam um boicote ao colégio eleitoral caso não houvesse a aprovação da emenda.

Portanto a campanha das Diretas Já expressava lógicas diferentes, a da ruptura e a da negociação, classes sociais diferentes, projetos diferentes de país e de regime. O que nos coloca diante de duas concepções diferentes sobre a práxis política em seu sentido mais profundo. Dentro da opção negociação/ruptura, a primeira opção expressa uma concepção mais liberal, que considera ser a prática política espaço privilegiado para a construção de

qualquer tipo de consenso. A segunda corresponde a uma visão revolucionária, de base mais socialista, contrária a qualquer tipo de negociação com os adversários.

Uma característica marcante da campanha em prol das eleições diretas foi a grande participação de diversos movimentos sociais e de entidades de classe, cada movimento ou entidade trazendo consigo reivindicações que se somaram a outras e se fundiram ao desejo pela volta das eleições diretas. Esse é um fator determinante para o grande sucesso de mobilização que foi a campanha. Na verdade, o desejo de voto direto para presidente não consistia no grande objetivo do movimento. Servia antes como um elo entre as diversas reivindicações de vários grupos e uma rejeição ao governo militar. Diretas já foi um símbolo comovente, como nos mostrou Ansart, para unificar toda a oposição ao regime.

Em Goiás, a campanha viveu momentos importantes. Goiás foi o estado onde ela se iniciou no dia 15 de junho de 1983 em Goiânia, e onde o governo federal aplicou o último golpe na tentativa de não aprovar a Emenda Dante de Oliveira: o Estado de Emergência decretado pelo presidente João Figueiredo no dia 18 de abril de 1984 em dez cidades goianas, isolando Brasília.

Para justificar o relevante papel que Goiás teve durante a campanha pelas Diretas, podemos citar dois fatos importantes: o fato de ser Goiânia a capital estadual mais próxima de Brasília, a capital Federal, o que facilitaria o deslocamento dos parlamentares; e o fato de o PMDB em Goiás, no período, gozar de um grande domínio político no estado, tendo obtido uma vitória esmagadora nas eleições estaduais de 1982.

O movimento em Goiás contou com a liderança incontestável do governador Iris Rezende Machado, seja através do uso da máquina pública, que foi amplamente utilizada, ou pelo carisma que ele tinha com o povo goiano. Iris Rezende fazia parte da ala do PMDB ligada ao governador mineiro Tancredo Neves e, portanto, defendia a negociação e o diálogo com os militares como solução para o impasse da sucessão presidencial. Não escondia que tinha interesses mais ambiciosos em nível nacional e o apoio às Diretas Já era uma condição *sine qua non* para sua promoção a esse cenário.

Iris Rezende era o grande líder do PMDB em Goiás e, portanto, não é de estranhar que os políticos mais alinhados ao governador e que alimentavam também eles interesses de voos mais altos na política goiana defendessem a negociação como saída. Em certo sentido, apoiavam a campanha pelo mesmo motivo que o governador: não apoiá-la, que ela que já tomava conta do país, poderia ocasionar implicações negativas no futuro. Aceitavam, como propunha Tancredo Neves, uma saída sem grandes rupturas através de negociações.

Um grupo liderado pelo senador Mauro Borges, mais ligado ao deputado Ulysses Guimarães, não defendia qualquer possibilidade de negociação com eleições indiretas. Esses dois grupos travaram uma batalha para obter o domínio do partido em Goiás, pois que o desenrolar da campanha em prol das Diretas Já seria decisivo para os desdobramentos das eleições estaduais de 1986. Em certo sentido, esse foi o principal fator de mobilização de grande parte da classe política goiana: o restabelecimento do direito a voto assumia aí um caráter mais secundário.

Merece destaque também o papel das lideranças femininas do Estado de Goiás, a campanha em prol das Diretas Já em Goiás contou com a participação ativa de diversas lideranças femininas, através de comícios, reuniões e outros atos em várias partes de Goiânia e no estado, ajudaram a promover e organizar o grande comício em Goiânia.

Passada a votação e a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira, o cenário político goiano consagrou aqueles que apoiavam o projeto de transição negociada, com a vitória de Tancredo Neves para presidente, o principal mentor da ideia. O grupo que era mais alinhado a ele manteve o domínio do partido no Estado: nas eleições de 1985 para prefeitura de Goiânia, Daniel Antonio, deputado estadual ligado a Iris Rezende, foi o escolhido para ser o candidato do PMDB e eleito prefeito de Goiânia. Nas eleições gerais em 1986, o PMDB Irista indicou para candidato a governador o senador Henrique Santillo, que enfrentou o também senador Mauro Borges que havia deixado o PMDB logo após a campanha das Diretas Já. Sentindo seu grupo isolado após a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira, se abrigara no PDC. Henrique Santillo venceu com ampla vantagem. O PMDB também ocupou as duas

cadeiras que estavam em disputa nessas eleições para o senado, dominou as eleições para a Câmara Federal, elegendo 12 dos 17 deputados federais por Goiás, contra apenas 03 do PDC Maurista e 02 do recém-fundado PFL. Elegeu também a maioria absoluta na Assembleia Legislativa de Goiás. Já o governador Iris Rezende, logo após o fim de seu mandato e de liderar a sucessão no governo goiano, assumiu o Ministério da Agricultura do governo do presidente José Sarney. Com isso percebemos que a grande mobilização em prol de eleições diretas para presidente em Goiás talvez não tenha conseguido o êxito de promover a redemocratização no país como desejava a maior parte da população, mas atendeu aos interesses de muitos que aderiam e apoiaram a campanha defendendo seus projetos pessoais e políticos.

Concluimos então que a campanha pelas Diretas Já era muito mais ampla que apenas o desejo do restabelecimento da democracia: abrigava diversas reivindicações de diversos grupos que não necessariamente partilhavam dos mesmos desejos. O único elo entre alguns grupos apoiadores da campanha era o desejo de acabar com o regime militar que já durava 20 anos. No centro do apoio dos políticos, entidades de classe e diversos líderes, imperavam também projetos pessoais e corporativos, que nada tinham a ver com o interesse da maior parte da população, que foi às ruas mobilizadas pela volta da democracia.

Este trabalho pretendeu trazer algumas contribuições específicas para compreender a campanha das Diretas Já em Goiás, embora se reconheça que muitos outros dados e análises poderiam enriquecê-lo.

## REFERÊNCIAS

### Livros:

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. (Orgs.). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: Edufu, 2005.

\_\_\_\_\_. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, ano 17, n. 33, jul. / Dez. 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Lutas democráticas contra a ditadura**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervê. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa- America, 1983.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 - 1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DIOGO, Walter. **História dos Presidentes: O Amor e Ódio nas Eleições no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: WD Editorial, 2012.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. **A História**. Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP. EDUSC, 2003.

DREIFUSS, René Armand. 1964. **A conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo: O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GIL, José. Nação. In: **Enciclopédia Einaudi: Estado-Guerra**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.

GODINHO, Iúri Rincon. **Diretas Já em Goiânia**. Goiânia: Contato Comunicação, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. **Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MACIEL, David. **A Argamassa da Ordem: Da ditadura militar à Nova República (1974 - 1985)**. São Paulo: Xamã, 2004.

MARTINS, Estevão de Rezende, (organizador) **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX.** – São Paulo: Contexto, 2010.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história Política.** Trad. Dora Rocha. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2003.

REIMER, Ivone Richter. **Trabalhos Acadêmicos: Modelos, Normas e Conteúdos.** São Leopoldo: Oikos, 2014.

RODRIGUÊS, Alberto Tosi. **Diretas Já, O grito preso na garganta.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político.** São Paulo: Alameda, 2010.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: A Mudança de Padrões na Vida Brasileira.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

ROCHA, Hélio. **Os Inquilinos da Casa Verde – Governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela.** Goiânia: 1998.

## Artigos

ARAUJO, Roberta Gerciane Viana. Considerações Gramscianas: Ideologia e Hegemonia no Contexto Ditatorial Brasileiro. In: **XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**. v. 17, n. 1. Paraíba, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3219/2631>. Acessado em 11/09/2017

BARROS, José D' Assunção. A Nouvelle Histoire e os Annales: Entre Continuidades e Rupturas. In: **Revista de História**, 5,1-2 (2013), p. 308-340. Disponível em: [http://www.revistahistoria.ufba.br/2013\\_1/a16.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2013_1/a16.pdf). Acessado em 15/09/2017.

CLEMENTE, Rafael Willian. História Política e a “Nova História”: Um breve acerto de contas. Revista **Cadernos UniFOA**. Rio de Janeiro. Ed. nº 16 – Agosto/2011. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/16/45.pdf>. Acessado em 06/11/2017. Acessado em 15/09/2017.

FONSECA, André Dioneu. A “Escola Metódica”: A Questão dos Procedimentos e das Fontes. In: **XVII Encontro Regional de História ANPUH/SP – O historiador e seu tempo**. São Paulo, 24 a 28 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/PAINEL%20PDF/Andre%20Dioneu%20Fonseca.pdf>. Acessado em 10/10/2017.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. A Gestão das Paixões Políticas. In: **Anais do Seminário Leituras na História**, 2007. Disponível em [http://people.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Marion\\_Brepohl.doc](http://people.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Marion_Brepohl.doc). acessado em 15/12/2017.

OLIVEIRA, Enilson Pereira. Considerações Sobre a Escola dos Annales: O debate entre Peter Burke e François Dosse. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, junho, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301271961\\_ARQUIVO\\_Consideracoes\\_sobre\\_Anales.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301271961_ARQUIVO_Consideracoes_sobre_Anales.pdf). Acessado em 06/11/2017.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A Nova História Política e o Marxismo. In: **Revista Opsis**. v.8, Nn11 (2008). Disponível em: <https://doi.org/10.5216/o.v8i11.9356>. Acessado em 20/09/2017.

RIBEIRO, Denise Felipe. A formação Militar: Particularidades e Implicações no Comportamento Político das Forças Armadas. In: **Revista Democratizar** v.IV. n 2 . Set/dez.2010. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cfa21/denise\\_felipe\\_ribeiro.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cfa21/denise_felipe_ribeiro.pdf). Acessado em 10/08/2017.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Uma Conspiração ou Várias? Entre os Núcleos Conspiratórios: In: **Reunião Anual da ANPOCS**, Caxambu, Outubro de 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/19-encontro-anual-da-anpocs/qt-18/qt09-9/7597-glauciosoares-o-golpe/file>. Acessado em 25/08/2017.

SOUZA, Fabiano Farias. Conjuntura Política e econômica no Brasil (1950-1964): Terreno Fértil para o golpe de 1964. In: **Revista História e Cultura**. v.2, nº 1 (2013). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18223/hiscult.v2i1.799>. Acessado em 17/08/2017.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo. Câmara dos Deputados. 65fl. 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa>. Acessado em 20/01/2017

## Jornais

### DIÁRIO DA MANHÃ

Jornal Diário da Manhã, 22 de junho de 1983, página 4.

Jornal Diário da Manhã, 18 de julho de 1983, página 4.

Jornal Diário da Manhã, 16 de junho de 1983, página 3.

Jornal Diário da Manhã, 07 de agosto de 1983, página 3 e 4.

Jornal Diário da Manhã, 08 de outubro de 1983, página 5.

Jornal Diário da Manhã, 16 de agosto de 1983, página 3 e 5.  
Jornal Diário da Manhã, 05 de agosto de 1983, página 4.  
Jornal Diário da Manhã, 12 de setembro de 1983, página 3.  
Jornal Diário da Manhã, 21 de agosto de 1983, página 4.  
Jornal Diário da Manhã, 21 de junho de 1983, página 5.  
Jornal Diário da Manhã, 30 de novembro de 1983, página 3.  
Jornal Diário da Manhã, 08 de agosto de 1983, página 4.  
Jornal Diário da Manhã, 16 de junho de 1983, página 3.  
Jornal Diário da Manhã, 09 de agosto de 1983, página 5.  
Jornal Diário da Manhã, 25 de março de 1983, página 4.  
Jornal Diário da Manhã, 27 de março de 1983, página 4.  
Jornal Diário da Manhã, 28 de março de 1984, página 2.  
Jornal Diário da Manhã, 09 de maio de 1983, página 5.  
Jornal Diário da Manhã, 08 de março de 1984, página 6.  
Jornal Diário da Manhã, 12 de abril de 1984, página 4.  
Jornal Diário da Manhã, 13 de abril de 1983, página 4.  
Jornal Diário da Manhã, 18 de janeiro de 1984, página 4.  
Jornal Diário da Manhã, 18 de março de 1984, página 5.  
Jornal Diário da Manhã, 20 de fevereiro de 1983, página 5.  
Jornal Diário da Manhã, 12 de abril de 1984, página 3, 4,5.  
Jornal Diário da Manhã, 13 de abril de 1984, página 5.  
Jornal Diário da Manhã, 01 de abril de 1984, página 4.  
Jornal Diário da Manhã, 07 de abril de 1984, página 5.  
Jornal Diário da Manhã, 09 de abril de 1984, página 5.  
Jornal Diário da Manhã, 24 de fevereiro de 1984, página 4.  
Jornal Diário da Manhã, 19 de abril de 1984, página 5.  
Jornal Diário da Manhã, 17 de janeiro 1984, página 2.

## FOLHA DE GOIAZ

- Jornal Folha de Goiaz, 05 de julho de 1983, página 4.
- Jornal Folha de Goiaz, 17 de julho de 1983, página 3.
- Jornal Folha de Goiaz, 15 de junho de 1983, página 3.
- Jornal Folha de Goiaz, 16 de julho de 1983, página 3.
- Jornal Folha de Goiaz, 22 de novembro de 1983, página 4.
- Jornal Folha de Goiaz, 18 de junho de 1983, página 4.
- Jornal Folha de Goiaz, 26 de março de 1984, página 4.
- Jornal Folha de Goiaz, 09 de maio de 1984, página 4.
- Jornal Folha de Goiaz, 08 de abril de 1984, página 7.
- Jornal Folha de Goiaz, 28 de março de 1984, página 5.
- Jornal Folha de Goiaz, 12 de março de 1984, página 5.
- Jornal Folha de Goiaz, 11 de abril de 1984, página 2,3.
- Jornal Folha de Goiaz, 21 de março de 1984, página 3, 4.
- Jornal Folha de Goiaz, 12 de abril de 1984, página 3.
- Jornal Folha de Goiaz, 01 de abril de 1984, página 4.
- Jornal Folha de Goiaz, 05 de abril de 1984, página 3.